

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

O SER E O TER: CAMPONESES, PRÁTICAS TECNOLÓGICAS E POLÍTICAS
(um estudo em Lagoa Seca - Paraíba)

GEOVANI JACÓ DE FREITAS

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

1993

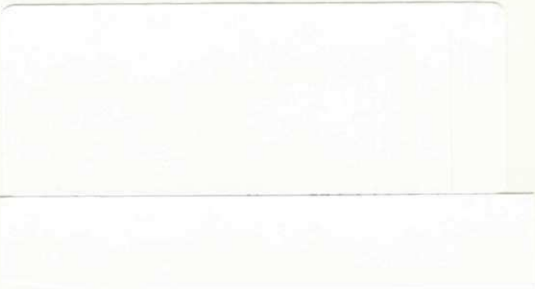
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

O SER E O TER: CAMPONESES, PRÁTICAS TECNOLÓGICAS E POLÍTICAS
(um estudo em Lagoa Seca-Paraíba)

Geovani Jacó de Freitas



CAMPINA GRANDE-PARAIBA

Agosto de 1993

Dedico este trabalho à minha
mãe, esse vulcão de mulher,
e a Teleca, parceira de tan-
tos refrões...

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

O SER E O TER: CAMPONESES, PRÁTICAS TECNOLÓGICAS E POLÍTICAS
(um estudo em Lagoa Seca-Paraíba)

Dissertação apresentada ao curso de
Mestrado em Sociologia, com área de
concentração em Sociologia Rural da
Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para ob-
tenção do Grau de Mestre.

Banca examinadora:

Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE)

- Orientadora

Dra. Ghislaine Duqué (UFPB)

Prof. Ivandro da Costa Sales (Oficina do Saber)

Aluno:

Geovani Jacó de Freitas

CAMPINA GRANDE - PARAIBA

Agosto de 1993

BIBLIOTECA - UFPA
CAMPUS VI - ATOS - PA.

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

A todos os trabalhadores rurais do município de Lagoa Seca-Paraíba. Em especial, a Nelson Anacleto, Nelson Ferreira, Leda Gertrudes, Noaldo, Rosa, Josefa, Cabral, Ednaldo e tantos outros, hoje batalhando por um jeito decente de sermos todos cidadãos, fora e dentro do sindicato. Tem sido um privilégio conviver com eles.

A minha orientadora, professora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, a quem sou profundamente grato pelas contribuições importantes durante todo o percurso do mestrado. Trabalhar com ela significou viabilizar um processo de construção de saber acadêmico vivido de forma cooperada, amena e democrática.

Aos professores Ghislaine Duqué e Ivandro da Costa Sales que aceitaram contribuir com seus olhares e reflexões para que o significado desta monografia se ampliasse.

Meu carinho todo especial a Teleca, minha parceira, pelo carinho e força que me dedicou, além das valiosas observações que contribuíram em profundidade para a versão final deste trabalho.

A Evanildo Barbosa e Sônia Marinho, parceiros de trabalho, aos quais devo metade desta tese, pelo peso da importância de suas contribuições e presença ao longo da pesquisa de campo e seus dobramentos.

A Lucinha, minha irmã, pela sua presença constante e amiga que me acompanhou durante toda a trajetória do mestrado e da elabo-

ração inicial da tese. Com ela, aprendi um pouco da sabedoria e da paciência artesãs, fundamentais para a finalização de uma tese.

A profa. Cristina Marín, pelas astutas observações metodológicas que ficaram permanentemente presentes durante a construção da pesquisa de campo e na organização e análise dos dados coletados.

A Nelly Cavalcanti, energia que esteve presente desde as incertezas da elaboração do projeto de estudo para o exame de seleção no mestrado aos momentos mais profícuos e intelectualmente produtivos dentro e fora dele.

A Neves Oliveira e Dona Rita, pelo calor do carinho e do aconchego que transbordou na minha vida e me transformou em filho, em irmão, em neto... e que me tornou forte para dar conta de tantos desafios, entre os quais, este trabalho.

A família Vieira Nóbrega - capitaneada por Seu Chico e Dona Rita-, que a vida presenteou-me em Campina Grande-Paraíba, com mais um pai, uma mãe e, por conta, uma dezena de irmãos(ãs). Sem eles, este trabalho teria saído mais difícil.

Aos colegas da EMATER-PB, em especial aos que compõem a equipe do Escritório de Lagoa Seca-PB., pelas tantas inquietações e ansiedades partilhadas.

Ao SEDUP, Serviço de Educação Popular, em Guarabira-Paraíba, pelos momentos privilegiados que tivemos enquanto profissionais, numa etapa historicamente significativa para a organização dos tra-

balhadores rurais da Paraíba.

Aos participantes da UNIPOG, Universidade Popular de Guarabira (1983-1987), em especial, a Maria Valéria Rezende, cuja contribuição deu-me as primeiras noções de métodos e teoria científicas.

A equipe do CENTRAC - Centro de Ação Cultural- Campiã Grande-PB., que, seduzida pelo sentimento de atração e repulsão, deu fortes contribuições material e intelectual ao processo da pesquisa e seus desdobramentos no âmbito da organização dos trabalhadores rurais da região.

Ao Pólo de Renovação Sindical Rural da Borborema, motivação que me animou durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

A FASE - Federação de Orgãos para a Assistência Social e Educacional, em especial, à inserção de Alagoas, pelo profundo carinho e compreensão que me dispensaram durante boa parte da elaboração deste trabalho. Sem isto, não teria alcançado êxito.

Ao Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, pelos momentos privilegiados de reflexão e aprofundamento intelectuais que tem propiciado.

Ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, ao qual estou vinculado através do Núcleo de Políticas Públicas e Poder Local, por ter-me propiciado o tempo necessário para a finalização deste trabalho.

BIBLIOTECA - UFPB.
CAMPUS III, PATOS - PB.

A CAPES, pelo apoio institucional e financeiro, que me possibilitou realizar o curso de mestrado em sociologia e os trabalhos de pesquisa em campo.

A Erisvaldo Verdino, pela digitação e retoques finais deste trabalho.

RESUMO:

Este estudo analisa a organização do trabalho nas unidades de produção dos produtores de economia familiar do município de Lagoa Seca - Paraíba, a partir do seu modo de sentir, pensar e agir, e as práticas tecnológicas desse processo, entendidas enquanto práticas orientadoras do fazer cotidiano desses produtores.

A análise aqui empreendida nos revela a importância da organização do trabalho familiar enquanto eixo que fundamenta o sentido do SER e do TER da dinâmica camponesa, através do qual as demais práticas, inclusive as práticas tecnológicas, se revestem de significados que lhe estão organicamente vinculadas.

Essas práticas tecnológicas, por sua vez, são incorporadas, negadas ou recriadas pelos agricultores estudados, a partir de critérios avaliativos relacionados à preservação da terra e à produção econômica e social da unidade familiar.

Tais práticas, quando expressadas a partir da lógica cotidiana do grupo estudado, têm se constituído em estratégias de sobrevivência que são construídas, não sem ambigüidades e tensões, inseridas na própria idiossincrasia do pequeno produtor.

Por fim, este estudo aponta para os desafios a serem enfrentados pelo movimento sindical no sentido de acumular discussões e incorporar ao conteúdo de suas ações estratégicas o caráter político com que se reveste a questão da tecnologia no processo de produção camponesa.

O grupo referencial de informantes da pesquisa de campo foram os agricultores organizados em torno da oposição sindical rural de Lagoa Seca-Paraíba, com os quais realizamos um processo de pesquisa participante que orientou todas as atividades de investigação da realidade dos pequenos produtores considerados e suas ações em torno do resgate do papel político do seu sindicato.

SUMÁRIO

. INTRODUÇÃO.....	001
. CAPITULO I - Camponeses e Tecnologia.....	014
. CAPITULO II - A metodologia da pesquisa.....	033
2.1. Conhecimento científico e realidade.....	035
2.2. A definição do problema da pesquisa.....	039
2.3. Técnicas de aproximação da realidade.....	045
2.4. O processo de socialização do conhecimento.....	051
2.4.1. As estratégias de aproximação da realidade.....	054
2.4.2. A mobilização e articulação dos novos parti- cipantes.....	056
2.4.3. A comunicação diferenciada.....	058
2.5. A busca do cotidiano e da experiência: O espaço da particularidade.....	062
. CAPITULO III - O município de Lagoa Seca: A dinâmica da pro- dução agrícola e a caracterização dos produ- tores locais.....	068
3.1. Pequenos produtores verdureiros.....	075
3.2. Os produtores de banana (e laranja).....	078
3.3. Produtores de batatinha.....	080
3.4. Os pequenos produtores não especializados.....	081
3.5. A nova configuração do espaço rural: formas de con-	

trole e uso da terra.....	082
. CAPITULO IV - A relação entre a organização do trabalho fa- miliar e as práticas tecnológicas.....	098
4.1. O roçado caseiro e os roçados individuais: a unida- de do diverso.....	102
4.1.1. Ciclo de vida, divisão do trabalho e usos de tecnologia.....	107
4.2. O regime de parceria e suas relações.....	119
4.3. O trabalho assalariado e seus significados para o grupo.....	125
4.4. O mutirão comunitário e as práticas tecnológicas.....	132
. CAPITULO V - Práticas Tecnológicas como estratégias de sobre- vivência: as ambigüidades de um processo.....	138
5.1. A tecnologia e a terra: Preservar para viver.....	141
5.2. Produtores e Técnicos: os núcleos de sabedoria, os silêncios, confrontos, dissimulações e a noção da liberdade.....	153
5.3. A questão da experiência e da inteligência tradu- zida na prática da diversificação cultural.....	165
. CONCLUSOES.....	172
. BIBLIOGRAFIA.....	181
. ANEXO	

BIBLIOTECA - UFPB.
CAMPUS VII - PATOS - PB.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO:

Este é um estudo sobre a relação entre as unidades de produção familiar e tecnologia agrícola. Especificamente, buscamos investigar as práticas tecnológicas de pequenos produtores do município de Lagoa Seca-Paraíba, a partir do seu modo de sentir, pensar e agir no cotidiano do seu fazer. Abordamos o processo de construção das estratégias e resistências, engendrado individual e coletivamente, no âmbito da relação entre a preservação da terra enquanto meio de produção e vida, a composição da mão-de-obra familiar e a adequação de tal ou qual prática tecnológica para a reprodução da unidade de produção familiar.

Nossa reflexão sobre a temática da pequena produção, parte do entendimento de que a tradição marxista, cuja discussão aponta para a desintegração do campesinato decorrente do aprofundamento das relações capitalistas é insuficiente para explicar a complexidade e especificidades da produção camponesa. Analisamos a pouca consistência desta premissa enquanto teoria universalizante acerca do campesinato (Cf. Abramovay, 1990). Buscamos assim, abordar o campesinato enquanto relação, cujo destino não é sua desintegração, mas sua recriação combinada a processos de expropriação, exclusão e diferenciação interna dentro das relações mais amplas na sociedade. (Cf. Shanin, 1979 e 1980.).

Do ponto de vista conceitual da tecnologia agrícola, buscamos abordá-la enquanto relação e prática tecnológicas onde estão embutidos interesses diversos. Desse ponto de vista, a relação produção, difusão e incorporação passa por um campo de conflitos vivi-

dos não sem tensões que se refletem nas várias práticas dos atores sociais nelas presentes. Estas questões estão contidas no primeiro capítulo deste trabalho - *Camponeses e Tecnologia*.

Tomamos por base para desenvolvermos este estudo, os pequenos produtores do município de Lagoa Seca-PB, situado na microrregião de Campina Grande, por se tratar de um município onde prevalecem processos produtivos diferenciados de exploração agrícola e onde é marcante a presença da produção familiar. Dados do IBGE têm indicado que 94% do total das propriedades rurais do município correspondem a unidades com menos de 10 ha, o que significa uma das maiores concentrações minifundiárias da microrregião.

Dadas essas peculiaridades, o município, no conjunto da região, recebeu a ação do Estado através dos programas governamentais voltados para o setor agrícola, como o Polonordeste e, posteriormente, o PAPP. Tais programas não só estimularam a especialização da produção local em produtos voltados para o mercado interno, como fortaleceram e intensificaram a diferenciação interna dos pequenos produtores da região. Essas políticas governamentais contribuíram para tornar o camponês mais subordinado à dinâmica do mercado da produção e de insumos (Cf. Cavalcanti, 1984:63).

Os impactos desses programas governamentais sobre a organização da produção na região (e particularmente no município de Lagoa Seca), são visíveis, ou seja, do ponto de vista técnico, houve um substancial aumento da produção e da produtividade das principais culturas priorizadas pelos programas. Entretanto, as ações dessas

políticas governamentais intensificaram a concentração de renda e capital, a diferenciação interna dos agricultores e o fortalecimento de uma classe média rural, ficando assim, longe de alcançar seus objetivos.

A falência desses programas, por sua vez, salvo a crise estrutural que os contextualizou, pode ser atribuída também às resistências e limites impostos pelos próprios beneficiários à sua lógica hermética e pouco democrática no modo de gerar e difundir tecnologias voltadas para a realidade da produção familiar. Os pacotes tecnológicos, paradigmas de sistemas produtivos voltados para as principais culturas da região, logo foram modificados enquanto lógica instrumental da Assistência Técnica e Extensão Rural, em função das reservas postas pelos próprios pequenos produtores beneficiários.

Estas questões, quando trazidas ao debate de nossa problemática principal - reprodução dos pequenos produtores e práticas tecnológicas -, nos deram bases para formular as hipóteses centrais que nortearam este trabalho. Partimos da questão de que as resistências dos pequenos produtores rurais a determinadas práticas tecnológicas não se explicam pela oposição ao que é *tradicional* ou *moderno*. Considerando a tecnologia como um elemento tecnicamente organizativo de qualquer processo produtivo, partimos do pressuposto que sua incorporação ou sua negação pelos pequenos produtores rurais se submete a critérios valorativos por eles julgados adequados ou inadequados que vão determinar sua adoção ou rejeição. Tal julgamento estaria ligado à manutenção do equilíbrio da sua unidade de produção.

Por outro lado, nosso trabalho parte da hipótese de que os pequenos produtores, ao se apropriarem das práticas tecnológicas geradas em circunstâncias exteriores à sua unidade de produção, buscam redimensioná-las a seu favor, num processo de enfrentamento e conflitos, com a finalidade de solucionar seus principais dilemas. Isto tem se refletido no interior do movimento sindical rural, cujo conteúdo de ação ainda é insuficiente para dar conta de sua complexidade enquanto prática com *status* de estratégia de luta e de reafirmação da identidade camponesa.

O mote inicial da construção metodológica deste trabalho baseou-se em inquietações com o objetivo de responder a questões sobre *que processos estão ocorrendo no município de Lagoa Seca que, se não vem alterando a estrutura fundiária com base em minifúndios, têm forjado novos tipos de pequenos produtores e novos perfis de atividades agrícolas?* Neste contexto, a pergunta central foi *quem são os pequenos produtores rurais do município, como e em que circunstâncias eles têm ingressado no processo produtivo e que papel têm assumido as práticas tecnológicas nessa organização?* A tentativa de responder a uma caracterização dos pequenos produtores rurais no contexto da dinâmica interna das transformações locais está contida no capítulo III - *O município de Lagoa Seca: a dinâmica da produção agrícola e a caracterização dos produtores locais.*

Do ponto de vista metodológico, nossa perspectiva voltou-se para compreender o caráter dessas transformações a partir do cotidiano desses pequenos produtores e de sua definição no contexto dessas mudanças.

A pesquisa de campo ocorreu a partir da opção que fizemos pelo grupo de oposição, sindical rural local, enquanto grupo de trabalho referencial. Nos primeiros contatos de campo, realizados em janeiro de 1990, nos defrontamos com a história viva das lutas e resistências dos pequenos produtores locais, presentes no discurso e na memória, e nas práticas cotidianas de cada um.

As práticas políticas desses, em resposta às transformações na agricultura do município, têm demonstrado a força de sua ação, face aos limites impostos a sua sobrevivência, como produtores e como categoria social política. Na década de 60, ainda vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande (fundado em 1963), juntaram-se às lutas para a fundação do Sindicato e às estratégias de ação das Ligas Camponesas que se estenderam de Sapé à Microrregião do Agreste da Borborema (Cf. Barbosa e Novaes, 1988:14).

Com o golpe de 1964, a conseqüente intervenção no sindicato em 1967 e a emancipação política do Município de Lagoa Seca, no mesmo ano, foi fundada a delegacia sindical, embora ainda dependente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. A principal frente de atuação da delegacia era em defesa da posse da terra, mediando conflitos (entre posseiros e proprietários) advindos principalmente dos problemas causados pela expansão da área urbana do município. Essa delegacia teve melhor atuação que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande, na opinião de um ex-delegado sindical, nosso informante.

Já em 1971, essa delegacia sindical foi transformada em sindicato, numa perspectiva assistencialista, dada a necessidade de instalação de um ambulatório médico para os trabalhadores rurais, sob influência da igreja católica. Entretanto, os motivos burocráticos permeavam estratégias políticas de organização da categoria. As forças políticas se polarizaram; por um lado, uniram-se, o prefeito e o sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande; por outro, a direção da delegacia sindical, o frade, representante da Igreja, e a FETAG conseguiram vitória para os propósitos de fundar o sindicato e empossar sua diretoria. Esse ganho político faz parte do repertório das lutas gravadas na memória que alimentou a trajetória do então grupo de oposição sindical rural do município.

Paradoxalmente, essa primeira diretoria permaneceu no poder de 1971 a 1992. Diz-se que a trajetória de lutas do STR foi perdida, porque transformou-se em instrumento político de grupos locais, relacionados ao PDS/PDT, tendo o seu presidente como cabo eleitoral e candidato à Câmara Municipal (embora nunca eleito).

Esse era o contexto por onde se deslocavam os atores sociais que constituíam o grupo de oposição sindical de Lagoa Seca que enfrentaram o Estado e suas diferentes facetas ao nível do poder local, seja através das campanhas sindicais (perdidas em 1983, 1986 e 1989) ou intervindo em formas organizativas existentes no município, tais como associações, CEB's, pastorais, etc.

Nessa época (janeiro de 1990), o resgate da função do

7

sindicato local era um desafio através do qual os pequenos produtores buscavam o resgate social e político de suas próprias identidades, sobretudo se considerarmos os seus principais enfrentamentos como pequenos produtores inseridos num processo de mudanças na base da organização da produção agrícola, sob o impacto dos programas governamentais, quando grande parte dos mesmos são excluídos e ameaçados em sua existência (Cf. Cavalcanti, 1986 e Cavalcanti e Freitas, 1991).

Ao assumir o STR de Lagoa Seca, o antigo grupo da oposição sindical, a atual direção, tem buscado resgatar o papel do sindicato enquanto um instrumento de luta e organização dos pequenos produtores na perspectiva de construção de sua cidadania. Tais ações passam, no plano organizacional, pela busca de uma gestão democrática do sindicato. No plano do conteúdo de sua intervenção no município, temos observado o esforço do sindicato de incorporar as várias problemáticas e interesses pluridimensionais dos pequenos produtores locais, dos aposentados, das mulheres trabalhadoras rurais e dos jovens. Nesta perspectiva, insere-se a preocupação atual do STR em criar mecanismos que possam responder aos desafios na organização da produção agrícola local, notadamente aquelas iniciativas que vislumbrem a comercialização da produção e ações diretamente ligadas à adequação de práticas tecnológicas à lógica dos trabalhadores rurais.

O resgate efetivo da direção do sindicato local deu-se em setembro de 1992, fruto de um processo de capacitação na ação do grupo, fomentada pela nossa pesquisa de campo (janeiro de 1990 a ju-

8
nho de 1991). Na verdade, fomos convidados por alguns membros do grupo para contribuirmos numa avaliação da trajetória política do grupo e suas sucessivas derrotas. Esse processo desembocou na montagem de um estudo sistemático sobre a realidade do município. O instrumento principal de construção/elaboração/socialização do saber que alimentou esse estudo constituiu-se no próprio desenvolvimento da pesquisa.

Metodologicamente, a pesquisa foi concebida a partir da premissa de que a realidade fosse conhecida de tal modo que contribuisse para a sua transformação, sob os interesses de determinadas classes.

Neste sentido, a discussão metodológica deste trabalho busca enfatizar não o conceito do tipo de pesquisa realizada (seja pesquisa-ação ou participante), mas as condições em que foi feita, a explicitação dessas condições e os seus resultados obtidos. Por outro lado, reafirmamos que, fundamentalmente, optamos por um caminho que delineou uma interlocução, com base numa linha de pensamento definida, inserida no contexto dos interesses políticos dos pequenos produtores enquanto sujeitos coletivos na sociedade. De acordo com tais questões, este trabalho tinha uma tarefa dupla: de um lado, realizar nossa pesquisa e do outro, contribuir para o redimensionamento e alargamento do conteúdo da ação do grupo priorizado.

Como demonstrado no capítulo II - *A metodologia da pesquisa*-, a apreensão que o grupo tinha da realidade local apontava para uma visão homogeneizadora da pequena produção. Partindo disto, o

processo da pesquisa aprofundou coletivamente a premissa de que o que estamos pensando sobre a realidade pode não ser exatamente como a realidade o é; tal apreensão contribuiu para o alargamento da visão dos participantes sobre a realidade local, no sentido de que, nela, há mais relações do que aparentemente podemos perceber enquanto ator social, seja como pequeno produtor, enquanto participante de sindicato, assessor ou enquanto pesquisador.

Nesta perspectiva, foram construídos os instrumentos que contribuíram melhor para aprofundarmos o conhecimento da realidade local. Nossa opção, no entanto, foi a de colocarmos os sujeitos da pesquisa para participarem e serem atores do próprio ato da investigação e da produção do conhecimento resultante, considerando os limites requeridos à prática científica.

A análise da lógica e do cotidiano das unidades de produção está contida no capítulo IV, onde analisamos o trabalho familiar nas unidades de produção estudadas enquanto eixo de compreensão que fundamenta as práticas do *ter* e do *ser* da dinâmica camponesa através das quais as práticas tecnológicas são orientadas e se revestem de significados. Nessa perspectiva, as práticas de organização do trabalho em cada unidade familiar foram abordadas, fundamentalmente, sob o ponto de vista da lógica interna de reprodução de suas vidas e práticas materiais e simbólicas.

Levando em consideração essa lógica, o volume da atividade agrícola e o dispêndio de força de trabalho em cada unidade depende do grau de satisfação de suas necessidades enquanto produtores e

consumidores (Cf. Chayanov, 1985), embora inseridas numa relação de conflitos e tensões dadas pela sua vinculação direta ou indireta com a sociedade e suas relações mais amplas. Apesar disto, como referido por Wolf (1976), essa lógica interna tem tentado equilibrar as estratégias voltadas para sua manutenção e autoreprodução com a dinâmica exterior a que estão submetidas. Desse ponto de vista, partimos para situá-las a partir das várias estratégias de sobrevivência engendradas pelos pequenos produtores no município como modo de afirmar sua idiosincrasia. Neste sentido, a relação entre roçado caseiro e roçados individuais aparece enquanto modo peculiar da economia familiar de atender necessidades comuns e diferenciadas do grupo doméstico. Se de um lado, esta prática significa a garantia da reprodução econômica e social da unidade de produção, por outro, configura uma prática de iniciação e autonomia dos filhos ao trabalho e à construção do seu futuro enquanto produtor autônomo.

O trabalho em parceria, prática muito comum no contexto analisado, reafirma entre esses pequenos produtores o modo cotidiano do trabalho camponês, à medida que se reflete como uma negação ou resistência ao assalariamento. Pelo trabalho em parceria, também é reafirmada a relação direta do camponês com a terra e com o produto do seu trabalho. Dada as condições em que é efetivada essa relação, a análise dos dados tem nos revelado um dos aspectos da diferenciação econômica e cultural dos pequenos produtores rurais locais. Tal questão é indicada a partir das diferentes situações verificadas nas condições de aplicação tecnológica do grupo, como a utilização de insumos, assistência técnica e recursos financeiros.

Já o trabalho assalariado, embora presente no grupo em menor escala, tem sido colocado pelos pequenos produtores como *último recurso* para atender as necessidades do grupo doméstico, já que é visto como sinônimo de *morte, sujeição e perda total da identidade*. As estratégias de resistência, por sua vez, conformadas num contexto interno de diferenciação desse campesinato, têm se revelado a partir de outras práticas, a exemplo do *sistema troca-troca ou mutirão comunitário*, através das quais os interesses comuns de atender aos requerimentos técnicos das culturas de cada unidade de produção são viabilizados. Essa prática tem revelado um modo dos pequenos produtores, mesmo diferenciados, tornarem-se iguais nas relações sociais que os envolvem.

As práticas tecnológicas, quando postas na relação cotidiana desses pequenos produtores, são ajuizadas por estes a partir de critérios avaliativos relacionados à preservação da terra e à adequação destas no fortalecimento do equilíbrio dos fatores de produção internos à unidade. Tais práticas, por sua vez, serão julgadas como vantajosas ou desvantajosas pelos pequenos produtores, ao serem confrontadas com o seu modo peculiar do fazer cotidiano, e sobretudo, dos custos e riscos que essas venham a oferecer à garantia da reprodução da unidade familiar.

Elementos como a *experiência* são reveladores de estratégias de enfrentamentos entre pequenos produtores e mediadores das práticas tecnológicas, tais como os técnicos vinculados ao sistema governamental. Nessa perspectiva, enfrentamentos diretos, silêncios e dissimulações fazem parte do modo desses pequenos produtores de se

relacionarem com essas mediações externas.

Por outro lado, as resistências construídas e expressas no modo específico de organizar os processos produtivos pelos pequenos produtores têm configurado as práticas de diversificação cultural como uma das práticas econômicas e de afirmação cultural, reveladoras das tensões e estratégias de resistência engendradas no âmbito das práticas tecnológicas.

Ao nos debruçarmos sobre essas práticas, enquanto estratégias de resistência contidas no quinto e último capítulo deste trabalho - *As práticas tecnológicas como estratégias de sobrevivência: as ambigüidades de um processo* -, procuramos analisar os significados atribuídos pelos pequenos produtores às práticas tecnológicas no cotidiano de seu processo produtivo, sobretudo a partir do seu modo de sentir, pensar e agir. Essas práticas não estão dissociadas das estratégias de organização do trabalho interno da unidade, pelo contrário, lhes estão organicamente vinculadas. Elas objetivam garantir a preservação da terra e dos seus requerimentos para manter o equilíbrio entre o trabalho familiar e o atendimento das necessidades do grupo doméstico. Tais estratégias estão inscritas na idiossincrasia camponesa e são reveladoras da lógica de manutenção da identidade de seus agentes sociais.

CAPITULO I - CAMPONESES E TECNOLOGIA

CAPITULO I - CAMPONESES E TECNOLOGIA

Este capítulo aborda o debate atual, no âmbito das ciências sociais, sobre o camponês. Partimos de uma visão crítica da concepção leninista sobre o desenvolvimento das relações capitalistas no campo e da perspectiva nela embutida da inevitável desintegração do campesinato. Transladada para a conjuntura atual e buscando situar as complexas relações que permeiam a realidade da pequena produção¹ no Brasil e no mundo, podemos considerar os pressupostos marxista-leninistas insuficientes para aprofundar o atual debate. Tais questões estão na primeira parte deste capítulo - *Camponeses e Tecnologia*-. Buscamos assim, situar o campesinato numa perspectiva relacional em que, à medida que se relaciona com o capital, cria estratégias permanentes de reafirmar seu modo de viver.

Na segunda parte deste capítulo, abordamos a problemática conceitual da tecnologia agropecuária moderna e sua relação com os processos produtivos dos pequenos produtores. Tal questão é enfocada a partir do entendimento de que a tecnologia é um fator primordial

para qualquer processo produtivo. No entanto, o que está em jogo é o modo de como produzi-la, difundi-la e aplicá-la no contexto substantivo de suas relações.

1 Consideramos pequenos produtores rurais, ou camponês, os pequenos proprietários, meeiros e rendeiros que, embora assalariem-se eventualmente, têm na mão-de-obra familiar a principal força de trabalho no seu processo produtivo.

I

Lenin, ao analisar a tendência do campesinato no desenvolvimento do capitalismo no campo, assume uma perspectiva de análise na qual a tendência do camponês era de se dissolver, através do processo por ele analisado de "diferenciação social do campesinato". Esse processo de diferenciação camponesa dar-se-ia pela *"decomposição dos pequenos produtores em patrões e operários agrícolas... Base sobre a qual se forma mercado interno da produção capitalista"*. (LENIN, 1982: 35).

Ao investigar as características dessa transformação no campo, a partir dos dados censitários disponíveis da agricultura russa, concebe essa diferenciação entre os três grandes grupos de camponeses por ele caracterizado como camponeses ricos, médios e pobres.

Essa desintegração expressa pela diferenciação interna dos camponeses, implica *"a destruição radical do antigo padrão², provocando o desenvolvimento de grupos extremos e polarizadores no campo"* (LENIN, op. cit.), ou seja, o campesinato pobre, cuja tendência é a proletarização, e o aburguesamento dos camponeses ricos, numa economia basicamente de caráter mercantil.

Lenin enfatiza que é o caráter mercantil da agricultura que vai diferenciar o campesinato tornando-o proletário ou capita-

2 Aqui o autor se refere aos lotes comunitários concedidos aos camponeses russos, após a Reforma de 1861.

lista, ou seja, o camponês pobre, impossibilitado de auto-produzir-se enquanto tal, busca vender sua força de trabalho no mercado, se assalariando, tornando-se proletário; por outro lado, o "campesinato rico", tecnicamente superior, praticando uma agricultura mercantil e capitalista, porque a área semeada por ele excede às normas do trabalho de família, obriga-o a recorrer à mão-de-obra assalariada", e acrescenta:

"Observamos aqui o processo de formação do mercado interno tal como ele aparece na teoria de produção capitalista: o "mercado interno" cresce, de um lado, graças a transformação em mercadoria do produto da agricultura mercantil, empresarial, e de outro, graças à transformação em mercadoria da força de trabalho vendida pelo campesinato pobre". (Lenin, 1982:36).

Em linhas gerais, essa concepção, em seus princípios básicos, dá conta da inevitável desintegração do campesinato, pelo seu desaparecimento; transformando-se em proletários ou burgueses rurais, em classes antagônicas no meio rural, em função do desenvolvimento do capitalismo no campo.

Para Lenin, o camponês médio está numa situação intermediária, isto é, sua renda não cobre as despesas anuais, portanto, tem uma situação indefinida, "por isso, a sua exploração é instável, e, para trabalhar a sua terra, o camponês médio é obrigado a

recorrer à associação com outros"³.

Esse caráter transitório, defende Lenin, vai propiciar a polarização, dada a sua possibilidade de transformar-se em proletariado ou burguesia. Nota-se, nesta perspectiva, o inevitável destino do camponês diante do estabelecimento das relações capitalistas no campo.

Essa concepção teórica é válida e universal? Evidentemente que não. Historicamente está comprovado que os camponeses, nas diferentes partes do mundo, não se dissolveram frente ao desenvolvimento do capitalismo no campo⁴.

3 Sobre a "associação com outros" em relação à condição do trabalhador médio, o autor alude ao "princípio de cooperação", significando o trabalho cooperado em estabelecimentos decadentes e pressionado pela burguesia. Essa é por ele considerada como uma "cooperação entre o proletariado e a burguesia rural". (Cf. Lenin, 1982:42 a 44).

4 Cf. Abramovay (1990), em seu trabalho *De Camponeses e Agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, vem demonstrar que em países do capitalismo central (EUA, Grã-Bretanha e Europa Continental), o caráter familiar da agricultura é um aspecto inerente do próprio desenvolvimento do capitalismo no campo desses países. Partindo de uma análise crítica dos clássicos marxistas (Lenin e Kautsky, principalmente), o autor demonstra que tanto a obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (Lenin, 1985) como *A Questão Agrária* (Kautsky, ...) refletem muito mais as condições objetivas em que os autores atuavam politicamente do que "as propriedades objetivas e universais do desenvolvimento do capitalismo no campo" (Abramovay 1990:19). O autor enfatiza ainda que a perspectiva marxista de análise da realidade camponesa não encontra respaldo empírico: "No paradigma dos clássicos marxistas não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo" (1990:IV)

O que ocorre, de fato, não é a dissolução, mas a recriação do campesinato em cada situação histórica dada. Nesta perspectiva, SHANIN, ao analisar a "linha mestra" da tradição marxista sobre o campesinato e ao se referir à diferenciação social camponesa, considera que

"A diferenciação exerceu um papel importante na transformação capitalista da agricultura camponesa e representou, muitas vezes, sua mudança estrutural mais significativa... Mas sua interpretação como um padrão de desenvolvimento exclusivo e incontestavelmente necessário não o é". (SHANIN, 1980:56).

Em sua perspectiva de análise, autor afirma que esse modelo teórico é "real", mas não é verdadeiramente absoluto, pois o que se vê não é a diferenciação da maioria camponesa em pobres e ricos, no sentido clássico da concepção, mas um processo de "pauperização" e "marginalização" do campesinato, até porque, nessas situações dadas, ele nem desaparece nem se torna proletário, mas persiste, se recria e se subordina ao sistema capitalista sem que este tenha capacidade mágica e absoluta de transformar tudo e todos à sua imagem e semelhança. Neste sentido,

"sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao

mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante... Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês". (SHANIN, Id. Ib. Pág.:58).

A partir dessa perspectiva empreendida por SHANIN, podemos dela inferir o sentido mais amplo para a melhor definição de camponês: o camponês vive um constante processo de se fazer e, a cada situação, relaciona-se de forma específica com a sociedade global da qual faz parte.

Isto nos possibilita, de saída, analisar o campesinato como um processo de reconstrução, num refazer-se contínuo, não fadado, aprioristicamente, à extinção.

O campesinato não só está vinculado à economia capitalista no geral, mas, ao se recriar, cria estratégias de sobrevivência e resistência, inseridas num jogo de forças sociais. Para SHANIN, isto prova que "a história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como simples reflexo, mas como medidas importantes de autonomia". (Shanin, Id. Ib. Pág:69). Podemos assim, considerar, nessa perspectiva relacional, algumas características gerais das unidades de economia camponesas, enquanto unidades de produção/consumo.

Primeiramente, colocamos a relação entre camponês e sua

unidade de produção.

Segundo Chayanov, o foco da economia camponesa centra-se em sua força-de-trabalho familiar. Para ele, o caráter da família é um dos fatores principais na organização da unidade econômica camponesa". (Chayanov, 1985:47). Neste sentido, é que a composição da família e seu tamanho vai ter um papel determinante na reprodução da unidade econômica camponesa.

Em consequência disto, o determinante das atividades econômicas camponesas não vai ser o "lucro". A finalidade com que a unidade camponesa produz não vai ser o lucro capitalista, mas a satisfação das necessidades de seus consumidores.

Shanin, tomando como base as contribuições teóricas de Chayanov, e analisando as especificidades da economia camponesa, afirma ser o ponto de partida de sua análise "o equilíbrio entre a necessidade de consumo e a capacidade de produção na agricultura familiar", ou seja, "a família camponesa trabalha o necessário para suprir suas necessidades". (Shanin, 1987).

Isto demonstra, a nosso ver, a busca estratégica da unidade camponesa de manter uma relação de "equilíbrio entre a força de trabalho familiar e a satisfação das necessidades da unidade doméstica". Neste sentido, "o objetivo da economia camponesa é a sobrevi-

vência'⁵. (Shanin, Id. Ib.).

Neste mesmo faciocínio conceitual, Shanin (1979:05), ao definir um tipo geral delimitador do camponês, analisa-o sob quatro pontos, dos quais, dois estarão ligados diretamente a sua relação com a unidade de produção:

1. "Roçado familiar como unidade básica: a família sustenta o roçado, o roçado sustenta a família";
2. Cultivo de terra como principal meio de sobrevivência, pouca especialização da tarefa e base cultural de subsistência;
3. Do ponto de vista cultural, a mesma análise define o camponês com uma *cultura e atitudes com características específicas*, ou seja, presença da *idealização do passado para justificar o presente* e um *modo de vida com base em pequenas comunidades*. Em síntese, o mesmo autor assinala que o *manejo do estabelecimento familiar como a definição mais estrita de camponês* (Id. Ib. Pág. 52).

5 Sobrevivência da unidade camponesa aqui resgatada no sentido de sua reprodução em relação à reposição das energias despreendidas, seja em relação ao atendimento das necessidades materiais de manutenção da unidade econômica e familiar, seja no seu aspecto cultural e social, através da formação do "fundo de manutenção". (Cf. Wolf, 1976).

Vale salientar, no entanto, que esta tipologia geral não se adequa aprioristicamente a todas as realidades camponesas. Importa pois, contemporizá-la a cada realidade específica, o que significa reconhecer que essa conceituação geral ajuda-nos na compreensão geral da realidade camponesa, embora seja necessária sua adaptação à complexidade de realidade estudada.

A partir dessa perspectiva relacional, compreendemos o camponês em sua relação direta com a terra mediada pela própria força de trabalho familiar, cuja exploração econômica tem como finalidade o auto-sustento da família e da unidade de produção. Destarte, a reposição das energias gastas no processo de produção não é expressado pelo salário, mas pela satisfação das necessidades da família. Como demonstra Chayanov (op. cit.), a família intensifica ou diminui o dispêndio da força de trabalho doméstica em função da manutenção do ponto de equilíbrio entre o aproveitamento da força de trabalho e o nível de atendimento das necessidades familiares.

Nisto está o limite da exploração da unidade econômica camponesa; a família só trabalha até alcançar esse nível, isto é, o *"alcance de uma cota de trabalho que permita utilizar os recursos da força de trabalho familiar"*. (ARCHETTI, 1987:16).

Chayanov, ao abordar os princípios básicos da organização da unidade camponesa (Chayanov, op. cit.), analisa-os como um *"sistema comum a qualquer processo produtivo"* que consiste na combinação qualitativa e quantitativa dos fatores terra, capital e força-de-trabalho". A isto ele chamou de *"conveniência técnica entre os fato-*

res". Por outro lado, ao analisar a especificidade da economia camponesa, afirma que "os elementos produtivos se fixam de acordo com sua disponibilidade, para ajustar-se ao ótimo grau de auto-exploração da força de trabalho familiar". (Chayanov, id. ib. Pág. 98).

Por outro lado, CHAYANOV analisa que o aproveitamento da força-de-trabalho não só está ligado às pressões da necessidade, como também às condições técnicas com que o trabalhador entra no processo de produção.

"Uma análise mais detalhada estabelece de modo indubitável que a parte das necessidades de consumo, também as condições em que se realiza o trabalho determinam em grau considerável a produção do trabalhador". (Chayanov, op. cit. Pág.:81).

Haveria então um "padrão tecnológico correto" adequado a essa dinâmica interna da unidade camponesa ?

II

Colocamos aqui, a questão do campesinato, suas características básicas e a sua relação com a tecnologia agrícola moderna e seu impacto na sua unidade de exploração.

Retomamos, para o aprofundamento da problemática em questão, os fatores determinantes da unidade de produção e como eles se constituem no processo contínuo de recriação camponesa frente às

tensões e ameaças externas, em estratégias de sobrevivência e resistência para manutenção e construção de sua autonomia.

A perspectiva acima nos remete à necessidade de analisar qual a influência que terá a tecnologia, considerando o meio de produção terra sob a posse do trabalhador e a força de trabalho familiar como fatores estratégicos de reprodução camponesa; qual é o papel da tecnologia agrícola na unidade de produção camponesa? Da mesma forma, como coloca Shanin (1980), "*a tecnologia é válida enquanto permite o aumento da produtividade do trabalho*", só que, a unidade econômica camponesa tem um limite que está inscrito no âmbito do atendimento de suas necessidades. Neste caso, haverá limite no emprego de determinadas práticas tecnológicas por parte do camponês? Quando adotadas, em que condições e até que ponto?

A nosso ver, o uso da tecnologia é algo que passa pela questão objetiva da produção material. Neste sentido, elevar a produção e produtividade do trabalho é um fim que se persegue em qualquer unidade de produção, seja na unidade de economia doméstica, seja na unidade capitalista de produção.

Nesse aspecto, a tecnologia faz parte do interesse do camponês, mesmo porque, no seu processo produtivo, é inevitável o seu uso. A questão é o caráter seletivo porque passa a técnica sob os interesses das unidades de produção familiar.

O problema que se nos apresenta é o papel que a tecnologia vai assumir em cada um desses processos e com que lógica essa tecno-

logia vai ser incorporada e com que fim.

Para buscar o entendimento mais amplo sobre a tecnologia agropecuária moderna, sua racionalidade intrínseca e seu impacto nos vários processos produtivos, e em especial, a economia camponesa, é necessário romper com o paradigma ideológico da modernidade e do economicismo, e problematizá-lo nos seus aspectos sociais. Neste sentido, a análise de SOUZA e SINGER demonstra o processo de como a tecnologia é produzida e usada, apontando que só através de uma investigação dos seus aspectos sociais é que se pode desmistificar as mudanças progressivas e inevitáveis que lhes são imputadas. (SOUZA & SINGER, 1984:04).

Desse ponto de vista, o que se busca aprofundar é o sentido da tecnologia, como uma prática, cujo objetivo é "o controle da natureza para servir aos propósitos do homem (SOUZA & SINGER, id. ib.:13). Dessa prática, infere-se não só uma atividade puramente técnica e econômica, mas também uma atividade política e social realizada num "campo de conflito, como prática específica porque dá-se através de uma série de escolhas humanas e uma base sócio-material implicada naquela série". (SOUZA & SINGER, id. ib. pág.:15).

Desse modo, essa base sócio-material vai influenciar, do ponto de vista do usuário de determinada prática tecnológica, escolhas que lhe dêem proveito e que lhe assegurem reproduzir e/ou reforçar um sistema e uma lógica, a partir de opções selecionadas sobre outras.

Sob essa perspectiva, acreditamos que o camponês, a partir de sua base sócio-material, adotará esta ou aquela tecnologia agropecuária, de acordo com os seus interesses estratégicos para sua auto-reprodução.

Sendo um elemento necessário em qualquer processo produtivo, a tecnologia se configura com um conjunto de técnicas e conhecimentos científicos ou empíricos aplicáveis à produção (SOUZA & SINGER, id. ib. pág.: 14), configurados numa prática tecnológica concreta no campo da produção e organização dessa produção e que contribui para a prática ideológica, na medida em que transforma um componente da matéria prima do processo objetivo de produzir bens materiais para sobrevivência e reprodução, em processos subjetivos, a partir do sentido e da função práticos no momento de sua aplicação. (Cf. SOUZA & SINGER, Op. cit. pág.: 16). Desta maneira, se resgata outro aspecto da tecnologia enquanto aparato que lhe é intrínseco:

"A vítrea ideologia de fundo hoje dominante, que transforma a ciência hoje em fetiche, é mais irresistível e mais abrangente... Pois com o velamento das questões práticas, ela não somente justifica o interesse de uma classe determinada e oprime a necessidade de emancipação por parte de outra classe, como atinge o interesse emancipatório... (HABERMAS, 1980: 335).

Entendemos então a geração, difusão e uso da tecnologia agrícola como uma prática tecnológica no campo de conflitos e de forças onde se engendram as contradições, interesses e resistências intra-classes, sob a racionalidade científica e os interesses da produção camponesa.

A contradição, a nosso ver, dá-se porque o sentido da tecnologia moderna está ligado ao controle e ao domínio da produção através de técnicas que impõem um caráter racional de estratégias, em função de interesses e fins determinados pela necessidade de expansão e acumulação de bens e capital. Como apontado por Habermas,

"O método científico que levou a dominação cada vez mais eficaz da natureza passou assim a fornecer tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficaz do homem pelo homem através da dominação da natureza". (HABERMAS, op. cit. pág.: 315).

Essa racionalidade veio delinear-se como um valor geral da sociedade a partir da transformação e rompimento dos velhos valores "primitivos", em consequência da revolução industrial e da instalação do modo capitalista de produção. O que se coloca aqui, portanto, é o poder que vai ter a tecnologia, na medida que ela se legitima como um padrão geral, um modelo social, um caminho pelo qual seu significado único é a modernidade via tecnificação. Em decorrência disto, o poder da tecnologia passa a ser "fetichizado", a se justificar por si só, numa perspectiva de salvar o processo produtivo,

pelo aumento da produção e produtividade e, conseqüentemente, o aumento do bem estar da sociedade.

Ao considerarmos a especificidade do campo, vamos nos defrontar com a complexidade da questão tecnológica. De um lado, a sua racionalidade e a concepção hegemônica que a rege, associada a interesses ligados à reprodução e acumulação capitalistas. Por outro, a necessidade premente da eficiência na produção de alimentos à manutenção da humanidade.

A prática tecnológica vem aqui se defrontar, de fato, com processos produtivos em que trabalhadores mantêm a relação direta com os meios de produção. Tal organização do processo produtivo se diferencia à medida em que o controle da terra e os instrumentos de trabalho estão sob o controle dos trabalhadores diretos, embora este controle esteja submetido a outras instâncias de poder que legitimam práticas e processos tecnológicos.

Partindo do pressuposto da racionalidade produtiva da tecnologia moderna e da especificidade da economia camponesa, inferimos ser o domínio sobre a natureza preconizado pela tecnologia moderna essencialmente diferente do sentido do domínio do camponês sobre a natureza e os instrumentos de produção de sua unidade de produção.

De acordo com SOUZA & SINGER, o controle do capital sobre a produção e apropriação de valor, no contexto onde os trabalhadores detêm seus meios de produção, tornam-se limitados a direção, a organização e controle efetivos do processo pelo capital. Seguindo ainda

seu raciocínio, o canal que o capital encontra para viabilizar e assegurar suas condições de existência e reprodução, vai ser através da mudança e modernização técnica da base produtiva via montagem de um sistema social de apoio. (Cf. SOUZA & SINGER, op. cit. págs.: 16 e 19).

Aqui, portanto, resgatamos o papel das políticas governamentais como elemento responsável pela disseminação, legitimação e consolidação de práticas que reforçam determinados interesses em jogo, a partir de sua intervenção no meio rural. Através das políticas governamentais voltadas para o setor rural - seus programas e instituições -, os conflitos e interesses resultantes da especificidade do setor agrícola, são por ele assumidos e a ele incorporados. O Estado passa a intervir em função da racionalidade tecnológica, da pretensa busca da elevação da produção e produtividade e conseqüente elevação do padrão sócio-econômico das famílias rurais, gerindo e difundindo tecnologias agrícolas entendidas como modernas como uma alternativa imediata.

Desse ponto de vista, a geração e difusão de tecnologias, via Estado, passa por uma concepção ideológica modernizante, sem levar em conta a problemática social conseqüente.

THIOLLENT, ao analisar a tecnologia da modernização, enfatiza a não problematização da questão em pauta por parte do Estado, considerando que a inovação tecnológica difundida é considerada como dada, sem a interferência dos usuários; o que é inovador para o sistema nem sempre o é para a população, e, principalmente, o conceito

de inovação é usado para distinguir os adotadores mais avançados dos retardatários. (Thiollent, 1984, págs. 44 e 46). De acordo com Habermas,

"a tecnologia prevê também a formidável racionalização da não liberdade do homem e demonstra a impossibilidade "técnica" de ser ele autônomo e de determinar a sua própria vida. Isso porque essa não liberdade aparece, não como racional ou política, mas antes como uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho". (Habermas, id. ib. pág. 316).

Sob esse "império racional" do aparato tecnológico moderno e nessa perspectiva abordada, toda a relação de submissão do homem à tecnologia é encoberta e, inclusive, engendradas expressões sócio-culturais que recaem sobre grupos sociais que, sob determinadas situações, motivos e contextos, resistem a essa "lógica tecnológica". É através dessa concepção generalizante e fetichizada que se formula a noção do "moderno", do progresso e do "atraso".

Em se tratando do processo de difusão e adoção de tecnologia moderna, aqueles camponeses que resistem em adotar determinadas práticas vão se configurar, sob o "padrão da modernidade", em culturalmente atrasados e tecnicamente impossibilitados de gerir sua unidade de produção do ponto de vista empresarial.

Por outro lado, é óbvia a análise do impacto do novo padrão tecnológico na produção agrícola familiar. Como vimos, tanto seus efeitos quanto seu aproveitamento são ambíguos. Segundo Figueiredo, "é essa complexidade do processo e de seus resultados que abrem campo para escolha e permitem destacar a dimensão política da tecnologia". (Cf. Figueiredo, 1989.)

Quando se trata da modernização da agricultura, introdução tecnológica significa um processo doloroso que se configura por uma nova forma de expropriação do campesinato de seus meios de produção, ou um processo de exclusão e/ou marginalização camponesa em detrimento de uma pequena minoria.

Diante dessas questões, a complexidade das relações no campesinato e sobretudo no que diz respeito às suas atitudes e reações frente à tecnologia, se nos apresentou como desafio sobre o qual nos detemos. As condições técnicas de produção sempre foram um fator importante no processo produtivo e, como tal, é uma questão que passa pela necessidade de produção, ligada diretamente à sobrevivência.

A questão, dessa forma, não é produzir, difundir e aplicar tecnologia, mas como transferi-la e aplicá-la e em que circunstâncias. Que interesses entram, se complementam e se contradizem nessa prática tecnológica que se traduz numa prática político-ideológica? Finalmente como, dentro dessas relações, os camponeses passam a construir, a partir de seus interesses, percepções e formas de organização e resistências cotidianas e coletivas que lhes são orgânicas

nesse jogo de conflito? Quando se apropriam dessas práticas tecnológicas, como o fazem e até que ponto sem serem expropriados de suas condições objetivas e subjetivas que lhes garantem sua auto-reprodução?

Aqui carece, de uma investigação mais criteriosa, de se inferir dos próprios camponeses, qual é o sentido da tecnologia e sua importância para a reprodução de sua unidade de produção. Da mesma forma, inferir do seu cotidiano, até onde interessa o emprego de tecnologia sem que necessariamente tenham que modificar radicalmente os padrões e a forma de produção e sem alterar a relação de equilíbrio entre os fatores da unidade submeter.

Estas questões foram tratadas a partir de um processo metodológico de observação empírica da realidade dos pequenos produtores rurais estudados no município de Lagoa Seca-PB, que conjugou momentos de debates coletivos envolvendo trabalhadores rurais, técnicos e lideranças sindicais, e métodos de observação participante em cada unidade de produção visitada, cuja descrição será objeto de análise dos capítulos seguintes.

CAPITULO II - A METODOLOGIA DA PES-
QUISA

CAPITULO II - A METODOLOGIA DA PES- QUISA

Realizamos nossa pesquisa através do uso sistemático e articulado de um conjunto de instrumentos de discussão e de coleta de informações, que se traduziu na prática, pela realização de seminários mensais com o grupo referencial¹, organização e acompanhamento de um grupo de pesquisadores populares, confecção de cartilhas e textos populares, reuniões nos sítios e povoados, visitas coletivas e individuais às unidades de produção, através das quais estabelecíamos observações participantes e participação observante; realizamos entrevistas individuais e coletivas através da aplicação de questionários e gravações, entre outros recursos disponíveis. Construímos todo esse processo, a partir de algumas reflexões teórico-metodológicas sistemáticas, registradas a seguir.

Este capítulo pretende analisar o processo de construção metodológica de nossa pesquisa no município de Lagoa Seca e o caráter participativo que este assumiu em todas as etapas desta investi-

1 Estamos nos referindo aos participantes do grupo de estudo e reflexão sobre a realidade da pequena produção rural do município de Lagoa Seca, formado em média por 25 participantes representantes das várias comunidades rurais do município. O grupo formou-se, por iniciativa do grupo de oposição sindical rural do município, com o objetivo de ampliar uma compreensão mais aprofundada sobre a realidade da pequena produção local. Mensalmente, o referido grupo reunia-se na sede do município para realizar seus estudos, denominados de "seminários mensais de capacitação". Esta pesquisa foi desenvolvida no conjunto das atividades de capacitação desse grupo, cabendo-nos o papel de assessorá-los no processo de construção e organização dos conteúdos aprofundados.

gação-ação.

Na primeira parte, abordamos questões de ordem teórico-metodológicas acerca do papel da ciência e do cientista e sua relação com os processos sociais concretos, enfatizando, nesta perspectiva, a importância de superação da díade pesquisador/objeto pesquisado no campo das ciências sociais.

Nas partes seguintes deste capítulo, vamos analisar o modo como construímos os vários interesses entre a perspectiva de produção de conhecimento elaborado, a partir da pesquisa efetivada, e o desenvolvimento de uma capacitação processual em vistas ao reforço da ação política do grupo trabalhado - a oposição sindical rural do município de Lagoa Seca.

Este processo está demonstrado na segunda parte deste capítulo - *A definição do problema da pesquisa*. A terceira parte - *Técnicas de aproximação da realidade e coleta de dados* - é o momento em que analisamos a relação entre o interesse de nossa pesquisa e a capacitação do grupo de referência. Nela também detalhamos a construção dos principais instrumentos de coleta e discussão, tendo a constituição dos seminários municipais com os participantes da pesquisa, o principal instrumento balizador de todo o processo de estudo e de ação.

As estratégias de devolução, enquanto socialização das informações construídas coletivamente e os processos diferenciados de

comunicação entre os participantes, é o tema que abordamos na quarta parte do capítulo - *O processo de socialização do conhecimento*. Na quarta e última parte - *A busca do cotidiano e da experiência: o espaço da particularidade* -, é analisado o caminho construído que nos permitiu abordar o espaço particular de cada produtor(a) participante, considerando o modo de viver de cada família e, especialmente, tendo como referência a experiência na produção material e simbólica de suas vidas.

2.1. Conhecimento Científico e Sociedade

Antes de iniciarmos a pesquisa de campo, uma das questões que nos inquietava era qual a utilidade de um conhecimento científico como produto de uma pesquisa social.

Esta questão sempre nos remeteu a problematizar determinadas formas de se fazer pesquisa que, na maioria dos casos, são precedidas de uma visão que termina por separar o pesquisador da realidade pesquisada e o conhecimento do sujeito pesquisado, para o qual este é considerado mero objeto da curiosidade científica.

Resgatamos aqui o debate acerca da ciência, ideologia e a questão da objetividade e neutralidade científicas.

Na nossa perspectiva, a ciência não está desvinculada dos interesses das classes sociais. Noutra palavra, a ciência não possui autonomia própria e por isto mesmo, não deve ser compreendida como

uma instituição fetichizada e independente das necessidades e demandas coletivas e sociais, como também dos interesses das classes dominantes de cada período histórico².

Em se tratando das ciências sociais, seria ingênuo conceber um tipo de produção e investigação científica que não estivesse vinculado a uma perspectiva de manutenção ou transformação de uma dada situação social.

Não estamos reivindicando a redutibilidade da ciência à questão político-ideológica, mas buscando analisá-la numa perspectiva que vá de encontro à concepção elitista e positiva que termina por conceber os fatos sociais reificados e passíveis a uma apreensão da ciência e do cientista a partir de uma observação laboratorial, experimental e isolada dos interesses sociais e políticos embutidos nas interrelações sociais dos grupos estudados.

Ciência não é fetiche (Cf. Borba, 1984). Esta é senão produto da mente do cientista ao captar os processos concretos da realidade, e não traz em si o poder de transformar a realidade:

"A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem

2 Nessa perspectiva, Orlando Fals Borda (1984:18) em seu trabalho que tece considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular, escreve que "a ciência é apenas um produto cultural do intelecto humano que responde a necessidades coletivas concretas e também aos objetivos específicos determinados pelas classes sociais dominantes em período histórico precisos".

que ser assinalada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação" (Vasquez, 1977:208).

Da ciência não podemos separar seus sujeitos históricos inseridos em um contexto social. O cientista é o sujeito da ciência porque ele não é um produto final que lhe seja redutível. Aqui há uma relação dialética entre a ciência e cientista. Da mesma forma, essa relação se reproduz entre a ciência e a sociedade da qual o cientista é parte³.

Estas questões, de fato, nos levam a repensar a relação do cientista com o objeto do seu estudo e seu papel na sociedade; há questões fundamentais das quais ele não pode se omitir: não reivindicar para si uma postura neutra e/ou aparentemente desconectada com interesses coletivos em jogo na sociedade, ou, noutro extremo, assumir para si o papel de salvador da sociedade ou de um grupo social pelo fato de ser detentor de teorias científicas capazes de explicar

³ Michel Lowy (1985:11), ao analisar e definir o positivismo, resgata seus aspectos mais "racionários" e "conservadores": "nas ciências sociais, como na natureza, é necessário os preconceitos e as pressuposições, separar os julgamentos de fato dos julgamentos de valor, a ciência da ideologia". Disso, o autor infere o verdadeiro sentido da palavra POSITIVO empregada por Comte: para distinguir e opor sua doutrina às perigosas teorias negativas, críticas, destrutivas, subversivas, em uma palavra, revolucionárias, da filosofia das luzes, da Revolução Francesa e do socialismo. Ver também Brandão (1984), e Kosik (1989).

a realidade. Inferimos daqui a noção do "intelectual orgânico"⁴, o papel da teoria e o repensar as concepções metodológicas de investigação social. 38

Para Lowy (1985:15), "toda ciência implica numa escolha, e nas ciências históricas, essa escolha não é produto do acaso, mas está em relação orgânica com uma certa perspectiva global".

Neste trabalho, portanto, tentamos contribuir com questões para o debate, no campo das pesquisas sociais, sobre o conceito da objetividade exigida pela pesquisa social científica. Optamos por efetivar nossa experiência de campo considerando-a em seu processo contínuo de apreensão da realidade, simultaneamente ao reforço da ação de um grupo social politicamente ativo no município estudado. Tal grupo, no início desta pesquisa (janeiro de 1990), identificava-se enquanto grupo de oposição sindical rural, e atualmente, após processo de disputa eleitoral, realizado em setembro de 1992, é a nova direção política do STR local.

4 Gramsci (1979), analisando o conceito de intelectual, considera um mito a noção do intelectual independente e acima das classes sociais. Para ele, "todo grupo social, nascendo sobre o terreno original de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria ao mesmo tempo que ele, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão sua homogeneidade e a consciência de sua própria função, não apenas no domínio econômico, mas também no domínio político e social" e acrescenta, opondo o sentido de intelectual orgânico ao intelectual tradicional: "o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, "persuasor permanente...". (Gramsci, 1979: págs. 3 e 8.).

2.2. A DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

Por onde começar a pesquisa? Era a questão empírica dada. Metodologicamente, buscamos construir uma estratégia que apontasse para uma pesquisa-processo, ou seja, que possibilitasse um processo de investigação da realidade local que desembocasse, ao mesmo tempo, num processo pedagógico e educativo dos participantes da pesquisa.

Esta perspectiva se efetivou, de fato, ao decidirmos pelo estudo do então grupo de oposição sindical rural no município de Lagoa Seca-PB, como o ponto de partida de nossa pesquisa.

Essa escolha não foi casual nem oportunista. Da parte do grupo, alguns participantes com os quais já tínhamos trabalhado em outra pesquisa de campo, tinham-nos solicitado a colaboração para realizar uma avaliação das experiências anteriores do grupo enquanto oposição sindical rural, com o objetivo de uma possível capacitação sobre a realidade local. Tal interesse partia da necessidade do grupo em se capacitar melhor para o enfrentamento na disputa pelo sindicato local que se daria em 1992⁵. Em contrapartida, reafirmamos nosso interesse de montar nossa pesquisa de campo, explicando-lhes detalhadamente nossa proposta de estudo.

5 Esse grupo de pequenos produtores locais, constituído principalmente de jovens trabalhadores rurais, disputou por duas vezes as eleições sindicais locais (1987 e 1989) sem obter êxito. Nessas ocasiões, o processo eleitoral foi fortemente marcado pela violência, manipulação eleitoral e repressão sobre o grupo.

O nosso primeiro encontro, ocorrido em janeiro de 1990, reuniu um grupo de aproximadamente 25 pequenos produtores, entre os quais homens, mulheres e jovens trabalhadores rurais. Nessa oportunidade, fomos apresentados por alguns participantes do grupo como "amigos que acompanham o Pólo Sindical Rural⁶ e que vão fazer uma pesquisa aqui em Lagoa Seca sobre a agricultura e o trabalho no campo, ao mesmo tempo que vão ajudar a gente no acompanhamento do nosso grupo..." (Cf. Relatório do seminário, 28/01/90). Apesar disto, não nos sentimos constrangidos a falar, nem nos solicitaram direção. Ficamos a escutar e a escrever.

Este encontro tinha uma peculiaridade: significava o reencontro de um grupo social politicamente ativo, cuja identidade política era a de oposição sindical rural no município. Nesse encontro, o grupo não só avaliou a ação do STR local, como estabeleceu os primeiros elementos avaliativos que desembocaria numa profunda e permanente avaliação política da sua intervenção junto aos demais trabalhadores do município, nas duas últimas eleições sindicais ocorridas até aquele ano de 1990. Essa discussão recolocou para o grupo um problema a resolver além de um desafio a enfrentar.

O problema colocado era de ordem política e o grupo apontava a necessidade de superação do quadro sindical local. A avalia-

⁶ O Pólo de Renovação Sindical Rural da Borborema é uma articulação sindical rural formado por sindicatos de trabalhadores e oposições rurais de idêntica concepção político-sindical que se articulam entre si com o objetivo de repensar e redimensionar novos conteúdos e estratégias ao movimento sindical rural no chamado "compartimento da Borborema".

ção do grupo sobre a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local caracterizava-a como inoperante, desmobilizada e politicamente comprometida com os interesses dominantes locais. Isto posto, avaliaram também que as iniciativas e estratégias de organização e de ação sindicais de oposição já ocorridas sempre foram ineficientes, como podemos observar nos relatos de seus participantes:

"O papel do sindicato é reunir o pessoal para pressionar e questionar os poderes. Mas o daqui, se aproximando dos poderes, perde a direção e passa a ser um cavalo dos chefes políticos..."

"A gente existe como oposição, mas sem nenhum trabalho organizado de mobilização e esclarecimento..." (Depoimentos dos participantes: 28/01/90)

Ao mesmo tempo em que transcorria uma avaliação, era formulada uma proposição ligada à necessidade e importância do grupo conhecer a realidade do município, marcada profundamente pela pequena produção agrícola, o que correspondia, a nível da capacitação do grupo, à necessidade de se conhecer a realidade da pequena produção local, como podemos atestar nas falas que se seguem:

"Quando a gente escutou eles falar sobre a experiência deles quando eram oposição e que ganharam o sindicato mobilizando todos os trabalhadores rurais do município, fosse assalariado ou pequeno produtor... e sabe como? antes de mais nada, par-

tindo para conhecer a realidade dos seus trabalhadores, coisas como dados da produção, da comercialização, do crédito rural, da assistência técnica e assim por diante..." (Depoimento de L.A.G, sexo feminino, participante do grupo, referindo-se à experiência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá-CE. 28/01/90).

O que avaliamos estar em jogo para os interesses do grupo era, na realidade, a importância da informação necessária que contribuísse para o redimensionamento e aprofundamento do conhecimento sobre a sua própria realidade, e como ela se articulava em suas variadas dimensões, entre as quais, o aspecto político da organização dos seus atores principais.

A experiência resgatada pelo grupo, indicava-lhe possibilidade concreta (e vivenciada) de um grupo de oposição sindical (a experiência de outro estado) que, partindo de um processo de pesquisa e estudo da realidade dada, foi capaz de agir concretamente na realidade dos trabalhadores, através de ações colocadas diretamente aos interesses dos seus representados, enfrentando os problemas fundamentais, sua gênese e os atores sociais diretamente responsáveis, na medida certa e com os mediadores possíveis, baseado num saber apurado e coletivamente construído.

Se o grupo presente reconhecia não ter um conhecimento sobre a realidade local, a questão estava definitivamente instalada: optamos pela formulação de um estudo sistemático de informação na

capacitação dos seus participantes. Assumimos, naquele instante, o desafio colocado, cujo entendimento coletivo foi:

"Com este estudo, há esperança de se matar dois coelhos com uma cajadada só: de se montar uma relação no dia-a-dia dos trabalhadores rurais locais, discutindo com eles e acompanhando suas lutas mais cotidianas com informações importantes que interessam a todos para poder viver melhor, e ao mesmo tempo, e com os trabalhadores, estudarmos e levantarmos informações e dados necessários para montarmos um quadro geral de conhecimento sobre o município que possa ajudar a montar uma proposta política de ação do nosso grupo" (Relato do 1º Seminário: 28/01/90).

Avaliávamos que não só o grupo referencial definira seu processo de capacitação-ação, como também estávamos redimensionando nosso objeto da pesquisa, à medida em que a da organização política dos trabalhadores estava relacionada com as práticas tecnológicas de cada pequeno produtor, restando-nos aprofundar como isto vinha se articulando no cotidiano daquele grupo.

Montamos assim os passos seguintes da pesquisa. Nosso desafio foi desenvolver um processo de pesquisa que resultasse na produção de conhecimento científico da realidade local, associado a um processo de capacitação dos participantes da pesquisa. Este aspecto foi relevante para, nessa etapa da construção da nossa investigação,

optarmos por uma pesquisa-ação por ser

"um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em uma estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperado e participativo" (Thiollent. 1986:14).

Partindo dessa perspectiva, construímos os passos seguintes da nossa pesquisa, objetivando: a) o caminho e as etapas da organização política do grupo de oposição sindical local; b) o aprofundamento do conhecimento das relações mais amplas da realidade dos pequenos produtores familiares no município: seu cotidiano e suas expectativas, enquanto grupo sócio-econômico relevante no processo de produção local.

Tínhamos motivos suficientes para desenvolver a pesquisa. O que viamos pela frente eram demandas do ponto de vista instrumental (estratégico e político) e de produção de conhecimento (formação/informação) que se efetivaram num processo educativo e investigativo com os trabalhadores participantes.

2.3. TÉCNICAS DE APROXIMAÇÃO DA REALIDADE E COLETA DE DADOS

A pesquisa-ação, como estratégia metodológica, nos possibilitou a efetivação de coleta, análise e socialização do processo de construção do conhecimento, na medida em que ela apontou para a produção de conhecimento, uma forma de ação e um processo de capacitação. Ou seja, viabilizou a explicitação de um objetivo prático e um objetivo de produção de conhecimento, traduzido pela intenção de *"tornar mais evidente aos olhos dos interessados a natureza e a complexidade dos problemas considerados"* (Thiollent. op.cit.:18).

Mesmo no processo de aprofundamento do objeto investigado as práticas tecnológicas dos pequenos produtores rurais-, nos respaldamos na possibilidade dessa estratégia metodológica possibilitar o desenrolar de uma participação político-educativo em que tivéssemos lugar como pesquisador e intelectual, e que os participantes desenvolvessem suas potencialidades cognitivas no próprio processo de produção do conhecimento. Este, uma vez produzido, serviria de reforço aos interesses explicitados no coletivo do grupo, de forma que fosse possível

"conceber o desenvolvimento de um processo de educação política pelo qual o pesquisador ajuda o grupo a tomar distância de sua realidade vivida e colocar-se, diante dela, como diante de um objeto de estudo e ação. O papel do pesquisador será de criar as condições para este recuo crítico e o de

organizar a temática geradora de tal forma que os protagonistas possam, discutindo-a, decifrá-la e agir sobre ela." (Oliveira e Oliveira, 1985:32).

Planejamos seminários mensais, envolvendo representantes de vários sítios do município. Nestes, os participantes, em média de 25 pessoas, se encontravam, discutiam, estudavam, avaliavam e planejavam suas ações.

O segundo seminário dessa série teve o caráter de problematização, detalhamento e reflexão do objeto do estudo. Foi nesse momento que definimos, objetivamente, o que e como investigar.

Primeiramente, tentávamos entender e definir melhor o que seria "partir da realidade concreta do município". O que considerar como ponto de partida? Buscamos em Freire a compreensão que nos parecia atender à nossa inquietação:

"realidade concreta é todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade." (Freire, 1985:35).

O ponto de partida de nossa pesquisa foi, portanto, a realidade concreta dos pequenos produtores, incorporadas as relações econômicas e sua base técnica, as representações de cada produtor sobre seus processos produtivos e sua relação com o nível poli-

tico-organizativo. Noutras palavras, significou o estudo e compreensão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local e sua relação com a real situação de trabalho e produção camponesa no município. Consideramos os aspectos mais objetivos - os parâmetros técnicos: terra-
uso e posse-, recursos tecnológicos, sistemas produtivos das culturas, etc., e os aspectos subjetivos no modo de sentir do grupo: sua realidade e seu nível de organização. De outro modo, incorporamos como fundamentais as representações presentes na relação STR e a pequena produção local ou, noutro aspecto, o *lamento do filho órfão...*⁷. O problema da organização sindical e sua relevância para o grupo, neste sentido, instalou-se definitivamente na nossa pesquisa.

Foi neste sentido que os seminários foram realizados sistematicamente. Desse primeiro, pudemos levantar uma série de questões relativas à organização da produção agropecuária local.

Como se tratava de um grupo específico de pequenos produtores rurais, optou-se pela realidade específica da pequena produção. A dinâmica foi a apropriação/reapropriação de todas as informações sobre a organização da produção agrícola do município. Isto

7 Referimo-nos ao discurso unânime dos pequenos produtores do município de Lagoa ressentiam-se fortemente da ausência de uma intervenção sindical na organização dos pequenos produtores locais. Em qualquer situação que nos referíamos, a inércia da então diretoria do sindicato estava presente. Para todos, o sindicato tinha "o papel de conscientizar o trabalhador e lutar com ele para resolver seus principais problemas e dificuldades", o que não viam na então diretoria do sindicato local.

48

resultou num mapeamento econômico do município⁸. Num segundo momento, problematizamos essas informações acumuladas pelos participantes, levantando questões. Todos expressaram a necessidade de investigar a estrutura fundiária local, a produção agrícola e a questão tecnológica. Disto resultou não apenas as questões delimitadoras do objeto problematizado, como possibilitou a formação de um grupo de pesquisadores populares constituídos pelos próprios participantes.

Os seminários mensais foram o instrumento central de nossa pesquisa enquanto espaço de levantamento de problemáticas, definições estratégicas das atividades de coleta e análise dos dados pesquisados. Estes foram sistematizados coletivamente pelas equipes de pesquisa e foram confrontados coletivamente. A experiência resgatou o que Thiollent definiu como papel do seminário no conjunto da pesquisa-ação: *"consiste em examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação. O seminário também tem a função de coordenar as atividades dos grupos satélites"*. (Thiollent, Op. cit.: 58).

Os seminários foram, portanto, o espaço do confronto, da troca e da informação onde todas as relações de saber se fizeram e onde imbricaram-se a razão e a paixão dos participantes; nelas se

⁸ Adotamos a seguinte dinâmica: trouxemos para o grupo uma reprodução ampliada do mapa do município, em papel madeira, totalmente em branco. Dividimo-lo em quatro pedaços, de acordo com os pontos cardeais; igual procedimento adotamos para formação de grupos entre os participantes, onde cada um agrupou-se de acordo com o quadrante de sua origem no município. Feito isto, trabalhamos no sentido de ilustrar o mapa com todas as referências geográficas e informações sócio-econômicas disponíveis ao nível da experiência e do conhecimento cotidiano dos participantes.

cruzavam a necessidade da razão objetiva do processo de coleta e compreensão ampla da realidade com as simbologias e sentidos recriados a cada experiência de vida ali posta pela trajetória individual e coletiva do grupo. Demos especial atenção às histórias que sistematicamente eram relatadas pelos participantes⁹.

Os seminários foram alimentados pelos dados empiricamente coletados. A possibilidade de efetivarmos uma investigação de dados quantitativos, de forma coletiva, com os próprios participantes enquanto pesquisadores, já nos colocava algumas questões para refletirmos, Primeiramente, a própria pesquisa como instrumento do ato de conhecimento da realidade, à medida em que elegíamos, a priori, o que necessitávamos apreender e aprofundávamos os pressupostos que nortearam a nossa investigação. Segundo, o próprio processo de coleta de informações envolvendo os participantes, foi precedido de discussões de caráter metodológicas sobre a coleta, no sentido de termos claro o modo, a pertinência e a natureza das informações procuradas e de suas fontes; terceiro, a capacitação do grupo de pesquisadores na leitura estatística dos dados e no seu processo de inferência - o que eles nos diziam ou de que forma eles reforçariam nossas argumentações em afirmar, negar ou problematizar aspectos da realidade em estudo. Nesta aspecto é que foi desenvolvida a equipe de

9 Foi especialmente marcante o modo com que o grupo ilustrava as bem relatos reinventados, cuja força maior estava na sua importância simbólica para o grupo. Em todos eles, estava simbolicamente colocado o processo de reorganização das terras locais, além da discussões dos dados coletados e analisados nos seminários. Invasões de famílias em situações remotas ou recentes. Observamos também, eram relatados fatos ocorridos com famílias e/ou gruta-jetória do sindicato local.

pesquisadores populares¹⁰.

O processo metodológico apontou-nos a possibilidade de refletirmos um nível de investigação que não privilegiasse apenas o seu resultado final. Este caminho, na verdade, nos possibilitou vivenciar um processo de capacitação na manuseio de dados e informações, na capacidade de interpretá-los e na sua relação com a ampliação do conhecimento e do poder de argumentação de todos os participantes efetivos da pesquisa.

Os interesses daqueles pequenos produtores, estavam em permanente enfrentamento com outros interesses econômica e politicamente hegemônicos. Tais confrontos têm assegurado determinados direitos e garantias de um mínimo de participação e representatividade na sociedade local, o que requeria do grupo uma capacidade de acúmulo de determinadas informações que nem sempre estavam disponíveis para o fortalecimento desse embate. Tal questão se constituía numa das principais fragilidades do grupo.

Neste sentido, optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa-processo cujo objetivo contemplasse um amplo e permanente processo de participação no modo de construir e socializar o conhecimento

10 Esse grupo foi formado por 6 jovens rurais, membros ativos do então grupo de oposição sindical. Além deles, contávamos com a participação de mais dois integrantes da equipe de assessoria do Pólo de Renovação Sindical Rural. Ao todo, éramos 8 participantes. Trabalhamos sistematicamente na coleta de dados secundários nas diversas instituições, realizando contatos com pessoas, visitas ao sindicato, elaboração de material de divulgação e estudo, etc. Dessa equipe de pesquisadores populares, os deles integram atualmente a direção do STR local.

btido, capacitando o grupo no próprio modo de investigar a realidade, de sistematizar o seu saber no próprio desenvolvimento de sua capacitação para a ação.

2.4. O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Sales (1984), ao analisar o processo de socialização do conhecimento, sobretudo no que diz respeito à socialização do método de produção deste no contexto da pesquisa-ação, resgata a importância do confronto dos saberes entre técnicos, pesquisadores e participantes da pesquisa, afirmando que

"o confronto dos saberes já é o retorno do conhecimento para os agentes de sua produção... O confronto e a circulação do saber constituem a sua socialização. Os objetivos já estão assegurados ao nível dos meios" (Sales, 1984:210).

Neste contexto, os participantes da pesquisa, ao se organizarem em torno do resgate da ação do seu sindicato de trabalhadores, cujas relações políticas estavam historicamente voltadas aos interesses do poder hegemônico local, demandaram necessidades de capacitação numa perspectiva de capitalização do conhecimento como forma instrumental de eficácia de suas iniciativas e lutas. Isto implicou num redimensionamento teórico e metodológico dos conteúdos e formas das capacitações usualmente vivenciadas em situações similares.

Isto posto, a experiência da pesquisa passou a ser um referencial político, moral e intelectual desse processo. Uma vez articulados pela experiência, os objetivos que estavam sendo afirmados passavam pela capacidade de todos os participantes de argumentar e contra-argumentar com base na percepção totalizadora da realidade local, de forma objetiva e sistemática. Resgatamos disto o conhecimento mais elaborado como uma força capital que usualmente não tem sido incorporado organicamente às lutas cotidianas dos grupos de pequenos produtores nos processos de construção de suas identidades coletivas. Tal entendimento, podemos observar no relato a seguir, de um dos participantes do grupo:

"Então, esse grupo (Pesquisadores populares) começa a desenvolver umas pesquisas e lá vai pesquisar onde tem informação, coloca as informações num canto, tenta estudar, entender e colocar também aqui, nos seminários, que são as informações que nós trabalhadores não têm acesso, que ninguém nunca sabe as informações do IBGE que vem de dez em dez anos e pergunta, né? E a gente não sabe as informações do INCRA... essas coisas que a gente não tem informação. Então esse grupo, dentro desse trabalho grande aqui também tá pesquisando isso pra colocar mais informações pra nós trabalhadores aqui do grupo e pra gente, com essas informações, também ir pra lá pras comunidades e poder discutir melhor..."

(Depoimento de um dos participantes do grupo de

pesquisadores populares).

Tivemos a possibilidade de estarmos juntos investigando essa realidade. Necessariamente o aspecto da socialização do método de produção do conhecimento passou por esse prisma, sem abrirmos mão do rigor científico que buscamos imprimir ao nosso produto final.

Para garantirmos o processo permanente de socialização do conhecimento produzido, foi preciso um rigoroso controle metodológico na pesquisa. Nesse aspecto, os seminários se constituíram no instrumento por excelência da devolução das informações coletadas através de exposições realizadas pelos pesquisadores, com o auxílio de textos, gráficos, cartazes, etc.. Participavam desses estudos mensais, representantes de todos os sítios do município, além dos membros do grupo referente inicial.

Esses dados trazidos à tona e as análises realizadas pelos participantes, foram transformados em relatórios que serviram como instrumento de registro e memória do que tinha sido possível avançar em cada estudo. Os resultados obtidos em cada estudo foram, processualmente, incorporados às diretrizes de ação do grupo e, posteriormente, referenciados como premissas básicas ao modo de organização da atual direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local¹¹.

11 Para os atuais dirigentes, a diretoria formal do sindicato não é sinônimo de direção política. Neste sentido, a perspectiva política atual do STR do município tem apontado para um processo mais coletivo e participativo em que a efetiva direção política é assumida pela diretoria mais um colegiado em que, juntos, deliberam sobre as questões mais amplas do STR.

A medida que cada etapa se efetivava, discutíamos com todos os participantes o sentido e a importância do retorno da informação como parte do procedimento metodológico da pesquisa inserido, naturalmente, no processo de sua capacitação político-pedagógica.

2.4.1. As estratégias de devolução/socialização:

A primeira análise do grupo de pesquisadores dava conta de duas questões importantes: a estrutura fundiária do município e a situação do programa de silos metálicos do governo destinado aos pequenos produtores do município¹².

Nessa prática, vimos a relação que nos era possível montar entre a busca do conhecimento da realidade e suas implicações práticas no reforço das ações objetivas dos seus atores implicados. No âm-

12 O esclarecimento da situação dos silos correspondeu aos interesses mais imediatos de um grande número de pequenos produtores locais que esperavam a continuidade da distribuição dos silos que, naquele momento, estava suspenso pelo órgão governamental responsável - a EMATER-PE - cuja gestão do programa foi-lhe tirada e transferida para a Câmara Municipal. Os dados pesquisados sobre as condições de armazenamento dos pequenos produtores locais, não só revelou a quantidade de silos já distribuídos e a quantidade de silos retida pela Câmara Municipal, como esclareceu o motivo da suspensão da distribuição dos silos já prontos: questões políticas evidenciadas pelo rateio de um certo número de silos para cada vereador distribuir com suas bases eleitorais a que estavam ligados, independente do cadastramento anterior. Isto significava a existência de um novo cadastramento de produtores ao programa, a partir de "critérios suspeitos" (sic) em detrimento à relação cadastrada pelo órgão oficial do Governo Estadual da época. Todos esses dados, discutidos em seminário, fomentou uma ação de mobilização política do grupo, com a elaboração de uma carta denúncia ao Governo Estadual, analisando o programa ao nível local e sugerindo mudanças na sua gerência. A distribuição dos silos foi imediatamente efetivada conforme critérios anteriores.

bito desta pesquisa, esse procedimento foi formulado como uma das suas funções, em que a produção de conhecimento deva servir para a "montagem de estratégias e táticas dos atores sociais em relação aos seus adversários e aliados". Admitimos aqui também o "reforço do nível de participação, estreitando a relação entre a organização e sua base". (Thiollent, op. cit., 1986:43).

Foi nesta perspectiva de discussão que metodologicamente pudemos avaliar o efeito e os meios de como se efetivou a socialização do conhecimento produzido, de forma que esta passou a ter uma organicidade e reforçou o processo participativo dos pequenos produtores do qual o grupo referencial da pesquisa é parte. Organizamos assim instrumentos diferenciados de devolução das informações sistematizadas.

Nos seminários, utilizamos exposições dialógicas dos dados que coletávamos; os relatórios de cada estudo e a própria carta denúncia também se constituíram em instrumentos de socialização ampliada das investigações realizadas coletivamente.

No curso da pesquisa, entretanto, ampliamos os estudos e as discussões para além dos participantes dos seminários. Isto significou a incorporação de novos participantes ao processo da pesquisa. Foi dessa busca que os estudos foram alargados e ampliados para os sítios e/ou comunidades pólos onde os participantes, enquanto sujeitos coletivos, atuavam. Se por um lado, essa ampliação refletia a decisão do grupo de fomentar eventos e ações efetivas de participa-

ção e discussão com os demais pequenos produtores do município, por outro, vinha anunciar uma segunda etapa de nossa pesquisa, aquela mais direcionada à observação do cotidiano desses pequenos produtores em suas unidades de produção.

Esta nossa ação nas comunidades constituiu-se, para efeito de exposição do processo da pesquisa, em um segundo momento da nossa investigação.

2.4.2. A mobilização e articulação dos novos participantes

O interesse estratégico do grupo, naquele momento, era de mobilizar outros participantes como forma de ampliação do seu trabalho através da ampliação do processo de capacitação dos pequenos produtores em suas comunidades. Além do fortalecimento da ação política do grupo em busca de novas alianças, o objetivo colocado era o da socialização das informações e dos debates já acumulados, como podemos observar no relato de um de seus participantes:

"Seria bom ... espalhar... Tem muito lugar no município aqui que tem uma série de pessoas que não quer ouvir nada, mas tem outro que quer. E aquele que quer ouvir fica mais fácil, né? Chegar pra lá, até facilitar... fazendo a pesquisa ...porque nós estamos fazendo aquilo em benefício daqueles que tá lá que diz logo que a gente não tá fazendo nada, mas deixe que a gente tá fazendo is-

to. *Nós tem que levar até ele...* " (Depoimento de um participante).

A ampliação do debate com novos pequenos produtores significou assim, o envolvimento de novos participantes, sob dois aspectos: a socialização do processo de produção de conhecimento da realidade local e a articulação política da discussão sobre o sindicato, problema que dizia respeito a todo um grupo social, que implicava numa ação política a ser elaborada e conduzida de forma coletiva pelos pequenos produtores considerados.

Como comentado por Thiollent, na perspectiva metodológica da pesquisa-ação, os objetivos políticos e instrumentais da pesquisa e o objetivo de produção de conhecimento estão interligados de tal forma que as estratégias entre meios e fins dão-se no próprio desenrolar do processo, ou seja, ela é concebida como uma metodologia de articulação do conhecer e do agir onde este remete a uma transformação de conteúdo social, paralelamente ao fazer, que remete a uma ação transformadora de conteúdo técnico delimitado (Cf. Thiollent, op. cit.:100).

Discutimos amplamente sobre como proceder para ampliar a participação dos pequenos produtores rurais e repartir os resultados obtidos nesse contínuo pesquisar. Esta questão foi posta num processo de avaliação e planejamento metodológico, como demonstram os relatos a seguir:

"...e foi pensando como chegar, se chegava como

oposição, se chegava como sindicato ou se chegava começando a discutir a grande problemática do pequeno produtor, até chegar a falar sobre sindicato e falar em oposição" .

"...é como a gente já falou, você chega e... você sabe o que é sindicato? Ele olha pra cara do sindicato de Lagoa Seca e diz "Ave Maria!". Aí vem com a pesquisa, com o conhecimento sobre a situação, sobre a pequena produção, então vai tocar em pontos que ele vai se interessar... por que também ele faz parte como agricultor, então ele vai começar a observar o informe..."

"...a gente começou a discutir sobre os pequenos produtores...o resultado dessas reuniões que a gente tinha tido aqui...a problemática do pequeno produtor, o que a gente vem enfrentando, nossas dificuldades... " (Depoimentos dos participantes na avaliação da pesquisa. 12-08-90).

2.4.3. A comunicação diferenciada

Esta perspectiva político-educativa contribuiu para a organização de vários grupos de estudos nas comunidades onde participantes referenciais moravam. O processo demonstrou, logo no início, que os relatórios dos seminários eram impróprios para serem utiliza-

dos como um instrumento pedagógico que pudesse reforçar a troca de conhecimentos e ajudar na montagem dos estudos entre os novos participantes nas comunidades, como indica o relato a seguir:

"Eu senti que na comunidade da gente a dificuldade que o pessoal tem de ler os relatórios, fica cansativo até. Por exemplo, você chega... a gente tem todos os relatórios de todos os encontros aqui, se você não tiver uma metodologia assim que não fique cansativo assim pra o povo, o pessoal vai ler mas fica muita coisa sem entender... (L.A.G., atual diretora sindical)

O processo avaliativo ajudou-nos no redimensionamento da estratégia de socialização. Definimos alguns critérios diferenciais de acordo com a inserção de cada grupo no processo: o grupo de participantes referenciais (os representantes das comunidades) e os grupos periféricos -aqueles cuja participação nos estudos e nas articulações dava-se em suas localidades de morada.

Partindo desse pressuposto, logo decidimos por produzir os instrumentos de socialização do conhecimento de acordo com os níveis dos participantes. Neste sentido, optamos pela confecção de uma

cartilha¹³ com a qual o grupo instrumentalizou toda as discussões nas comunidades sobre a realidade do sindicato local e sua relação com os principais problemas do grupo sob estudo, como podemos atestar a seguir:

"Eu acho que uma coisa que deve sair o mais rápido possível é a primeira edição de uma cartilhazinha, depois pode até sair outras, a segunda ou a terceira, mas que retrate a situação do sindicato aqui, os problemas do pequeno produtor, as dificuldades que a gente tem..." (E.S., sexo masculino, participante).

"Essa cartilha vai ser boa e interessante porque fica mais prático, e que possa se pegar muito do material que já se tem, os depoimentos... pegar e fazer uma coisa mais simples..." (L.A.G)

Para o conjunto dos pesquisadores e participantes, essa

13 Decidimos pela elaboração de cartilhas como subsídio pedagógico de reforço às reuniões e estudos nos sítios. A proposta inicial foi a produção de duas cartilhas: a primeira, sobre o sindicato, e a segunda, sobre a problemática da organização da produção local. Até o momento, só foi editada a primeira com o título "Sindicato ruim um dia tem fim...". Sua produção baseou-se nas histórias que foram contadas nos seminários e nas reuniões e teve a participação direta dos pesquisadores populares e trabalhadores no processo de sua elaboração, desde a seleção dos conteúdos, a definição do título. O grupo de pesquisadores populares responsabilizou-se pela sua organização (Cf. Cartilha: "Sindicato Ruim, um dia tem fim").

redefinição nos instrumentos pedagógicos foi decisivo, uma vez que o ato de socialização do conhecimento se constituiu num fator capital para explicar aos demais pequenos produtores aliados e/ou potencialmente aliados do processo, o sentido da pesquisa, do estudo e do próprio repensar as razões das ações sindicais da então direção política do sindicato local que permanecia no poder por mais de duas décadas, ininterruptamente. Ampliar o trabalho, mobilizar os trabalhadores nas comunidades e criar meios cada vez mais eficazes e competentes de viabilizar essa perspectiva dada apareceram como elementos importantes no discurso dos participantes do grupo referencial, como podemos atestar:

"A cartilha é o resultado do que a gente vem fazendo desde janeiro. Tá aí toda a história e todas as conversas que tivemos, os depoimentos, os apanhados do que a gente tem discutido e estudado sobre o sindicato: ficou na cartilha o que ajudará a gente trabalhar nas comunidades, com os trabalhadores. Então, desde janeiro que esse grupo vem se reunindo e pesquisando e estudando a cara do sindicato, a cara dos trabalhadores..."
(N.F.S., sexo masculino, atual presidente do STR local, 12.08.1990).

"...de forma que essa cartilha que não está totalmente acabada... é uma cartilha que vem se construindo com a própria participação de nós trabalhadores, de forma que vai ser apresentada

aqui... que será esse instrumento que vai ajudar a gente, nós trabalhadores, a avançar melhor no nosso trabalho." (Depoimento de N.R, participante do grupo dos pesquisadores populares, no seminário de apresentação da cartilha: 12-08-90).

2.5. - A BUSCA DO COTIDIANO E DA EXPERIÊNCIA: o espaço da particularidade.

Até um determinado momento, vínhamos montando um conjunto de procedimentos metodológicos que colocava e definia coletivamente as problemáticas da pesquisa. Isto correspondeu à fase de articulação e envolvimento em um plano mais coletivo, com o objetivo, a nível de organização da pesquisa em campo, de realizar um "survey" exploratório da realidade considerada, associado aos objetivos políticos mais imediatos do grupo.

Em busca de relações que pudessem esclarecer as questões específicas contidas a nível das relações mais internas de cada processo produtivo, incorporamos as entrevistas individuais com cada participante, considerando-o no cotidiano de sua unidade de produção.

Este afinilamento metodológico permitiu-nos articular as particularidades de cada unidade de produção e suas relações sociais. Trabalhamos assim com os fatores constitutivos do processo de produção camponês que têm determinado o processo de diferenciação

interna, tais como o tamanho da terra e da família, e as tecnologias empregadas por cada unidade produtora, entre outros fatores. Tentamos, com isto, apreender o papel e a influência de cada um desses fatores na organização do trabalho doméstico de cada família estudada e como eles se articulam em função da garantia do modo de viver de cada família estudada.

O passo final da estratégia metodológica da nossa pesquisa deu-se na delimitação da problemática relacionada à compreensão do cotidiano dos pequenos produtores e sua melhor definição no atual quadro das mudanças locais. Os dados coletados sobre o município, demonstravam uma realidade fundiária constituída por 94% de estabelecimentos agrícolas na faixa de 0 a 10 hectares, embora outros dados indicassem um considerável número de "granjas", e a existência de empresas rurais e latifúndios por exploração (Cf. Capítulo III).

Desse quadro, inferimos a questão central: que processos estão ocorrendo no município que têm criado novos tipos de pequenos produtores rurais e novos perfis de atividades agrícolas embora não venha se alterando a estrutura fundiária (comparando seu comportamento nos últimos 20 anos)?

Noutras palavras, essas indagações levaram o grupo a reavaliar profundamente sua trajetória enquanto oposição sindical em campanhas anteriores, e a autoavaliar-se em relação a épocas passadas quando elaboravam um *discurso de campanha* em torno da reforma agrária, estando na verdade, dirigindo-se a uma base social eminentemente de pequenos proprietários cujos interesses imediatos estavam

inscritos em múltiplas problemáticas, menos a questão da reforma agrária. Sobre esse mesmo contexto, dirigiam-se aos *pequenos produtores rurais locais*, como uma categoria social supostamente homogênea em interesses e identidades. No entanto, os dados pesquisados e analisados levavam a crer a existência de produtores, no mesmo extrato de terra, com inserções diferenciadas no mesmo processo de produção agrícola local. Assim, a questão que pareceu emblemática para todo o grupo, foi "Quem é o pequeno produtor rural em Lagoa Seca e como ele tem organizado seu processo produtivo?"

Buscamos aprofundar essas questões e apreender suas relações tendo como referencial analítico o processo de diferenciação da pequena produção no campo e as variadas frentes de luta e resistência dos seus atores sociais na busca de afirmação de suas identidades sociais.

Especial atenção foi dispensada às práticas tecnológicas desses pequenos produtores. No entanto, não desconsideramos os outros aspectos próprios e inerentes à complexa relação terra, trabalho familiar e tecnologia agropecuária.

Do ponto de vista metodológico, a captura do espaço da particularidade compreendeu a unidade de produção familiar dos pequenos produtores estudados e seus participantes, e os níveis de representação que eles têm dessas relações. Ao resgatarmos as suas práticas, seus interesses e sua idiossincrasia no âmbito das práticas tecnológicas, não deixamos de nos referir à questão da experiência como enunciado por Thompson, para quem, na experiência humana

"homens e mulheres também retornam como sujeitos-
não como sujeitos autônomos, indivíduos livres,
mas como pessoas que experimentam suas situações
e relações produtivas determinadas como necessi-
dades e interesses e como antagonismos, e em se-
guida "tratam" essa experiência em sua consciên-
cia e sua cultura... agem por sua vez, sobre sua
situação determinada." (Thompson, 1981:182).

Abordando os pequenos produtores locais em seu "locus" de produção e reprodução, buscamos analisar assim a questão das práticas tecnológicas como estratégias de sobrevivência e, ao mesmo tempo, como um elemento diferenciador no processo local de reprodução camponês.

Realizamos assim entrevistas individuais, com base na aplicação de questionários com tópicos abertos, de natureza qualitativa, e questões que remeteram a dados quantitativos sobre a unidade de produção. A escolha dos participantes/informantes baseou-se nos seguintes critérios: a) grupo de informantes que constituiram o grupo referencial; b) informantes que não participaram do processo inicial de construção da pesquisa-processo. Em ambos os grupos, classificamos aqueles produtores mais especializados em culturas comerciais e aqueles mais ligados à exploração de culturas mais tradicionais. Estes ainda foram classificados entre pequenos proprietários e meeiros, conforme quadro de informantes no anexo I.

Buscamos apreender, a partir da diversidade de inserção de

cada um no processo de produção, os significados de cada prática tecnológica em cada sistema produtivo; buscamos também resgatar as relações políticas cotidianas presentes nessas práticas, os interesses e as contradições nela embutidas, refletidos não só nos seus aspectos material e econômico, como também em sua expressão cultural, entendendo por isto "o modo específico de sentir pensar e agir das classes e categorias sociais, sendo o modo de sentir, pensar e agir diante das situações e das possibilidades de superá-las. Seria enfim o modo de expressar a sobrevivência e sua superação" (Sales, 1985:201).

Em muitas das entrevistas realizadas, contávamos com a presença de alguns dos pesquisadores populares que desempenharam o papel de animadores ou de mediadores em cada comunidade. Nas entrevistas, enfrentamos reações as mais variadas. Ali se cruzaram nossos medos, inseguranças, pruridos passados e presentes. Significou, na verdade, o medo comum de todos em situações de exposição ao outro, sem mediação. Ficamos cara-a-cara, desnudados, embora com o cuidado de sermos suficientemente claros e convincentes com o interlocutor. Sabíamos que, naquele momento, estávamos vasculhando o visto, o sentido, o dito e o não dito; e mais, o que se fez "mal-dito" e se fazia fundamental entender.

Queremos crer que todo esse processo significou um penoso e necessário exercício do conhecer as minúcias desnudadas do cotidiano, a mística e a razão das atitudes de resistências explicitadas e/ou contidas ou não bem explicitadas no desenrolar de uma entrevista. Passamos a entendê-la como uma relação onde as partes se expõem,

CAPITULO III

O MUNICIPIO DE LAGOA SECA: a dinâmica da produção agrícola e a caracterização dos produtores locais.

A reorganização interna da produção agrícola no município e suas transformações espaciais de ordem estrutural, política e social são os temas abordados neste capítulo.

A análise da diferenciação interna a partir da configuração de 4 áreas de especialização da produção agrícola do município e de seus produtores - *Os pequenos produtores verdureiros, os produtores de banana (e laranja), produtores de batatinha e os pequenos produtores não especializados* -, contidos na primeira parte deste capítulo, tenta caracterizar suas especificidades e sua relação com o mercado.

A segunda parte do capítulo - *A nova configuração do espaço rural: formas de controle e uso da terra* -, analisa essas transformações espaciais, a partir do processo de configuração do espaço como um produto histórico, reflexo do modo como os diversos atores sociais têm sido capazes de imprimir significados ao locus de reprodução de variados interesses, entre os quais, de reprodução da identidade social. Sob esta ótica, questões como a "urbanização do rural" e as formas de resistências e enfrentamentos de lógicas diferenciadas e/ou antagônicas são também analisadas.

O município de Lagoa Seca-PB, está localizado na Microrregião de Campina Grande que faz parte da Mesorregião do Agreste da Borborema¹. Esta Mesorregião, pela sua vasta dimensão geográfica, apresenta uma diversidade climática e sócio-econômica acentuada. Nella, vamos encontrar a "plantation" canavieira, concentrada na microrregião do Brejo paraibano; a exploração pecuária extensiva, que convive ao lado de uma agricultura com base na policultura, de caráter menos dinâmico, mais "tradicional", situada nas microrregiões mais secas (Cariri e Curimataú). Verificam-se, também, áreas cuja concentração predominante é a de pequenos produtores, onde a produção agrícola especializa-se em produtos para o mercado interno (hortifrutigranjeiros). Esta pequena produção especializada, está concentrada nas microrregiões de Esperança, Campina Grande e parte do Brejo paraibano.

Com efeito, nessa mesorregião, são engendradas relações sociais e de produção que se inserem na dicotomia minifúndio/latifúndio que historicamente tem sido a gênese de conflitos, do aumento da violência no campo e nas contradições internas atuais comuns à complexidade da pequena produção agrícola, atualmente inscrita na

1 De acordo com o critério de classificação geo-econômica do IBGE (1989), a Mesorregião do Agreste Paraibano é constituída por 11 microrregiões, a saber: 1) Microrregião do Seridó Ocidental Paraibano; 2) Microrregião do Seridó Oriental Paraibano; 3) Microrregião do Cariri Ocidental; 4) Microrregião do Cariri Oriental; 5) Microrregião do Curimataú Oriental; 6) Microrregião de Esperança; 7) Microrregião do Brejo Paraibano; 8) Microrregião de Guarabira; 9) Microrregião de Campina Grande; 10) Microrregião de Itabaiana e 11) Microrregião de Umbuzeiro. A Microrregião de Campina Grande é constituída pelos seguintes municípios: Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Puxinanã, Queimadas e Serra Redonda. (Cf. IBGE - Boletim de Serviço nº 1763 (suplemento), de 31.07.89).

71
sua reorganização e recriação interna, na diferenciação de pequenos produtores, sem, no entanto, haver alteração significativa na estrutura fundiária predominante. Neste aspecto, é relevante considerar a intervenção e o papel das políticas governamentais agrícolas na região nestes últimos 20 anos.

Em decorrência desse processo, vamos encontrar nessa Mesorregião, um tipo de pequeno produtor especializado na produção de hortifrutigranjeiros cuja produção é destinada ao abastecimento dos mercados local, estadual e regional, tendo como principais produtos, a batata inglesa, cuja região é responsável por 94% da produção total do estado, e as hortifrutícolas, em que o município de Lagoa Seca se destaca como o maior produtor de verduras do estado, conforme demonstradas nos quadros 1 e 2.

O Município de Lagoa Seca foi escolhido por configurar muito bem o quadro da reorganização da pequena produção com inserção mais dinâmica no mercado e com níveis de especialização e diversificação consideráveis, muito comuns nessas microrregiões.

Situado a 08 Km de Campina Grande-PB, ao qual é ligado pela BR 104, o município conta com uma população total de 21.659 habitantes (IBGE, 1992), distribuídos em uma área de 133 Km². A estrutura fundiária do município é predominantemente constituída por minifúndios. Do total de estabelecimentos rurais declarados, 94,7% tem menos de 10 hectares e ocupam 65,2% da área total do município, conforme demonstra o Quadro 3.

QUADRO 1

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PRODUÇÃO DE LAGOA SECA,
MICRORREGIÕES DE ESPERANÇA E CAMPINA GRANDE
EM RELAÇÃO A PARAIBA

P R O D U Ç Ã O			
PRODUTO	ESTADO	REGIAO	MUNICIPIO
BATATA INGLESA	1.260	1.190	80
BANANA	15.235	658	150
LARANJA	1.726	437	200
MANDIOCA	50.936	8.700	1.000

FONTE: IBGE, 1988.

QUADRO 2

QUADRO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA E SUA POSIÇÃO EM RELAÇÃO A REGIÃO E AO ESTADO.

PRODUÇÃO (T)	PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EM RELAÇÃO A REGIÃO				
	PRODUTO	ESTADO	REGIÃO	MUNICÍPIO	AO ESTADO(%)
ALFACE	1.451	1.246	1.239	85,0	99,4
BETERRABA	214	191	190	88,7	99,4
CEBOLINHA	108	73	71	65,0	97,2
CENOURA	303	103	99	32,6	96,0
CHUCHU	1.401	1.180	1.172	83,6	99,3
COENTRO	3.825	2.894	2.884	75,3	99,6
MAXIXE	161	19	16	9,9	84,2
PIMENTÃO	4.126	1.920	1.885	45,6	98,1
QUIABO	530	37	31	5,8	85,7
REPOLHO	415	181	140	33,7	77,3

FONTE: IBGE, 1980.

QUADRO 3

SITUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE
 LAGOA SECA NOS ANOS DE 1970, 1975, 1980 E 1985.

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	NQ TOTAL DE ha	MENOS DE 10 ha.				10 a 100 ha.				100 a 1000 ha.				ANO
		EST.	%	ha	%	EST.	%	ha.	%	EST.	%	ha.	%	
3.776	11.519	3.641	96,5	8.509	73,8	132	3,4	2.537	22,2	03	0,07	474	4,1	1970
3.517	10.856	3.371	96,0	7.256	66,8	135	3,8	2.264	24,3	05	0,1	975	8,9	1975
2.542	9.547	2.402	94,5	6.233	65,3	135	5,3	2.502	26,2	05	0,2	812	8,5	1980
2.774	9.512	2.628	94,7	6.207	65,2	142	5,1	2.584	27,1	04	0,1	720	7,5	1985

FONTE: IBGE - CENSOS AGROPECUARIOS DE 1970, 1975, 1980 E 1985.

No caso específico de Lagoa Seca, a organização da produção local se dá a partir da diferenciação entre quatro áreas de produção que se distinguem principalmente pelos tipos de cultura exploradas, pelos diferentes níveis de tecnologia empregados no processo produtivo e pelo uso e posse da terra².

Neste aspecto, vamos identificar quatro áreas de especialização da atividade agrícola local, com suas respectivas produção e produtores correspondentes:

1- Os pequenos produtores verdureiros - parcela de pequenos produtores que se ocupam na exploração de olerícolas. O trabalho realiza-se em áreas que variam de 0,1 a 5,0 hectares, envolvendo pequenos proprietários, parceiros (principalmente o meeiro). Esses pequenos produtores também incorporam além do trabalho familiar, mão-de-obra assalariada durante todo o ano.

Do total dos informantes da pesquisa, 16% se enquadram nessa categoria. Não podemos defini-los como produtores totalmente especializados numa única exploração cultural, com exceção de uma família entrevistada, especializada na produção de flores. As demais famílias têm na exploração da horticultura a atividade econômica predominante, embora cultivem outras culturas em menor escala.

2 Adotamos aqui essa caracterização interna para analisar a dinâmica da produção e dos pequenos produtores locais tendo como critério a predominância dos tipos de produtos agrícolas e dos desdobramentos políticos-organizativos que se configuram especificamente em cada área do município.

Dada a especificidade dessa exploração agrícola no que diz respeito à intensidade da exploração e manuseio do solo, aos níveis tecnológicos empregados, ao tempo de rotação das variedades exploradas, etc., essas unidades produtoras detêm mais infraestrutura que as demais do município, tais como equipamentos de irrigação, uso intensivo de insumos (adubo orgânico e químico, agrotóxicos) e de equipamentos agrícolas como pulverizadores, polvilhadeiras, etc.

A olericultura se traduz, assim, por uma atividade que depende quase totalmente do mercado de insumos agroindustriais para sua produção, ao mesmo tempo que a sua produção está completamente subordinada à dinâmica do mercado regional, através dos mecanismos de comercialização. Neste aspecto, vamos encontrar os pequenos produtores "verdureiros" inseridos numa cadeia complexa de relações na circulação do seu produto. Os meios mais comuns com que esses pequenos produtores se inserem no mercado são através da:

a) comercialização da produção através da CEASA e do Mercado do produtor, em Campina Grande-PB; atividade que pode ser realizada pelo próprio produtor, ou através de intermediários;

b) venda direta da produção para os grandes centros consumidores, tais como João Pessoa, Fortaleza, Recife e Natal. Esta transação é efetivada apenas por aqueles produtores que dispõem de transportes próprios, o que ainda representa uma pequena minoria entre o grupo estudado.

c) comercialização direta da produção, realizada pelo pró-

prio produtor na feira livre de Campina Grande, através do "ponto de venda" próprio, instalado na feira. "Ponto de venda" significa dispor de um local de venda ao varejo, diretamente ao consumidor, na feira livre de Campina Grande. Ao irmos à referida feira, reencontramos inúmeros de nossos entrevistados como comerciantes varejistas. Do total do grupo dos pequenos produtores verdureiros pesquisados, constatamos que 100% que vendem sua produção na feira, como vendendor direto, situam-se no grupo de pequenos produtores com exploração hortícolas que não ultrapassam 0,5 ha.

Por outro lado, do grupo pesquisado, identificamos apenas 2 produtores, com propriedades de 9,0 ha e 60 ha, respectivamente, que comercializavam sua produção diretamente para os grandes centros, e já não participavam diretamente do processo de produção de suas unidades produtivas, apenas as gerenciavam. Igualmente, estes dispunham para a circulação de sua produção, de meios de transporte próprios que lhes propiciavam condições de deslocamentos para esses mercados. Essas estratégias impedem a mediação do "atravessador", figura muito comum no município no momento de comercialização da produção desses pequenos produtores.

Os níveis de inserção de cada pequeno produtor no mercado vai depender das condições objetivas de cada família. Observamos, por outro lado, que essas práticas de comercialização da produção fora da CEASA, têm se revestido de um significado estratégico com o objetivo de driblar o atravessador e obter melhor preço do produto no mercado. No entanto, vender diretamente na feira, através de um "ponto de venda", parece ser uma atividade de pequenos produtores

menos capitalizados, enquanto a prática da exportação direta para outros mercados da região tem sido mais comum entre aqueles produtores mais capitalizados. Encontramos casos em que o chefe da família não participava diretamente no processo de produção por dedicar-se a essa atividade especificamente.

2. Os produtores de banana (e laranja) - parcela de pequenos produtores mais especializados na cultura da banana e da laranja que, embora explorem outras culturas (mandioca, feijão, etc.), têm na exploração dessas frutícolas a principal fonte econômica de sua unidade de produção, cuja identidade de produtor de banana lhes é marcante.

O processo produtivo da banana e da laranja tem suas especificidades, entre elas, o caráter permanente da sua produção. Este aspecto vai diferenciar essas explorações agrícolas do conjunto das demais culturas exploradas no município. Tecnicamente, os pequenos produtores bananicultores mantêm-se mais autônomos ao mercado de insumos que os produtores "verdureiros" e bataticultores, em virtude dessa exploração agrícola não depender exclusivamente do uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos, a exemplo das verduras e da batata inglesa, de cujos insumos tornam-se completamente dependentes.

Essa distinção técnica tem contribuído para distinguir o produtor de banana dos demais produtores inseridos na dinâmica mais ampla do mercado de insumos, pois tem lhes possibilitado uma relativa autonomia frente à dependência desses insumos a que aqueles pro-

dutores estão submetidos. Esta diferenciação fica explicitada 79
quando o bananicultor se coloca em oposição aos demais, assumindo um
discurso e uma identidade próprios no que diz respeito ao processo
de produção e ao modo de viver e se reproduzir nesse processo, como
podemos observar no relato de nosso entrevistado:

*"Eu mesmo trabalho com leite de banana. Se eu bo-
tar uma roupa agora, com 10 minutos ela tá cheia
de leite e aquilo não larga mais. Eu tenho uma
calça pra trabalhar exclusivamente na banana, eu
tenho que usar aquela calça direito pra não es-
tragar as outras, porque se eu for trabalhar tro-
cando de roupa por todo dia, não tem loja que dê
(risos)... aí eu tenho aquela calça de ficar na-
quele trabalho. Aí quem chega lá em casa em um
dia de trabalho e vê diz: "o negócio aí tá
feio!..." (risos). É o esquema de trabalho."
(A.F.A. 47 anos, bananicultor).*

Se de um lado, observamos que os produtores de banana e
laranja gozam de relativa autonomia em relação ao mercado de insumos
agrícolas, por outro, esses mesmos produtores se submetem aos mes-
mos mecanismos de mediação na hora do escoamento da sua produção,
dependendo igualmente da CEASA/MERCADO DO PRODUTOR, situados em Cam-
pina Grande-PB, com venda direta nesses locais, ou através da tran-
sação realizada na própria unidade de produção, através de um inter-
mediário.

A questão do intermediário tem bastante evidência, e sua presença é marcante no processo de organização da circulação da produção. A exemplo dos "verdureiros", a venda da produção banana diretamente nos "pontos de venda" pelos próprios produtores, na feira livre de Campina Grande, parece confirmar uma estratégia de driblar o intermediário e obter maiores rendimentos no mercado.

Do conjunto dos pequenos produtores pesquisados, 28% são produtores de banana, com propriedades de até 10 ha. Do ponto de vista das estratégias de comercialização, verificamos que entre os bananicultores, a venda direta na feira livre é uma prática estratégica apenas para os menos capitalizados, cujas propriedades não ultrapassam 5 ha., e representam apenas 50% o grupo pesquisado.

3. Produtores de Batatinha - são os pequenos produtores situados na área de produção mais voltada para a produção da batata inglesa, embora cultivem também mandioca, feijão, maxixe, verduras etc.

Do total dos pequenos produtores pesquisados, 28% são identificados como bataticultores. Semelhante à exploração das hortícolas, o sistema de produção da batata inglesa é totalmente subordinada à dinâmica do mercado, seja pela dependência completa aos insumos agroindustriais, seja pela circulação da produção através da CEASA e MERCADO DO PRODUTOR, em Campina Grande.

Um aspecto relevante na configuração desses produtores é a sua relação mais direta com as instituições governamentais ligadas

ao fomento da produção e à comercialização, tais como os frigoríficos de armazenamento de batata-semente instalados nos municípios vizinhos - Esperança e Montadas-, além do frigorífico instalado no próprio município, atualmente sem funcionar, além dos órgãos de pesquisa e extensão rural, como a EMEPA e EMATER-PB.

Essa estruturação, intensificada a partir da década de 70, alterou o padrão tecnológico de exploração da cultura e todas as relações inscritas na sua cadeia produtiva. O principal responsável por essas mudanças foi o Polonordeste, programa de ação governamental, atualmente substituído pela ação do Projeto Nordeste/PAPP na região.

Dada a vinculação do processo produtivo da batatinha aos pacotes tecnológicos, por uma lado, e as mudanças sofridas nas regras da políticas agrícolas destinadas à pequena produção, sobretudo nas regras do crédito rural nestes últimos anos, por outro, a produção da batatinha no município vem se constituindo cada vez mais numa atividade econômica de pequenos produtores capitalizados.

4. Os pequenos produtores não especializados - aparecem na organização da produção local deslocados do núcleo mais dinâmico a que estão ligados os demais produtores especializados. Neste aspecto, a sua produção é predominante voltada para o cultivo de produtos de sobrevivência da família, principalmente a mandioca, feijão, milho e batata doce, em menor escala.

Do total do grupo pesquisado, 28% são pequenos produtores

82
com base nessas culturas. Desse conjunto, 100% correspondem a produtores com área inferior a 5 ha. Observamos ainda que 42% destes são proprietários e 58% não proprietários, mas mantêm vínculos com a terra através da parceria, moradia, ou uso da terra por herança sem formal de partilha efetuada.

No geral, esse contingente de pequenos produtores apresenta-se com níveis de exclusão diversos em relação aos mecanismos governamentais existentes destinados a reforçar o fomento à produção agrícola local. Dada as relações que conformam esse apoio, esses pequenos produtores não se incorporam à dinâmica das transformações verificadas (Cf. Burstyn, 1984). Desse modo, eles se inserem duplamente no mercado local: seja como produtores familiares diretos, produzindo para o auto-sustento, seja complementando seu orçamento através do trabalho de parceria ou do assalariamento eventual.

5. A Nova Configuração do Espaço Rural: Formas de Controle e Uso da Terra.

"... Cada um tem sua profissão. Vamos supor assim, eu tenho a minha, mesmo assim, eles têm a deles lá... Se eles plantar o troço que a gente planta aqui, eu acredito que pra eles não têm pé de fazer nada. Quer dizer que, se nós também plantar aqui o que eles plantam lá, pra gente, a gente acha que perdemos o ano, não é? (N.F.A.- Bananicultor, falando sobre a zona bataticultora do município).

"Mudou tudo, porque aí, com granjas, já mudou o sistema de viver, porque a produção antes... era a mandioca e outros tipos de plantio e a fruta também... Então, depois que os granjeiros chegaram, vão se apoderando e ficam só cultivando pé de árvore e algumas fruteirinhas assim. Mas aquele que é o alimento popular de primeira qualidade, esse acabou-se. Só quem cultivava esses alimentos de primeira qualidade são esses que resistiram, que ficaram... (A.A.S., sexo masculino, trabalhador remanescente do conflito da fazenda Conceição, Lagoa Seca - PB).

A chamada "modernização da agricultura", processo pelo qual criaram-se as condições de expansão do capital na agricultura, não só intensificou a expropriação, como alterou a relação dos pequenos produtores com seus pequenos meios de produção com os quais trabalhava com sua família. Tal processo provocou profundas mudanças de caráter qualitativo na composição interna da pequena produção, combinando processos de expropriação, diferenciação e marginalização dessa produção

Ao considerarmos os vários tipos de pequenos produtores que se conformam economicamente no município de Lagoa Seca, nos esforçamos para entender a organização da pequena produção local a partir de sua diversidade e complexidade, expressa substantivamente nos níveis diferenciados de especialização de cada grupo na produção agrícola local. Buscamos aqui analisar as transformações que estão

ocorrendo a partir da lógica da organização do espaço agrícola e agrário do município.

Como analisado por Meyer, na configuração do espaço conceitual, há o espaço formal, entendido como sua expressão material; nele há a presença do homem - que lhe dá o conteúdo, e que revela-lhe um potencial de utilidade. O uso desse espaço gera contradições, tornando-o político. As necessidades geradas pelo uso coletivo desse espaço o torna um produto social que lhe imprime uma dimensão histórica. (Meyer, 1979:151).

Se não consideramos o processo histórico de formação dos sujeitos sociais inscritos em suas práticas pluridimensionais, iremos conceber a capacidade do capital de estruturar/desestruturar espaços em função da sua reprodução ampliada. No entanto, os sujeitos coletivos, expressos nas organizações de suas lutas gerais e cotidianas, ao construir respostas às transformações impostas pelo capital, mostram-se capazes de estruturar/recriar espaços e dar-lhes sentidos e significados para sua produção.

As transformações no município de Lagoa Seca serão vistas por esta ótica de análise. O impacto dessas transformações pode ser tratado do ponto de vista estrutural, a partir das transformações na posse e uso da terra; do ponto de vista econômico, a partir da reorganização do espaço econômico do município, via as zonas de especialização da produção agrícola; e pela dimensão político-cultural, a partir da relação cotidiana entre antigos e novos sujeitos e a nova ordem estabelecida (a lógica das granjas e dos granjeiros).

Tentaremos abordar estes três aspectos de forma a contemplá-los em suas intrínsecas relações de complementariedade e contradições. Primeiramente, sobre as transformações no uso e posse das terras, por se tratar de um município que historicamente tem assentado sua produção agrícola na pequena produção familiar, em que o pequeno produtor sempre foi a categoria social mais expressiva do município.

No entanto, um dos problemas centrais atualmente colocados para essas unidades é a subdivisão do minifúndio no município e a transferência gradativa da posse e do uso desses minifúndios para uma "classe média rural", que se constituiu a partir dos incentivos e dos mecanismos dos programas especiais do Governo Federal, a maioria deles vinda de outros centros urbanos, tais como João Pessoa e Campina Grande, que transformam antigos minifúndios em granjas. Identificamos, através de discussões, que

"Problemas desse tipo sempre existiram e foram postos à luz das questões com o sindicato e o trabalho de conscientização. Até 64, houve agitação total. Aqui não houve despejo porque o sindicato lutava com garra e decisão. Depois disso, houve o domínio da revolução e teve um estio, onde muitos trabalhadores entregaram seus direitos por temor da revolução. De 70 pra cá, aumentou desesperadamente a concentração das terras. Aumentou o número de chácaras de ricos que não são mais pra produzir nem pra criar, e sim, pra fazer obras bonitas e

desaparecer a vida..." (Relato de P.A., ex-delegado sindical e ex-militante das ligas camponesas na região).

Ao compararmos os dados estatísticos relativos aos estabelecimentos rurais existentes no município nas décadas de 70 e 80, podemos nos aproximar da dimensão do problema. Em 1970, existiam no município 3.776 estabelecimentos com uma área correspondente a 11.519 ha. Desse total, 96% correspondiam a propriedades com área de até 10 ha.

Já em 1980, os estabelecimentos de até 1 ha, em relação à década anterior, aumentaram 24% em quantidade e 10% em área correspondente, enquanto que as propriedades de 1 a 2 ha e de 2 a 5 ha, apresentaram, nesse mesmo período, uma redução em seu número em 18% e 28%, respectivamente.

Por outro lado, o número de proprietários diminuiu significativamente, segundo o IBGE, nesse mesmo período. Em 70, existiam 1.658 proprietários com uma área correspondente a 7.115 ha. Em 80, o censo indicou um decréscimo de 25% sobre o número de proprietários em relação à década anterior. Da década de 70 a 80, o número de arrendatários decresceu 54%, enquanto que o número de parceiros diminuiu em 61%, em igual período.

Neste mesmo período, o número de propriedades administradas diretamente pelo proprietário sofreu uma redução de 40%. Enquanto em 1970, existiam no município 2.825 propriedades cujos pro-

dutores nelas residiam, em 1980, esse número diminuiu 25%, o que tem demonstrado mudanças desses pequenos produtores em relação ao uso e posse das terras.

Há atualmente no município, uma grande incidência de proprietários rurais não residentes. Segundo o INCRA, em 1989, 18,2% dos proprietários dos latifúndios por exploração existentes no município eram não residentes e, na sua maioria, moradores de João Pessoa e Campina Grande-PB. Assim, 20% dos atuais proprietários de imóveis rurais no município de Lagoa Seca enquadram-se na categoria de não residentes, ou melhor, a cada 5 (cinco) proprietários rurais locais, 1 (um) já é de fora, conforme Quadro 4.

O processo de transformação que vem se dando ao longo das últimas três décadas tem se intensificado nos últimos 15 anos, como relatou um dos participantes da pesquisa:

"Se você for ver, uns trinta anos lá atrás, se viesse pra Campina, você não via nenhuma casa de tijolo, taipa, tudo era de agricultor, farrado de fava, de milho de feijão. Hoje você indo de Lagoa Seca pra o Floriano, só o que você ver é granja, é arame... (A.J.S., 42 anos, produtor de banana, Lagoa Seca-PB.)."

QUADRO 4

QUADRO DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS DE
TERRAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB, QUE NÃO RESI-
DEM NO MUNICÍPIO, SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL.

ANO: 1989

CLASSIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE	PROPRIEDADES EXISTENTES	Nº DE PROPRIETÁRIOS NÃO RESIDENTES	PERCENTUAL RELATIVO AO NÚMERO TOTAL DE PROPRIETÁRIOS
MINIFÚDIO	1.730	316	18,2%
EMPRESA RURAL	42	23	54,7%
LATIFÚDIO POR EXPLORAÇÃO	126	52	41,2%
T O T A L	1.898	391	20,6%

FONTE: INCRA 1989.

"Nessa região aqui, há uns oito anos atrás, aqui não tinha nenhum granjeiro de Campina, e hoje já tá assim... A gente já conta um, dois, um bocado de gente, coitados, trabalhadores, grandes produtores, que até fizeram empréstimo no banco, como nós, quando fizeram o balancete, que viram que a agricultura não dava pra eles, correram pra rua. Hoje, choram pra poder voltar, mas não podem. Os filhos dizem pra os pais assim: nós só saiu de lá porque pai caiu na ilusão de vender o terreno..". Não foi pra pagar o custo, porque às vezes criava um garrotinho. Vendeu pra pagar, ficar livre, independente... foi morar na cidade. O pior de tudo é que geralmente não foram vendidas a produtores ou outros pequenos produtores. A maior dessas terras foi vendida a cabra de fora que tá com a terra aqui criando gado." (P.A.- 60 anos, Produtor de batatinha, Lagoa Seca-PB).

O aparecimento do grande número dos granjeiros implicou na apropriação das pequenas unidades de produção familiar e na sua conseqüente transformação em granjas e ou chácaras capitalizadoras de recursos privados ou governamental. Tais investimentos nem sempre significaram aplicação no setor produtivo, uma vez que as granjas representam, na maioria, um espaço de lazer e de especulação imobiliária urbana, uma entre as formas de uso do espaço rural.

O quadro classificatório das propriedades do município, (INCRA 1989), indica que 94% das propriedades rurais no município são minifúndios, mas registra a existência de empresas rurais e latifúndios por exploração, (cf. quadro 5). Delineiam-se, neste aspecto, pequenas propriedades capitalizadas, de produtores classificados como latifundiários por exploração e ou empresários rurais.

O fortalecimento desse contingente de produtores capitalizados, dinâmicos e articulados ao mercado (incluindo os granjeiros) se constitui no que poderíamos definir como o aspecto bem sucedido do modelo de desenvolvimento adotado pelas políticas governamentais para o campo, tendo aqui no município estudado, seu recorte local.

Do ponto de vista econômico, as áreas internas de especialização da produção têm perfilado produtores e espaços contraditórios que se complementam no seu conjunto. Essas contradições são explicitadas sob várias formas e expressas no modo de sentir, de pensar e de agir de seus atores. A cultura da batatinha, por exemplo, no conjunto das culturas exploradas no município, é considerada como "*cultura nobre, de rico*", para a qual foram canalizados todos os mecanismos de apoio governamental ao fomento, armazenamento e escoamento da produção. Neste aspecto, é comum escutar dos pequenos produtores especializados na cultura da bananana, expressões tais como:

"A área da batatinha é mais protegida, tem mais apoio dos homem, porque tem a "hortivac" (Associação dos Produtores de Verdura do Vale do Cam-

pinote), e tem apoio, já é uma vantagem para o plantador de batatinha." (A.F.A, produtor de Banana, 47 anos, Lagoa Seca-PB.)

QUADRO 5

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA - SEGUNDO SEU PERFIL ECONÔMICO - DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA.

ANO: 1989

Nº TOTAL DE PROPRIETÁRIOS: 1.905

TAMANHO AREAS	CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS/QUANTIDADE						TOTAL
	MINIFÚNDIO	%	EMPRESA RURAL	%	LATIFÚNDIO P/ EXPLOR.	%	
0-5 ha.	1.358	71,5	-	-	-	-	1.358
5-10 ha.	332	17,5	-	-	-	-	332
10-15 ha.	39	2,0	10	0,52	32	1,	81
15-20 ha.	01	-	13	0,68	37	1,	51
20-50 ha.	-	-	16	0,85	40	2,1	66
50-100 ha	-	-	01	-	11	0,6	12
+ 100 ha.	--	-	02	-	06	0,3	8
TOTAL	1.730	90,5	42	2,05	126	6,6	1.898

FONTE: INCRA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA - RELAÇÃO PRODUÇÃO DO ITR, 1990.

OBS.: Constam 7 propriedades sob o registro de "NAO CLASSIFICADAS" cujas áreas são respectivamente de 100,7 ha., 30,4 ha., 125 ha., 30 ha, e 110 ha.

"Eu num tô sabendo o que é que há lá, se tem proteção ou é porque o plantador é mais rico, pode ser também... Essa região (da Banana) não existe isso, ninguém vem ver, ninguém vem olhar, sabe que a gente existe, mas não sabe que existe planta..." (A.J.S, produtor de banana, 42 anos, Lagoa Seca-PB).

O espaço, neste sentido, é construído em luta e ação de atores historicamente situados e em relação uns com os outros. Ao transformar-se, o espaço passa a ser determinado por interesses pluridimensionais, ou seja, por condicionantes econômicos, sociais e culturais que cada grupo carrega consigo e o transforma em estratégia de luta e vida. Delineia-se o espaço para além dos determinantes econômicos e amplia-se no campo conceitual de produção do espaço incorporando-se às dimensões políticas, econômicas e culturais dos seus atores representativos.

No caso específico de Lagoa Seca, as diversificações econômicas, o modo de pensar e de agir diverso, e as expressões sindical e associativa dos pequenos produtores - sobretudo dos bataticultores - parecem indicar a construção de espaços geo-econômicos e políticos-culturais no mapeamento do município. São valores que se opõem, se complementam, se enfrentam e vão se conformando, dialeticamente, com um novo perfil de município, com novas identidades e novos sujeitos sociais.

Se o espaço é "historicamente adequado e preparado em

vista de um uso determinado feito coletivamente" (Meyer, 1979:151), ele vai se construindo como "produto social" e com uma "dimensão política e estratégica" (id. ib). Querendo entender pela ótica do pequeno produtor familiar, as transformações atuais na estrutura, uso e posse das terras no município, tem como agravante profundo a inversão da lógica que permeia econômica e culturalmente a função da terra.

Do ponto de vista do aumento das granjas e chácaras, este processo tem se caracterizado por uma lógica urbana trazida no bojo da expansão urbana de Campina Grande sobre as terras agrícolas de Lagoa Seca. Incorporando o aspecto estratégico de formação do espaço que tem nele um fim, Meyer (1979), ao analisar o aspecto da ocupação rural pelo urbano, indica o seu caráter específico como um espaço "ocupado, organizado, configurado por um grupo com um sistema econômico, social e ideológico bem definido..." (Meyer, op. cit.: 152)

Este enunciado nos ajuda a entender a reação de um dos nossos entrevistados no município, ao se referir às granjas e aos granjeiros:

"Você vê, essas burguesada de Campina Grande, tudinho, eles gosta muito dessa área do Floriano de Lagoa Seca. Ninguém vê mais agricultor, não! Só granja, pra produzir pra quem? Pra ninguém! Aí a agricultura cada vez mais se acabando." (A.J.S)

Essas lógicas em conflito, aqui resgatadas por terem sido observadas cotidianamente ao longo da pesquisa e na nossa convivência com o grupo pesquisado, têm gerado as resistências cotidianas evidenciadas pelos principais atores sociais no município. São conflitos nunca sempre explicitados ou tornados públicos. São resistências e conflitos em sua essência "surdos", como bem analisou Silva (1990), sobre o "Conflito da Fazenda Conceição", mas potencialmente fortes e parte das trajetórias coletivas dos pequenos produtores estudados.

Para os pequenos produtores rurais entrevistados, as transformações no espaço que tem se efetivado no município, sobretudo no aspecto da "urbanização rural" (Cf. Giuliani, 1990) são sentidos como destruição do que era comum ao sistema de viver local, significando uma mudança para outro modo de vida, conforme relato de A.A.S, posseiro da ex-Fazenda Conceição:

"Mudou tudo, já mudou o sistema de viver, por antes, era mandioca... Depois que os granjeiros vão se apoderando e ficam só cultivando pé de árvore de alguma fruteirazinha..." (A.A.S.).

A granja e os granjeiros representam uma nova lógica, uma nova ordem que se estabelece: é o lazer, é a casa de campo bonita, é o gado, é a cerca, é o capim... É a presença do doutor, do professor... Onde era local de trabalho, significado de luta e reprodução da vida, virou o lugar do descanso, do repouso. Onde era estrada hoje é porteira. Onde era planta, hoje é "pé de árvore" que enfeita.

Noutro plano, para o pequeno produtor local, a oposição da lógica do modo de viver e conceber o espaço rural como "*locus*" de sua reprodução vai confrontar-se com a lógica das granjas que se reproduzem fora dos espaços organizados e estruturados dos lotes urbanos, ao mesmo tempo que elas não são imóveis propriamente rurais, pois "*não produzem, são para descanso*", nem propriamente urbanos, pois estão inscritos no cadastramento, embora carreguem em si um padrão urbano.

Este todo caótico tem caracterizado a reorganização do espaço rural de Lagoa Seca, sendo parte integrante do conjunto das transformações da sociedade. Para Meyer (op. cit.), o confronto da ordem cidade versus campo "*apresenta uma desordem e incoerência perfeitamente lógica*". Para a autora, a expansão da cidade "*é guiada por uma inversão que explica a expulsão: o valor de troca predomina sobre o valor de uso*" (op. cit.:154).

A auto-reprodução dos camponeses é um processo de construção contínuo e estratégico de níveis de autonomia e de afirmação de identidades, em que a manutenção e o uso da terra, bem como suas práticas culturais, são os elementos principais. As suas lutas expressas pela resistência são repletas de significados, seja na busca de uma ação coletiva do grupo (a luta pelo resgate do sindicato), seja nas práticas cotidianas de resistências, negação ou adesão a práticas tecnológicas modernizadoras difundidas pelo técnicos do setor governamental.

As condições com que os trabalhadores da unidade doméstica

entram nesse processo de trabalho e como as transformam em estratégias de reprodução e resistência no conjunto de múltiplas e complexas relações, serão objeto de nossas análises nos capítulos seguintes.

BIBLIOTECA - UFPB.
CAMPUS VI - PATOS - PB.

CAPÍTULO IV - A RELAÇÃO ENTRE A
ORGANIZAÇÃO DO TRABA-
LHO FAMILIAR E AS
PRÁTICAS TECNOLÓGI-
CAS.

CAPITULO IV

A RELAÇÃO ENTRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR E AS PRÁTICAS TECNOLOGICAS

"Tudo é trabalho de cooperação.

Funciona unido"

Este capítulo pretende analisar a organização do trabalho familiar nas unidades de produção enquanto eixo de compreensão do conjunto das relações que orienta a vida camponesa e a partir do qual são engendradas e vivenciadas as práticas tecnológicas desenvolvidas pelos pequenos produtores. Para tanto, consideramos necessário compreender a lógica de como eles organizam sua vida.

Nossa investigação aponta para o entendimento das bases que fundamentam essa lógica e que dizem respeito à relação dos produtores com a terra, ao seu esforço cotidiano para manter sua autonomia enquanto camponês e ao significado que atribuem ao conjunto de práticas que orientam o processo de trabalho, entre as quais, as práticas tecnológicas.

A lógica da atividade econômica de uma unidade de produção familiar e o maior ou menor dispêndio de trabalho de seus partici-

pantes estão diretamente relacionados à satisfação das suas necessidades, tanto na esfera da reprodução econômica, quanto na perspectiva da unidade de consumo. Isto significa situar tais necessidades em termos de condições de trabalho e a capacidade de apropriação de bens materiais e culturais requeridos por todos os membros do grupo doméstico¹.

Estes aspectos da relação interna, no entanto, são postos sob uma relação de tensão e conflito à medida que estão ligados direta ou indiretamente a relações exteriores, de natureza complexa, a que a unidade de produção familiar está subordinada. Dependendo do contexto e do nível de subordinação externa a que cada uma está submetida, dar-se-á um maior ou menor dispêndio de trabalho dos seus membros familiares para se reproduzirem social e economicamente.

A composição familiar vai definir a capacidade da atividade econômica de cada unidade, estabelecendo assim, o limite máximo e o mínimo do volume da atividade econômica, que é determinada pela disponibilidade de mão-de-obra existente no grupo doméstico².

Variadas são as estratégias que os pequenos produtores têm encontrado para assegurar a manutenção e sobrevivência no complexo quadro das relações amplas na sociedade. As práticas culturais e cotidianas aqui observadas indicam as estratégias, as mais diversas, como forma de se manterem com suas identidades de pequenos produtores familiares, embora cada vez mais subordinados à dinâmica da eco-

1 Cf. Wolf, 1976, p. 22

2 (cf. Chayanov, 1985: 47)

nomia de mercado. Como apontado por Wolf (1976), a lógica de organização das unidades de produção familiar tem buscado equilibrar as suas estratégias de manutenção e auto-reprodução com as exigências exteriores a que estão submetidas sucessivamente³.

Este capítulo analisa como essas diferentes estratégias são adotadas e como se constituem em práticas de resistência e afirmação da lógica interna que orientam o modo de organização do trabalho doméstico nas unidades de produção estudadas. Tal procedimento visa identificar aspectos dessas estratégias que tornam possível a atribuição de significados às práticas tecnológicas desenvolvidas pelos pequenos produtores, cuja análise mais aprofundada será objeto do capítulo seguinte.

Pelo que pudemos observar, o modo de organização do trabalho doméstico de cada unidade e as práticas que lhe são peculiares vem configurar uma dessas estratégias que abordamos na primeira parte do capítulo - *O roçado caseiro e roçados individuais: a unidade do diverso-*, enquanto forma inerente ao atendimento das necessidades comuns e diferenciadas dos membros da unidade.

Por outro lado, o trabalho de parceria, nas condições que são fundamentadas nas unidades analisadas, vem reforçar o modo cotidiano de resistência às relações de assalariamento. Pela meia, a relação com o trabalho, com a terra e com o produto do trabalho tende a legitimar o modo peculiar do pensar e do agir camponês, ao

3 (cf. WOLF, op. cit.: 28).

mesmo tempo que revela uma das facetas do processo de diferenciação econômica e cultural do grupo, onde percebemos diferentes situações nas condições de aplicação tecnológica (adubação, uso de insumos, prestação de serviços e assistência técnica, etc.). Tal discussão é contemplada na segunda parte deste capítulo - *O regime de parceria e suas relações*.

As estratégias que mencionamos acima são modos peculiares de afirmação da lógica de produção e reprodução das unidades familiares dos pequenos produtores. Em seu conjunto, também podem ser tomadas enquanto práticas de trabalho que procuram negar a perda do controle e da autonomia do seu fazer. Para esses trabalhadores, o assalariamento é colocado como último recurso para atender as necessidades particulares e/ou coletivas do grupo familiar já que sua prática significa a entrega à morte, à sujeição, à perda da identidade. Estas questões são analisadas na terceira parte - *O trabalho assalariado e suas significações para o grupo*.

De outro modo, em um contexto em que a diferenciação interna acentua-se e esboça uma nova estruturação social rural, sem alteração significativa na organização agrária local, a tendência das relações de assalariamento teria encontrado, objetivamente, um campo fértil não fossem as resistências e limites impostos pela própria idiossincrasia presente no modo de traduzir o significado da terra e do trabalho no cotidiano do grupo. Esses limites e resistências são estrategicamente traduzidos pelo sistema do "troca-troca", ou mutirão comunitário, envolvendo participantes de uma determinada comunidade ligados por laços de parentesco e/ou vizinhança, com in-

teresses comuns de atender, oportunamente, os requerimentos tecnológicos de seus roçados. Embora sejam economicamente diferenciados, essa é a condição que os nivela e os tornam iguais nas relações sociais que os envolvem. Tal estratégia é analisada na quarta e última parte deste capítulo - *O mutirão comunitário e as práticas tecnológicas*.

4.1. O ROÇADO CASEIRO E OS ROÇADOS INDIVIDUAIS: a unidade do diverso.

O poder de gestão na unidade de economia doméstica está no chefe da família, quase sempre assumida pela figura do pai, em torno da qual giram todas as decisões sobre o que e como produzir e o melhor modo de escoar a produção da unidade.

Sob a autoridade paterna, têm se definido as relações do trabalho em cada unidade, onde os membros familiares tem papéis diferenciados, por sexo e idade, embora estejam todos vinculados ao roçado da família que vai garantir ao grupo doméstico a sua manutenção através dos produtos destinados ao auto-consumo, ou através da venda do que nele é produzido. Neste caso, o que chamamos de roçado caseiro familiar é a atividade econômica principal da unidade de produção que vai permitir o sustento da família e o fomento das atividades econômicas da unidade durante todo o ano.

A condução do roçado caseiro é feita diretamente pelo chefe da família, mediante um planejamento do que e como produzir. A sua gestão, na verdade, obedece a regras que são fundamentais para a garantia da reprodução física e social da unidade de produção.

O chefe da família organiza todo o processo de trabalho da unidade de produção via o trabalho de cooperação familiar, momento em que se dá o mutirão familiar:

"O roçado principal caseiro é só pra o abastecimento da alimentação, essas coisas. Quando o roçado caseiro necessita da mão-de-obra, aí vem todo mundo. É um serviço de mutirão da família, quer dizer, que é a benefício da casa." (S. P., 63 anos, sexo masculino, 6,0 ha).

A contribuição de trabalho de cada membro assume um caráter de dever natural enquanto parte do grupo doméstico, uma obrigação constitutiva do aprendizado ético de socialização da própria condição de fazer parte da família e contribuir para a sua reprodução econômica:

"É uma obrigação que deve ser deles (dos filhos), não que a gente obrigue. E quando não se quer fazer, a gente tem que mostrar que tem obrigação deles." (S.P.)

O roçado caseiro tem um caráter coletivo e socializador

das atividades econômicas para o grupo doméstico, sendo o local onde a unidade de consumo doméstica realiza-se enquanto unidade de produção. Os homens da casa (pai e filhos), desenvolvem suas atividades diretamente ligadas ao roçado. As mulheres (esposa e filhas), na maioria dos casos, desenvolvem atividades na casa alternadas a atividades no roçado, consideradas como "trabalho de ajuda". Embora sendo o espaço coletivo do trabalho familiar, é no roçado caseiro onde são definidas as esferas de trabalho feminino e do trabalho masculino, e onde se definem as esferas produtivas e não produtivas do trabalho doméstico⁴.

Na organização do trabalho do roçado familiar, vão assim se definindo os papéis de cada membro da família no trabalho cotidiano do roçado, e se demarcando o que é tarefa de caráter feminino e masculino. Esta última assume o sentido central do trabalho em oposição ao papel suplementar da tarefa feminina. A regra é "os homens cuidam da produção e a mulher do produto". No geral, o preparo do solo e a limpa são tarefas masculinas, enquanto que o plantio e a colheita são tarefas comuns à esfera feminina:

"Quando termina o plantio, então requer muita coisa além de cavar a terra, existe uma limpa de mato, existe várias outras atividades no roçado que também pega o trabalho da gente, que é quem deve fazer esse trabalho na diária, no dia-a-dia"
(A.S., 58 anos, sexo masculino, 14,5 ha).

4 (Cf. Heredia. 1979: p 77 a 83).

"Pra arrancar o feijão, carregar o feijão do roçado pra casa e, quando se bate o feijão e se sacode ele, a própria contagem do caroço no terreiro. São essas as tarefas que é assumida por essas pessoas que ajudam, pela família que ajuda a gente".
(N.F.S., 21 anos, sexo masculino, 3,5 ha).

Encontramos casos porém, em que esta regra geral da divisão sexual do trabalho familiar é alterada em situações extra-cotidianas à composição do grupo doméstico, devido a vários fatores nem sempre favoráveis à família. Nos casos identificados, verificamos que as mulheres assumem tarefas tidas como da esfera masculina:

"No caso do meu irmão lá..., a mulher trabalha mais do que ele porque ele trabalha em C. Grande, tem profissão de relojoeiro e sempre pega biscates, e a mulher dele é que cultiva essa área de 1/25 e que realmente colhe". (N.F.S.)

Em outro caso, porém, com a alteração na composição do tamanho da família, dada pela migração dos filhos e o envelhecimento do chefe da família, a condução interna do trabalho familiar foi assumida pelas mulheres - filhas e mãe-, atuais componentes do grupo doméstico. Mesmo nesse caso, as decisões finais passavam pela autoridade paterna, embora as tarefas do roçado estivessem sob o comando feminino, segundo podemos constatar no depoimento da filha mais velha, ao perguntarmos sobre suas tarefas na unidade de produção:

"De tudo, pra cavar, pra plantar, pra xaxar, pra tudo. O que tocar bota. Tanto faz, o que eu pegar, eu vou..." (A.E., 39 anos, sexo feminino, filha).

Igualmente, a mãe se expressou:

"É na luta da casa e é pra todo mundo, aqui não tem separação não. A gente cuida do roçado, a gente cuida da casa. É tudo uma tarefa só." (L.A., 70 anos, sexo feminino, mãe).

Observamos, entretanto, que mesmo com a ausência sistemática do trabalho dos 5 (cinco) irmãos que antes residiam na unidade, determinadas tarefas do roçado são ainda consideradas como tarefas da esfera masculina, a exemplo do preparo do solo. Neste caso, a estratégia adotada pelas mulheres foi o princípio da cooperação traduzido pela formulação de um "pacto" com um irmão que, ao casar-se, constituiu uma nova família e uma nova unidade de produção exterior à da família de origem:

"Antes, ele teve no Rio. Passou 3 anos, quem enfrentava pra cavar a terra era ele. Depois que ele voltou, fizemos um pacto, né? Ele cava as terras daqui e eu planto as de lá". (A.E.)

Seja de um modo ou de outro, o que aparece como fundamental na lógica de organização interna do trabalho é o princípio da

cooperação familiar em torno do trabalho como forma de reprodução e viabilização econômica e social da unidade de produção.

4.1.1. Ciclo de vida, divisão do trabalho e usos de tecnologia

Buscamos investigar como se processava a reposição do dispêndio do trabalho individual de cada membro familiar na unidade de produção. Enquanto esfera coletiva do trabalho familiar, a reposição do dispêndio da força de trabalho gasta por cada membro no roçado caseiro dá-se no consumo coletivo na casa mantida pelo roçado. Significa a manutenção física e biológica da família medida subjetivamente pelo atendimento médio das necessidades coletivas da família. É a reposição mínima das energias gastas por todos no processo de produção coletivo da família enquanto unidade de consumo, e é este o sentido genérico da remuneração familiar:

"Recebe e não recebe, né? Aquilo ali fica tudo em casa. É pra se comer, é pra um vestir, é pra outro calçar, é uma coisa assim. O ritmo do campo vive da união de dentro de casa, porque tem que manter com aquilo mesmo. (A.J.S, 42 anos, sexo masculino, 7,0 ha).

Por outro lado, fora dessa coletividade, há outro modo de se obter uma remuneração objetiva do trabalho de cada indivíduo em sua particularidade, que é a instalação do roçado individual, pelos

filhos comumente do sexo masculino, com a finalidade de prover suas necessidades enquanto indivíduos, necessidades estas que não são atendidas, a priori, pelo produto do trabalho no roçado caseiro:

"Tenho uma hortazinha, só pra me manter, sabe? Só pra mim. Eu tinha desde que comecei a me entender de gente porque em casa eu não ganho nada não, né? Aí, tem que trabalhar pra ter uma hortazinha pra me manter. É como se fosse o meu emprego. Não tem emprego, tem a hortazinha." (E.P.R., 26 anos, sexo masculino, filho)

Através do roçado caseiro, dá-se a iniciação do aprendizado de cada filho no trabalho coletivo da família, enquanto que no roçado individual se dá o exercício inicial da individualidade e manutenção financeira através do trabalho, podendo ser traduzido como uma alternativa de autonomia individual.

"Meu filho tem um roçadinho, separado, tem que ter, né? Ele tem o roçadinho dele pra se manter também. Isto é importante todos ter um roçadinho, pelo menos pra alguma coisa qualquer que ele, às vezes quer arrumar, fazer, comprar um bezerro, uma coisa... Eu dou gosto pra ele botar outro roçadinho maior e produzir mais né? Já tomou aquele gosto do roçado, né? (A.J.S.)

Verifica-se também a distinção entre necessidades coletivas, aquelas fundamentais para a reprodução física e social do grupo familiar, e as necessidades de cada indivíduo, expressa pelo consumo qualitativamente diferente de bens materiais e culturais dos filhos que começam a ter um convívio social para além do grupo familiar. É na prática do roçado individual que os filhos conquistam essa autonomia financeira, que parece vir de uma condição: cabe-lhes fazê-lo uma vez que o excedente do roçado caseiro é destinado prioritariamente ao suprimento das necessidades individuais das mulheres do grupo doméstico, entre outras finalidades, como podemos observar a seguir:

"O interesse do roçado individual é de cada um querer ser independente, entendeu? Porque no caso, até do roçado da casa ele pode ser mais pras meninas, pra distribuição delas, quando sobra né?, pra comprar roupas, por exemplo, porque a gente já tem o roçado da gente" (N.A., 30 anos, sexo masculino, filho).

Em todos os casos observados, não foi comum às mulheres a prática dos roçados individuais, exceto nas unidades de produção onde o grupo doméstico só era composto por mulheres. Nessa situação, a finalidade do roçado individual tinha o mesmo significado que nos casos anteriores. Sobre os motivos de ser pouco comum a prática dos roçados individuais pelas filhas nos grupos domésticos sob o controle do chefe da família, assim o pai se expressou:

"Não dou a elas pra não ficar muito rebelde, sabe... (risos). As vezes bota um roçadinho... Bobagem, sabe? A gente é que toma conta... (risos). Isto é como se dá. (P.A.; 60 anos, sexo masculino, 16 ha).

Nesse processo de construção e manutenção da autonomia de cada filho, tanto o pai quanto os filhos vão seguindo um ritual de práticas repletas de significações. A relação trabalho/terra assume um papel importante e central. Nos casos observados, quando a unidade familiar dispõe de terras suficientes, essa importância se traduz pela expressão do pai que "dá gosto" para que o filho amplie o seu roçado, cedendo novas parcelas de terra para esse exercício. Quando isto não é possível, os roçados individuais são estabelecidos em terras de terceiros, através da relação de parceria. Neste caso, o incentivo dá-se pelos próprios pais e demais membros em cooperar com o roçado do outro, sendo uma prática comum da família se ajudarem mutuamente na execução das tarefas desses roçados, como forma de garantir a reprodução individual de cada um de seus membros, mesmo na relação de parceria:

"Além desse trabalho que todos cooperam em casa pra própria alimentação, então a recompensa é que eles tenham outros roçados fora e que por sua vez também a gente até ajude a cultivar outros produtos em outras terras de outros pequenos proprietários. Aí, no final, aquela parte que tocar pr'aquela pessoa, então é a recompensa dela." (N.F.S.,

21 anos, sexo masculino, 3,5 ha).

Para os mais jovens, a possibilidade de ser proprietário de uma parcela de terra é a grande idealização que dá sentido ao trabalho, representado desde o princípio pelo trabalho autônomo no roçado individual, como pudemos observar na trajetória de N.F., 21 anos, ao ser resgatada a história de aquisição de sua pequena propriedade de 3,5 ha:

"Desde o começo, se todos (os demais filhos) fossem que nem ele, quando pensasse uma coisa combinasse comigo, todo mundo possuía uma terrinha pra trabalhar. Mas os outros mais velhos não quizeram combinar... Se eu disser não, não vai trabalhar no dos outro hoje, você vai trabalhar é na gente. Vamos trabalhar, vamos botar todo o seu roçado. Se você comprar um garrote hoje, você não vender aquele garrote, você vai cultivar aquele garrotinho pra depois você ter também as coisas... Este aqui (referindo-se a N.F.) foi que combinou comigo. Eu dizia, meu filho vamos trabalhar? - Vamos! Quando pegava seu dinheirinho, eu dizia: Vá comprar seus garrotinhos, vá, pegue esse dinheirinho, compre uma casinha, você pode um dia querer se casar... Do mesmo jeito foi combinando comigo até que nós compremos esse terrenozinho" (L.F., 51 anos)

Os dados observados sobre as regras cotidianas nos roçados (caseiro e individuais) nos revelam práticas significativas regidas por valores simbólicos para-além dos valores econômicos. Culturalmente, essa prática de trabalho tem expressado as dimensões do ter e do ser camponeses no aprendizado inicial de cada filho no trabalho, nas práticas tecnológicas e sua relação intrínseca com a terra e no aprendizado individual de socialização na sociedade. O significado que tem a prática do roçado individual para quem o faz e para a família, faz parte dessa idiossincrasia camponesa na medida em que se expressa não como uma obrigação imposta aos filhos, mas como um direito naturalmente adquirido, apoiado pela família, e revestido de uma profunda idealização: a de acumulação de bens para se reproduzir futuramente com a identidade camponesa, só alcançada na condição de ser dono da terra e do seu trabalho.

Nas unidades de produção familiares com maior nível de especialização na produção de banana, observamos não ser comum a existência do roçado individual. Neste caso, o trabalho do grupo doméstico está voltado para essa atividade econômica central que dá sustento à unidade.

A questão colocada foi como se efetivava a reposição do desgaste das energias do grupo doméstico fora da esfera coletiva da unidade de consumo - a casa. Os dados nos revelam que na ausência do roçado individual, os requerimentos de cada um são atendidos pelo roçado familiar, mediante a distribuição de uma quantia em dinheiro conforme o trabalho desprendido por cada membro familiar, ao final de cada semana, como podemos observar:

"Os meus dois (filhos) não têm (roçado), mas tem o meu que é o deles. O mais velho fez 16 anos. Então quando eles querem, eu tem que dá. Querem ir pra uma farrinha, eu pá! No sábado, dou de acordo com as condições que eu tiver. Se eu tiver \$ 1.000, parto 500 para cada um. Se eu tiver 500, eu parto para os dois. Um trabalha mais um pouquinho, ganha mais. O outro trabalhou menos, ganha menos. Meu esquema é esse. Eu faço o controle com os dois e dar certo." (A.F.A., 47 anos, sexo masculino, 8,0 ha).

Há formas diferenciadas de remuneração do trabalho dos filhos. Mesmo considerando a presença do dinheiro como forma de reposição do trabalho e do atendimento das necessidades individuais dos filhos, essa reposição é mensurada subjetivamente pelo pai de acordo com o esforço despendido, a quantidade de recursos disponíveis e a intensidade das necessidades dos filhos em cada circunstância. A quantia objetivada, na verdade, não tem significado de pagamento, embora revele um mecanismo simbólico de representação do trabalho individual dos filhos que lhes possibilita o exercício da autonomia e da individualidade fora das relações domésticas, função similar a um dos papéis atribuídos à prática dos roçados individuais. Por outro lado, essa relação também vem revelar a reafirmação da autoridade paterna sobre o processo de organização do trabalho doméstico na unidade.

Um aspecto considerável na análise dessas relações cotidianas do trabalho doméstico nos parece ser a centralidade que assume o roçado familiar como esfera de legitimidade do poder do chefe da família. O roçado familiar principal revela-se como um espaço de práticas multidimensionais, e por isto mesmo, deve ser compreendido como uma relação de poder permanente imbricadas por tensões estrategicamente equilibradas por quem o dirige.

Qualquer prática tem significado positivo no cotidiano da vida camponesa quando vem fortalecer o roçado familiar com esse papel de fomentador do equilíbrio da reprodução familiar e que o reafirme como o "*caixa forte da família*".

O roçado assume assim uma simbologia da reprodução de poder que legitima e garante a existência efetiva da família enquanto comunidade biológica, econômica e social e que dá significados e conteúdos a todas as práticas inseridas na forma de conduzir econômica e culturalmente a unidade familiar de produção, de modo que a reprodução da família, no seu sentido amplo, seja definitivamente garantida.

Na perspectiva da manutenção da autoridade paterna sobre o grupo, a relação roçado caseiro e roçados individuais vai permitir uma relativa autonomia econômica dos filhos em relação ao roçado principal, sem, no entanto, afrouxar as obrigações do trabalho doméstico no roçado sob a orientação do pai. A relação entre pai e filho passa a ser construída a partir do princípio da cooperação mútua e no reconhecimento das esferas coletiva (o roçado familiar sob a

autoridade paterna), e individual (o trabalho no roçado individual). A autoridade paterna, neste caso, passa a ser mediada pelo ciclo e exigências técnicas dos roçados, o que vem influir nas bases dessa relação:

Do pai sobre o filho:

"Ele pode dizer isso: "amanhã eu vou trabalhar no meu roçado". Aí a gente diz: - Mas meu filho, amanhã eu ia limpar aquele feijão, aquele roçado que eu plantei. Aí a gente vai tratar do assunto. Ou a gente vai tratar do dele se tiver mais precisando, ou ele vem : nós limpa aquele da gente amanhã que o feijão tá quase florando e terça ou quarta-feira nós vamos limpar o seu." (A.J.S., 42 anos, sexo masculino, 7,0 ha).

"Fica sempre nós dois, aquele tipo de união. Aí fica: "amanhã vou limpar meu roçado ". As vez o do outro já tá florando, querendo se perder. Digo: Vamos para o meu amanhã, aquele serviço espera, e lá vai..." (Z.B., 40 anos, sexo masculino, produtor de verduras e babatatinha 8,0 ha).

O modo de organizar o trabalho doméstico sem a oposição roçado caseiro/roçado individual parece não ser adequado para aquelas unidades que se dedicam a atividades econômicas de ciclos anuais, ao contrário do que observamos com as produtoras de banana.

Segundo relato de quem observou uma experiência de fora, o sistema funcionava tendo a unidade de produção um único roçado - o da família em que todos trabalhavam - casados ou solteiros-, e dele tiravam o sustento de todos. A forma foi considerada "bonita e admirável"; mas só na hora de trabalhar. Na hora da reposição das necessidades comuns dos participantes, não funcionava por não garantir os requerimentos de cada grupo, como podemos observar:

"Tem outras famílias que já fizeram outro modo de trabalho, mas que eu acho que não deu certo o trabalho em mutirão, se fosse casado, solteiro, trabalhava unido num roçado só. Aí, depois, o cabra abastecia da necessidade. As vezes, o pai quando abastecia um, faltava pra outro, e quando o outro precisava ele já tava na baixa, abastecia menos. Quer dizer, todos nós admirava aquela união, aquele trabalho, mas depois que os filhos foi se casando, aí não deu certo não. O pai quando ia fazer a feira, fazia pra todo mundo. Se tivesse quatro filhos casados, fazia pra todos quatro, e era bonito... Mas o que acontece é esse negócio de necessidade... Começa a piorar." (N.A.).

Essa experiência passou a ser negativa à medida em que punha em risco o papel do roçado familiar como provedor do equilíbrio da relação casa/roçado, deixando de ser a fortaleza da unidade de produção, o "caixa forte", ou o fundo de reserva comandado pelo chefe de família, a partir dos excedentes, para suprir as necessida-

des de todos nas eventualidades extra-cotidianas, ou não funcionar como "fundo cerimonial"⁵ da família. Por outro lado, o sistema puxa em jogo a figura do pai como autoridade porque expressava uma divisão desequilibrada e tensa entre o chefe da família e os seus membros, ameaçando o princípio da cooperação e união familiares na medida em que a reposição não refletia essa cooperação de equidade entre as partes.⁶

Nas unidades de produção voltadas para exploração de culturas de ciclo anual, a estratégia de organizar o trabalho doméstico com base na relação de oposição e complementariedade entre o roçado caseiro e os roçados individuais, tem sido o modo mais eficaz encontrado para garantir o papel do roçado caseiro como elemento aglutinador das suas relações internas. Este sentido, como vimos, torna-se menos comum em muitas das unidades de produção especializadas na produção de banana.

Confrontando essas duas situações, se estabeleceria algum paradoxo? A nosso ver, só a nível aparential, porque a afirmação dos roçados individuais numa situação tem o mesmo objetivo de sua negação na situação contrária. Enquanto nas unidades mencionadas, os roçados individuais garantem a manutenção individual dos filhos, legitimam a autoridade paterna no processo de organização do trabalho

5 (Cf. Wolf, 1976: pp 20 a 22).

6 Ao casar, o filho conquista sua maioridade, inclusive autonomia em relação ao grupo doméstico de origem, constituindo assim um novo grupo doméstico. Os requerimentos passam a ser também diferenciados, o que torna complexa a relação nos termos experimentados pelos entrevistados. Cf. Heredia (1979), e WOLF (1976), entre outros.

familiar, e fortalece o roçado caseiro como o "fundo de reserva" da unidade, nas unidades produtoras de banana, eles põem em risco o próprio significado da reprodução da família, enquanto unidade de produção e consumo. Vejamos porque: em primeiro lugar, é comum nessas unidades produtoras estudadas, a formação de "sitios" de banana com ciclo agrícola permanente (casos com mais de 10 anos); segundo, o tamanho das áreas dessas unidades produtoras estudadas não excedem a 9,0 ha. quase sempre ocupadas pela cultura; terceiro, a manutenção básica dessas unidades dá-se mais pela venda da produção no mercado, e menos pelo auto-consumo dos seus produtos.⁷

Parece inadequado estabelecer roçados individuais como estratégia de organização do trabalho familiar, nesse contexto observado, pois significaria a divisão, a longo prazo, da própria unidade de produção. O roçado principal estaria enfraquecido e ameaçado de não cumprir o seu papel. Ao mesmo tempo, haveria o enfraquecimento da autoridade paterna sobre o processo de organização interna do trabalho familiar.

Tanto numa situação quanto na outra, o significado convergente dessas práticas, imediatamente opostas e mediatizadas pelo mesmo conteúdo, é o de dar significação estratégica ao modo cotidiano de superar as tensões internas e externas para a garantia da reprodução econômica da unidade de produção familiar. Não é, portanto as diferenças que as separam, mas o valor simbólico que as une

7 Dadas as suas características agrônomicas, a produção da banana dá-se durante todo o ano. Isto possibilita à unidade familiar de produção uma dinâmica específica ao seu processo produtivo.

numa mesma perspectiva, e neste sentido, traduzem-se no que aqui temos denominado de estratégias de resistência e legitimação da identidade camponesa.

4.2 - O REGIME DE PARCERIA E SUAS RELAÇÕES:

O trabalho de parceria,⁸ ao ser entendido como mais uma estratégia de reprodução, tem sido determinado por fatores tais como a quantidade de terra disponível, o tamanho da família e, principalmente, as condições materiais e culturais em cada unidade de produção. Neste sentido, *capital, tecnologia e experiência* dos produtores mais tecnificados, aparecem como os ingredientes básicos que permeiam a relação.

Quando a quantidade de terra disponível não é suficiente para atender as necessidades do grupo doméstico, o chefe da família e/ou seus membros buscam outro roçado fora como forma de equilíbrio dos fatores de produção da unidade:

8 A relação de parceria (meia) é uma modalidade de trabalho bastante praticada em todo o município, sendo mais intensa nas regiões voltadas para a produção de culturas comerciais, tais como batata inglesa e olerícolas, além das culturas destinadas ao auto-consumo, como mandioca, milho, etc. Não identificamos essa modalidade de trabalho nas culturas de ciclo longo como a banana e a laranja, por exemplo. A análise que se segue está baseada na observação realizada numa comunidade que aqui designamos como "Campos de Areia". Além de manter semelhanças com outras comunidades do município, explicita de forma mais direta as condições com que as unidades cedentes dispunham para formalizar a relação.

"Além do trabalho do roçado que investe aqui, o pessoal também tem tarefa fora, ou seja, a terra é muito pouca pra produzir o necessário para a renda familiar; ha necessidade de se fazer um roçado fora. Além do roçado, do trabalho de casa, o restante tem roçado com outros proprietários, de meia".
(G.T. 31 anos, sexo masculino, meeiro.)

A relação de meia é formulada a partir de normas já estabelecidas na comunidade que definem previamente as obrigações das partes envolvidas. No caso estudado, cabe ao proprietário cedente além do fornecimento da terra, os insumos, e a "assistência técnica" na condução do processo produtivo, ou mesmo emprestar dinheiro ao produtor adquirente. A este, por sua vez, cabe a garantia da mão-de-obra indispensável a condução do empreendimento.

O que está em jogo na relação é o cuidado técnico do proprietário cedente com a preservação da terra, no sentido de que seja garantido o atendimento de todas as necessidades que a terra venha requerer no processo produtivo, como podemos observar no depoimento abaixo, cujo proprietário cede parte de suas terras para a exploração de meia:

"No primeiro ponto de vista, é botar esterco de curral, e no segundo, é emprestar dinheiro; toda necessidade que a terra precisa a gente vai ter que abastecer, ajudando também, dando toda assistência técnica que for necessário. (P.A.).

No tocante à assistência técnica, ela é traduzida pela orientação que o proprietário cedente, com maiores acúmulos de práticas tecnológicas, presta ao adquirente durante todas as etapas do processo produtivo, tais como uso de insumos e, principalmente, práticas de diversificação cultural, com o objetivo fundamental de assegurar uma maior produtividade do roçado e do trabalho, como podemos observar no relato de F.A, produtor de batata inglesa, feijão, olerícolas e frutícolas, proprietário de 60ha, dos quais 80% estão cedidos à relação de parceria. Para esse produtor, a assistência técnica prestada aos "meeiros" significa dar a idéia de como conduzir tecnicamente todo o sistema de produção e as práticas mais adequadas para se obter mais vantagens econômicas:

"O meeiro, eu ensino a ele como é que faz o plantio, orientando, né? Eu sigo a minha idéia. Eu digo, você planta duas carreira de batata inglesa, planta uma de coentro, outra de maxixe... Ele sempre acha melhor quando eu tô dando toda a idéia, porque vamos dizer assim, o cara às vez não tá por dentro, aí planta batata inglesa só, quando ele planta ela só, aí acontece de ter ano que dá mais ou menos pra ele e tem ano que leva prejuízo. e assim, a gente vai orientando..." (F.A., 42 anos, sexo masculino, produtor de verduras, batatinha, feijão, mandioca e laranja, 60 ha).

Noutro aspecto, a capacidade de prestar a assistência téc-

ica aludida, está intimamente ligada à experiência de cada cedente sobre práticas racionais de preservação da terra, e a outras práticas estratégicas traduzidas na diversificação cultural que, por sua vez, vem negar as orientações tecnológicas preconizadas pela EMATER⁹.

A relação da meia, assim do modo como é constituída, parece estar baseada na lógica da obtenção de vantagens para o parceiro adquirente, à medida que ingressa em um processo produtivo sob condições técnicas favoráveis ao trabalho e à terra. Esse aspecto revelou-se, à medida em que nos foi demonstrado por muitos pequenos proprietários da região, ser mais vantajoso trabalhar de meia nessas condições colocadas do que explorar unicamente seu roçado próprio sem condições tecnológicas adequadas, como bem relatou nosso entrevistado a seguir:

"Pra muitos, é mais vantagem trabalhar de meia, com estrume, com a terra bem equipada, e mais futuro do que trabalhar na terra dele fraca. Tem muitos casos aqui. Um exemplo: no meu roçado aqui, porque num teve muito adubo, nessa hectare eu bati quatro sacos de feijão. O meu irmão trabalhou na terra do companheiro F.A, e bateu 10 sacos de feijão, e foi porque teve ainda um problema... E teve um resultado muito maior. Quer dizer, traba-

⁹ Trataremos das estratégias de resistência, adoção, seleção, silêncios, dissimulações e outras atitudes frente às mediações externas, no capítulo seguinte.

lhando de meia, ainda conseguiu tirar um saco a mais do que eu, e trabalhando em meio hectare, mais ou menos, bateu 10 sacos, mesmo tirando o saldo da meia, em meio ha, ele ficou com 5 sacos para ele". (N.F.S., 21 anos, sexo masculino, produtor de mandioca, milho e feijão, 3,5 ha).

Já para o proprietário cedente, a noção de vantagem efetiva tem sido colocada como mais remota, devido aos elevados custos dos insumos e do dinheiro, o que vem configurar uma retração dessa relação nos moldes como aqui analisada. Entretanto, a obtenção de vantagens, nessa situação, está condicionada às estratégias possíveis que possam ser adotadas no momento da comercialização do produto no mercado, através da venda direta do produto ao consumidor, como relatou F.A:

"É vantagem para todos dois. Agora ele (o meeiro), tem que apurar no mercado porque se ele vender em casa vai ter prejuízo. Você sabe, a batata inglesa, esse ano ela foi de \$ 800,00 o saco a 1.000,00; então o cara (intermediário) quer comprar em casa por \$ 600,00, porque ele vai calcular a despesa, o imposto... Tudo isso inclui, e, na hora que o cara leva pra rua, fica livre... Paga o imposto (mas) paga a metade; chega lá, vende por \$ 1.000,00 e, em casa, o cabra quer comprar por \$ 600,00." (F.A).

Noutro aspecto, a obtenção de alguma vantagem com a cessão e uma parceria na terra está diretamente vinculada ao benefício que venha receber a terra. Para este caso, a relação só é efetivada quando é garantida a capacidade do proprietário de preparar a terra, utilizando para isto, a adubação orgânica com esterco de curral. Quando, não é possível a unidade cedente garantir essas condições tecnológicas fundamentais, a relação não é estabelecida, como é demonstrado pelo relato a seguir:

"...Pronto, agora mesmo um me pediu pra plantar maniva. Eu disse: não tem condição, não. Não é má vontade, é porque vai trabalhar em vão, porque a terra tá fraca, não tem esterco de curral; então vai preparar a terra pra plantar maniva e feijão e não vai dar nada..." (ZB).

A conservação da capacidade produtiva da terra assume, neste caso, papel determinante na mediação central da relação. No contexto analisado, a terra passa assim por critérios avaliativos objetivos quanto subjetivos por parte do cedente. Com base na satisfação das necessidades de consumo de cada unidade, é possível inferir o limite do grau de intensidade do trabalho familiar, a partir do qual ficam mais claros os contornos da lógica da relação de meia nas unidades cedentes. Nos casos observados, todo o processo tem colocado elementos próprios do *ter e do ser camponeses*, que se diferenciam qualitativamente da lógica capitalista de acumulação e reprodução. Estes aspectos podem ser confrontados com o relato de P.A, sobre sua unidade de produção familiar:

"As vezes, eu já tenho tido vontade de trabalhar a terra (sua propriedade), mas de qualquer maneira, eu vejo que eles necessita e vejo que trabalho numa área que dá pra abastecer; aí vem aquele coitado pedir uma cinquenta... Eu tiro de mim e dou pra ele né? Não é pelo resultado que ele vai me dar, não... As vezes eu assumo tudo desde o começo. Dou empréstimo, aí eu digo: olhe, eu não vou cobrar juros! Dou, vamos supor, 10 sacos de adubo, esterco de curral, a semente pra plantarem, e do lucro que vocês tiverem..." (P.A.).

4.3. O TRABALHO ASSALARIADO E SEUS SIGNIFICADOS PARA O GRUPO

"Trabalhar alugado é ruim demais, é a última coisa que existe para o homem.

Aqui se usa uma estorinha que diz que tinha dois amigos que arranjaram inimidade. Um disse: - No primeiro encontro que nós se encontrar eu vou te matar. Agora, vamos fazer um trato: Onde nós se encontrar, durante um ano, num caminho ou seja lá

onde for, eu te mato ou você me mata. O outro perguntou: - E se nós não se encontrar? - Bom! respondeu, se passar daqui a um ano, aí, se você for homem, vai na minha casa me matar lá, ou se não, eu vou na sua. Aí ele disse: - tá certo. Passou um ano certinho e um dia, o cara disse: - Pronto, agora vou matar fulano na casa dele. Vou saber se ele tá. Botou a arma na cintura, quando chegou lá, -eles eram compadre!-, disse: - Comadre, cadê compadre? Eu tenho um negócio com ele e vai ser decidido hoje. Aí, ela disse: - Ah! Fulano foi trabalhar alugado a sicrano. Aí, ele disse: - Eu vim matá-lo, mas ele já está morto. O homem que trabalha alugado já tá morto. Diga a ele que eu vim matá-lo - o nosso compromisso-, mas ele já está morto!". (P.A.).

Dada a diversidade de situações encontradas no município, buscamos analisar os fatores internos e externos que consideramos fundamentais para entender os significados comuns e diversos da inserção da mão-de-obra das famílias estudadas nas relações externas à sua unidade de produção, traduzidas aqui pelas relações de parceria, pelo troca-troca ou o assalariamento, o que, especificamente, tra-

amos nesta parte do capítulo¹⁰.

Nossa abordagem tentou levar em consideração óticas diferenciadas sobre as mesmas questões: a visão daqueles pequenos proprietários que eventualmente requerem mão-de-obra assalariada ao seu processo de trabalho, e daqueles que, ao contrário, se inserem no mercado de trabalho local como estratégia de complementação do orçamento familiar.

Manter-se na terra é sinônimo de liberdade. Criar vínculos que liguem o produtor à terra, para que, e a partir dela possa ser garantida a auto-reprodução, pareceu central nas estratégias de sobrevivência engendradas pelo grupo em estudo. Não obstante, isto não significa que muitos pequenos produtores no município não se submetam ao trabalho fora da unidade de produção familiar. Quando isto ocorre, se inserem no mercado local temporariamente, dividindo-se entre o roçado próprio, o trabalho assalariado eventual, e o trabalho de meia em terras de terceiros, como forma de complementação ou garantia do orçamento familiar. Nesta perspectiva interna, a disponibilidade de terra, o tamanho da família e as condições tecnológi-

10 Nas relações estudadas, apenas uma unidade de produção mantinha como básico ao seu processo de produção relações permanentes de assalariamento de mão-de-obra e de várias relações de parceria, pois tratava-se de uma unidade de produção com 60 ha. A estrutura agrária do município, baseada na pequena propriedade, é um fator que tem contribuído para que a categoria "assalariados rurais" tenha pouco peso na estrutura social rural local. Mesmo que o processo de expansão local do número de granjas seja considerável e incorpore força de trabalho assalariada em caráter permanente no município de Lagoa Seca, o que salientamos é que a existência de pequenos produtores de economia familiar no município é predominante e determinante para compreendermos as relações sociais no campo local.

as de cada unidade de produção são fatores determinantes para o ingresso dos trabalhadores familiares no mercado de trabalho local.

Para esses pequenos produtores, o trabalho alugado significa o último recurso possível para a sua sobrevivência e reprodução, só ocorrendo em situações extremas de necessidade de equilibrar o orçamento familiar. _Essa condição de "assalariado" tem sido rejeitada pelo grupo por ser simbolicamente sinônimo de "infelicidade", de "morte", e de "cativeiro":

"Eu nunca gostei de trabalhar alugado , não. É um cativeiro !... A vida de empregado é ruim e eu não me sinto feliz não. Isso é lá vida? Eu tenho que lutar pra ser independente de tudo mesmo. De todas as profissões, a mais feliz é a agricultura. O homem do campo tem toda independência". (C. P., 70 anos, sexo masculino, morador).

Em um dos casos considerados, o ingresso do chefe da família no mercado como assalariado, significou uma estratégia de garantir o roçado como o fundo de manutenção da família, permitindo-lhe o seu futuro, para que não pusesse em risco o equilíbrio e reprodução da unidade de produção, como podemos observar no depoimento a seguir:

"Já era dono de terra. Trabalhei alugado pra não me assujeitar à situação financeira difícil, assim: hoje era sexta-feira e sobrou pra fazer a

feira de sábado, mas eu olhei pra o roçado e não via mais pra fazer a de sábado outro, entende? Aí eu disse, essa semana eu tenho que fazer um alugadinho pra prevenir o futuro do meu roçado, não acabar com meu roçado" (S.P.).

Numa outra família, a quantidade de terra disponível era de 3.5 ha, de propriedade de um dos filhos solteiros, enquanto que o tamanho do grupo doméstico era de 11 pessoas. Nesse caso, a saída foi buscar trabalho fora, como estratégia de manutenção individual dos membros da família:

"Uns trabalham aqui, outros trabalham fora, mas tudo dentro da agricultura. Esse rapaz mesmo que mora com a gente, ele trabalha mais fora, porque a terra não dá pra família toda, né?" (L.F).

O assalariamento representa o oposto à condição de ser dono da terra, do seu próprio corpo e de sua vontade; é a negação do poder de decisão sobre a terra, o trabalho e o produto desse trabalho. É condição de sujeição, o que transforma a busca de assegurar a liberdade e a independência numa "questão de honra". Tal busca é o elemento central na vida de cada pequeno produtor, como podemos verificar abaixo:

"O que é bom é trabalhar no que é meu e ser dono daquilo sobre todos os aspectos, por que aí eu não tenho motivo para ir para outro canto . Me manter

nesse pedaço de terra acho que esse é o orgulho de todo pequeno produtor..." (A.J.S).

"É uma questão de honra, porque vamos supor, o próprio morador que são os mais lascados, é uma questão de honra deles não ser assalariado de ninguém..." (G.D., 43 anos, sexo masculino, 4,0 ha.).

Numa realidade local onde a condição de pequeno proprietário é predominante, o significado do trabalho está mediatizado pelo acesso à terra, o que significa objetivamente o trabalho no roçado. Para aqueles pequenos proprietários que requerem mão-de-obra em determinadas épocas do ciclo produtivo, a exemplo do plantio e tratamentos culturais, torna-se bastante difícil essa aquisição no mercado local pela indisponibilidade dos produtores para o assalariamento. Segundo esses pequenos proprietários, na época do plantio, o interesse comum de todos é a instalação dos roçados próprios como a condição fundamental do trabalho para todos, sem distinção. Mesmo que se disponha de recursos financeiros para pagar mão-de-obra assalariada, essa tarefa parece ser quase impossível para muitos, conforme afirmou Z.B:

"Sendo proprietário, mesmo lascado, não se sujeita a ser assalariado, porque as atividades dele ele sabe que tem que fazer com antecedência pra não dá chance a ninguém" (Z.B, 40 anos, sexo masculino, 8 ha.).

Sobre a mesma questão, P.A assim se referiu:

"Muitas vezes o cabra quer pagar e não tem quem queira receber. Por exemplo, na época de inverno aqui, na época que aperta o serviço mesmo, mesmo aqueles que trabalham no roçado dos outros, ele vai primeiro cuidar do roçado dele também, aí tá todo mundo ocupado..."

Em uma das comunidades pesquisadas, um fator presente na regulação do mercado de trabalho interno que nos chamou a atenção, foi a existência de uma empresa rural¹¹.

Para os pequenos proprietários entrevistados, a capacidade dessa unidade de produção em incorporar mão-de-obra assalariada sistemática, trabalho em regime de parceria ou mesmo de moradia, contribuía para intensificar o quadro de escassez do trabalho assalariado, mesmo eventual, na região. Aqueles pequenos proprietários que buscavam complementar seu orçamento doméstico fora da unidade de produção familiar eram incorporados por aquela, seja através do assalariamento temporário ou pela disponibilidade de terra para o trabalho em parceria. Para eles, isso configurava uma relação de "concorrência" desfavorável para essas pequenas unidades com capacidade

11 Uma das características marcantes dessa unidade referida diz respeito ao nível de empresarialização do empreendimento, o tamanho da unidade (60ha), e o relativo padrão tecnológico das suas atividades agrícolas. No entanto, dadas as relações de vizinhança e parentesco a que seu proprietário está ligado, cerca de 80% da área explorada da propriedade estava posta ao trabalho de parceria.

de incorporar trabalho assalariado eventual:

"Só pra você ver, o salário de março era \$ 3.800,00, o dia de serviço chegou até a \$ 250,00 aqui, e ainda não de achava pra se arranjar, porque tem (F.A) ali, trabalhando com trabalhador, mas que tudo vem da rua... E aquele que não é pequeno proprietário, que não tem terra, mora com um que nem ele. De uma vez que mora com um que nem F.A, o interesse dele é o mesmo meu, está entendendo?" (P.A).

4.4. O MUTIRÃO COMUNITARIO E AS PRÁTICAS TECNOLÓGICAS

Para aquelas famílias que buscam renda complementar, o trabalho mediado pelo roçado significa uma possibilidade de se reproduzirem sem submissão ao assalariamento. A importância dessa afirmação foi exposta pela reação da mãe de um dos entrevistados:

"Assim, né, pra cobrir um amigo. Quando é pra cobrir um amigo, ele (seu filho) vai, mas pra trabalhar alugado, não! Nós trabalhava de meia com F.A., mas num trabalhava alugado não!... Nós pagava trabalhador, trabalhadeira pra ajudar, mas a família cresceu..." (L.F).

O acesso à terra, permitido pela relação de parceria, traz

em si a importância da autonomia do trabalho como elemento reafirmador da identidade camponesa. É pela representação do roçado - seja próprio ou através da meia-, que a noção de igualdade é afirmada entre os pequenos produtores em suas relações sociais, a partir de interesses comuns que os nivelam e os identificam como iguais enquanto produtores na sociedade, ao contrário do trabalho assalariado que traz em si a negação dessa condição, e por isto mesmo, sendo negada enquanto prática e reelaborada cotidianamente no modo de sentir, pensar e agir do grupo.

Se de um lado, o fato da maioria dos pequenos produtores locais ser pequenos proprietários, torna-se um fator de concorrência limitante para a obtenção de trabalho assalariado eventual para aqueles pequenos produtores mais capitalizados, por outro, é entendido por estes como uma "ambição" lógica, da qual não se pode fugir por se tratar de uma condição de iguais no trabalho perante a comunidade:

"Aí é aquela ambição. Quer dizer, aquela ambição individual que é lógica. Cada um que queira fazer seu roçado, porque eles não vão partir pra tecnologia nem nada, é aproveitar o excesso do primeiro vexame do inverno. Do jeito que eu como proprietário tenho interesse de fazer meu plantio logo, ele tem interesse de aproveitar aquela planta logo. Eu mesmo, se ele quiser, tenho que me submeter a ele pra trocar um dia mais ele, que não vem de jeito nenhum..." (P.A).

Isto tem contribuído para configurar estratégias de resistência ao assalariamento virtual dos pequenos produtores estudados. Cada vez mais são criados mecanismos de resistência e enfrentamentos às situações adversas à manutenção da unidade familiar de produção e sua relação com o trabalho assalariado no mercado. A expressão acima "*tenho que me subjugar*" parece ser emblemática para expressar a situação, pois significa a submissão daqueles produtores economicamente diferenciados a regras fundamentais balizadoras de relações internas entre os pequenos produtores capazes de garantir a noção de igualdade entre si. Julgamos que esse mecanismo está traduzido estrategicamente no cotidiano do grupo pela prática do "*trocata-troca*", ou *mutirão comunitário*, muito praticado pelos pequenos produtores analisados, baseado, fundamentalmente, na troca de serviços entre famílias ou grupos em função de superar dificuldades circunstanciais comuns:

"É um dia que o trabalhador quer dar de serviço ou trocar serviço no roçado do outro, quando está em aperto, isso é, cambia a força de trabalho. Por exemplo, eu trabalho no roçado do outro, depois o outro vem me pagar trabalhando no meu roçado também. Sempre acontece isso, é muito comum." (N.A)

"A gente aqui faz comunidade. Quando pega o inverno, que a coisa aperta mesmo se é de pegar um operário, que o custo de vida não é brincadeira, faz um mutirão. Junta irmão e um bocado de vizinho aí... É assim, todo mundo faz. Tem turma de cavar

e turma de plantar. Quando é preciso vem todo mundo." (L.E., 35 anos, sexo feminino, filha).

O troca-troca constitui-se assim como uma prática comum entre os pequenos produtores como forma de atender aos requerimentos técnico-culturais dos roçados, sobretudo nos momentos de maior necessidade de trabalho, como descrito abaixo:

"...Favoreceu a lavoura, porque a lavoura subiu. A lavoura se tiver de ser limpa essa semana, se deixar pra semana a produção dela cai até 50%, aí a lavoura daquele outro tá mais nova, vai merecer uma limpa pra semana e a minha já merece... Ou eu tenho que pagar com dinheiro ou arrumar de qualquer maneira um troca-troca." (P.A).

Essa relação, na sua base material, tem sido determinada pela necessidade do roçado, sobretudo marcada pelas exigências dos ciclos vegetativos das culturas de cada roçado, pelas condições de cada família - a quantidade da mão-de-obra disponível na unidade, e pela pouca oferta de trabalho no mercado. Nesse processo, o que está em jogo é a manutenção do roçado enquanto atividade econômica principal da unidade e a melhor forma de obtenção de vantagens para a condução do processo produtivo. Nesta perspectiva, revela-se também o elemento cultural da cooperação e da união em momentos de ameaça ao equilíbrio da unidade do grupo ou da comunidade¹². Como relata-

12 Cf. Wolf, op. cit., p. 112.

do por nosso entrevistado,

"A gente acha vantagem nisso porque resolve dois problemas ao mesmo tempo. Ele resolveu meu problema porque eu estava no aperto de serviço e depois eu vou resolver o problema dele também de livrar ele do aperto" (Z.B).

Se por um lado, o mutirão entre amigos de uma mesma comunidade tem sido expressão de solidariedade dos grupos ligados entre si por laços de parentesco e vizinhança ¹³, por outro, tem se constituído numa estratégia de reprodução dos pequenos produtores estudados em reafirmar-se enquanto produtores autônomos frente às dificuldades de superação das tensões vividas entre a capacidade de auto-reprodução de suas unidades e a busca de equilíbrio do orçamento familiar no mercado.

Outro aspecto que essa prática tem nos revelado liga-se à racionalidade da organização do trabalho em cada unidade, no sentido de que o aspecto coletivo do troca-troca enquanto prática de solidariedade, em nenhum momento revela um caráter coletivo no modo de organizar o processo de produção das unidades de base familiar. Na verdade, essas práticas se enchem de significados e valores à medida que são gestadas organicamente num processo permanente de recriação de estratégias frente às tensões vividas na relação entre a lógica interna e as mediações a ela exteriores, experimentadas individual e coletivamente em cada conjuntura considerada.

13 Cf. Heredia, 1979:20.

CAPITULO V - PRATICAS TECNOLOGI-
CAS COMO ESTRATÉGIAS
DE SOBREVIVÊNCIA: as
ambigüidades de um
processo.

CAPITULO V

PRÁTICAS TECNOLÓGICAS COMO ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: as ambigüidades de um processo.

"Com a tecnologia do agricultor, nada morre... a terra nunca morre. Com a tecnologia do agricultor, tudo se transforma." (A.A.S, posseiro da ex-fazenda Conceição).

A tecnologia é um instrumento fundamental no processo de produção das unidades de produção dos pequenos produtores. Essa perspectiva está entretanto, vinculada ao nível do conhecimento disponível e às condições reais de cada unidade de produção, o que contribui para formas diferenciadas de escolhas de práticas tecnológicas em cada caso.

Para N.A., 30 anos, que trabalha no seu roçado individual, de 1,5 ha da terra de propriedade do seu pai, pequeno produtor de batata inglesa, e que tem incorporado ao seu processo de produção adubação química, aplicação de agrotóxico, sementes selecionadas, diversificação de culturas, práticas de conservação do solo e alguma mecanização através do uso alugado de trator, entre outras práticas, a tecnologia tem sido essencial ao seu processo produtivo:

"Apesar de toda deficiência da agricultura (a tecnologia) é mais compensativa... Na questão do adubo, do estrume, o orgânico, eu acho que tudo que eu boto na minha terra, mesmo que eu não produza bem esse ano, naquela mesma terra eu vou plantar feijão sem botar uma gota de estrume mais, de forma que eu acho que a utilização de tecnologia avança a produção, contribui para que a gente produza mais, mesmo levando em consideração que falta a questão do preço, falta isso, falta aquilo lá. Muito mais pior é quem não usa porque a produção vai ficar lá em baixo". (N.A, 30 anos, sexo masculino, não proprietário).

Mesmo para aqueles produtores que não incorporam novas práticas tecnológicas às suas unidades de produção, a definição de tecnologia nos é dada a partir das condições e das práticas cotidianas dos seus processos produtivos. Para S.A.E, proprietário de 9,0 ha, produtor de fumo, milho, feijão e ex-produtor de batata inglesa, tecnologia vem a ser os cuidados necessários para o bom desempenho do trabalho no campo:

"Técnica é um serviço bem feito... É tratar do campo, ser bem cuidado, limpar, porque um campo bem tratado, se você não zelar ele, não tem nada não, tem que tá dentro dele. É como quem tem um cavalo, ele tem que ser escravo do cavalo, porque se não, não dá pra ele andar montado..." (S.A.E,

75 anos, sexo masculino, produtor de fumo, mandioca, milho e feijão, 9,0 ha).

Este capítulo discute o significado atribuído pelos pequenos produtores às práticas tecnológicas adotadas no processo de produção, enquanto modos de sentir, pensar e agir próprios à sua lógica de existência. Tais práticas estão organicamente vinculadas às estratégias de sobrevivência analisadas no capítulo anterior e avaliadas segundo critérios que buscam reafirmar os elementos que propiciem a manutenção da unidade familiar e a vitalidade da terra que lhe dá sustento.

Ao ajuizar se tal ou qual prática tecnológica é pertinente ao seu fazer, os pequenos produtores se posicionam ante processos externos à unidade familiar, buscando redimensioná-los a seu favor. Não sem incertezas e ambigüidades, mas com cuidado em relação a um mundo que, se não lhe é estranho de todo e privilegia uma lógica que não é a sua, também acena com possibilidades de resolução de dilemas para os quais não tem resposta imediata.

Na primeira parte, o capítulo analisa o sentido da tecnologia relacionada à terra - *A tecnologia e a terra: preservar para viver* -, buscando dar conta da dimensão valorativa porque passa a escolha de práticas tecnológicas e sua utilização/rejeição.

De outro modo, procuramos situar os elementos que mediam a relação entre esses pequenos produtores e os agentes externos - os técnicos -, no processo de apropriação/recriação/rejeição de práti-

cas tecnológicas. Tal análise, está presente na segunda parte deste capítulo - *Produtores e técnicos: os núcleos de sabedoria, dissimulações e a noção da liberdade*. Nesta parte, também é demonstrado que a maior ou menor dependência que cada processo produtivo pode manter em relação a práticas tecnológicas exteriores é vivenciada pelos produtores como sinônimo de liberdade ou sujeição.

Por fim, no conjunto das alternativas e resistências vivenciadas pelos pequenos produtores, é abordada a prática da diversificação cultural enquanto uma estratégia econômica e de recriação de práticas tecnológicas. Tal prática tem sido vivenciada e percebida pelo grupo como um modo de afirmação de seus saberes e inteligência. Esta abordagem está contida na terceira e última parte deste capítulo - *A questão da experiência e inteligência traduzida na prática da diversificação cultural*.

5.1. A TECNOLOGIA E A TERRA: PRESERVAR PARA VIVER

O significado de cada prática tecnológica e sua incorporação seletiva traduz-se na expectativa de que possa ser vantajosa para o equilíbrio da combinação dos fatores de produção da unidade, entre os quais se destacam a preservação da terra e a relação existente entre produtores e consumidores.

Nos diferentes relatos, há uma preocupação explícita com a terra como meio de produção insubstituível e mais significativo para

a manutenção do equilíbrio da comunidade e das unidades de produção familiares; sua conservação inclui-se entre as estratégias de sobrevivência¹ apontadas pelos nossos entrevistados.

Para cada cultura há uma forma de tratar e considerar a terra. As culturas de fumo e mandioca na área estudada são as que usam técnicas mais tradicionais de manejo e conservação do solo, sejam estas adubação orgânica, com estrume e matérias orgânicas, manejo do solo ou rotação de culturas. Mesmo nestas circunstâncias, vamos observar práticas tecnológicas cujo significado está voltado para assegurar o bom desempenho da cultura e a preservação da terra:

"Fumo não quer adubo, fumo quer terra boa, a mata braba. Você broca, prepara o terreno aí dá o produto, garante ele em dois anos. Onde ele dá, que a terra é própria pra ele, aquela mata, dá dez, doze anos, só plantando ele. Agora misturando ele, a terra não agüenta ser plantada duas vezes por ano. Se cortar o terreno duas vezes por ano, ela morre. (S.A.E., 75 anos, sexo masculino, 9,0 ha.)

Já para o cultivo da mandioca, o mesmo S.A.E afirmou:

"A mandioca você planta ela muitas vez num terreno só. Faz uma troca. Nesse ano você planta nesse canto, para o ano você não planta nesse canto,

1 Cf. Cavalcanti, 1984.

planta em outro". (S.A.E).

Por outro lado, as práticas tecnológicas estão associadas ao fator **experiência e inteligência** traduzido na capacidade de cada um em reverter essas práticas em função da manutenção do equilíbrio interno da unidade e da preservação da terra. Nesta perspectiva, para S.P, a tecnologia é uma "questão de raciocínio":

"Naquele tempo era para levar pau mesmo; hoje vejo meu filho ou qualquer um dos menino... eles têm mais inteligência do que eu, produz mais do que eu, porque se desprende, eles brotam estrume em quantidade e eu quero botar mais limitado e eu vejo mesmo a produção deles muito mais qua a minha. Tem que ter o raciocínio, porque eu quando comecei, a situação financeira era ruim demais mas, mesmo assim, eu tinha um raciocínio que não podia usar a terra 2, 3 anos sem utilizar qualquer tipo de estrume, aí eu botava tudo que era de folha, bagaço de cana,..." (S.P).

Neste sentido, o papel da adubação orgânica tem significado para os pequenos produtores em estudo, a prática mais emergente e mais importante no elenco das práticas tecnológicas incorporadas cotidianamente pelo grupo, significando a tecnologia número um, conforme relatou N.F:

"Eu acho que a primeira tecnologia que se exigiria era ter estrume na terra; essa era a primeira, as outras viria depois... Pode até ter um produtor que use curva de nível; use até veneno, mas se ele não tiver estrume na terra, se a terra não for boa, não funciona não... isso daí tanto pro trabalhador moderno (como) pr'aquele que mantém aquele sistema bem atrasado" (N.F.S.).

A importância da preservação da terra passa então a ser um dos elementos centrais das estratégias tecnológicas que são construídas no cotidiano dos pequenos produtores pesquisados, e o que empresta maior significado para qualquer prática tecnológica. A relação valorativa entre o que é positivo ou negativo para a terra, enquanto fundamento para a reprodução no campo, é um dos fatores determinantes do processo seletivo dessas práticas e motivador de buscas de estratégias de superação das limitações enfrentadas pela unidade de produção. Para F.S, produtor de batata inglesa e hortícolas, o cuidado com a terra é uma questão de investimento garantido para o qual qualquer esforço é válido:

"Se eu não tiver condições, eu vendo uma vaca de leite que tiver e boto estrume na terra pra trabalhar, porque sei que aquilo é um investimento que vai dar muito mais; mesmo eu vendendo uma vaca de leite e botando estrume na terra, nesse ano ainda não lucrando nada, mas eu tenho a certeza que no próximo vai me dar aquela vaca de volta, porque a

terra vai ficar preparada e ela não vai enfraquecer não..." (P.A, 39 anos, sexo masculino, 8,0 ha.)

As condições materiais de cada família são fatores consideráveis na incorporação, adequação e seleção de práticas tecnológicas adequadas à realidade de cada unidade de produção. Quando estas não dispõem de recursos financeiros para a aquisição de estrume de gado, outras alternativas são experimentadas por esses pequenos produtores. A receita apresentada por P.A, foi o uso de cinzas, restos culturais, etc., como forma de preservar sua terra e garantir a manutenção do seu roçado quando ainda estava no início de sua vida como pequeno produtor autônomo:

"Eu herdei dois quadros de terra, mas só tinha possibilidade de limpar um quadro, eu colocava cinza, folha de mato, tudo que era bom pra meu roçado; daí, ia se desenvolvendo com a produtividade maior, e eu achando bom. Naquele tempo difícil mesmo, eu passava a época da seca todinha carregando aquilo pra fazer o roçadinho..." (P.A.).

No caso de N.E, 28 anos, proprietário de 4,0 ha, pequeno produtor de mandioca, feijão e milho, a falta de condições financeiras tem sido o principal limite para a incorporação de tecnologias mais "modernas" na sua unidade de produção:

"Para se pensar em produzir mesmo, tem que se ter condições e isso é o que não se tem. Uma das grandes dificuldades é a assistência técnica que não se tem pra produzir melhor ou pelo menos pra se pensar numa produção, porque a gente só entra com a experiência antiga. Nada de tecnologia... a gente produz do jeito que a sorte dá, do jeito que é o ano; é uma coisa desde que a gente nasceu, que aprendemos com os próprios pais, a cultivar dessa maneira". (N.E., 28 anos, sexo masculino, 4,0 ha.)

Entretanto, o mesmo N.E., entende que a adubação do solo é a condição para se ter a idéia de como cultivar e como produzir na terra; a falta dessas condições o tem levado a combinar práticas "antigas" com práticas tecnológicas alternativas, enquanto forma de atendimento às necessidades de sua terra, como podemos atestar em seu relato a seguir:

"O que a gente temos é uma tecnologia nova, que pelo menos eu usei aqui e deu certo; foi o adubo orgânico, esse tipo de tecnologia alternativa que é testado tanto pelo movimento sindical, como pela EMATER. Eu utilizei o composto orgânico"

Observamos assim, que há uma hierarquização de prioridades na seleção de práticas tecnológicas voltadas à otimização dos fatores internos de produção das unidades estudadas. A centralidade é a preservação da terra, e o adubo orgânico é a prática significa-

tiva que lhe corresponde. Nessa relação, o uso de adubo químico para muitos reveste-se de sentido negativo à noção de preservação da terra como bem finito e é rejeitado em oposição à prática da adubação orgânica. Para E.P.R, 26 anos, trabalhando 9,0 ha de terra de propriedade de seu pai, pequeno produtor de mandioca, milho, feijão, legumes e flores, a rejeição ao adubo químico está diretamente ligada ao efeito negativo deste sobre a terra:

"Nós não usa adubo; aqui é o estrume na horta, porque é melhor (embora) não dê mais produção, porque aqueles produtos químicos dá mais, mas depois fica ruim a terra. Tenho medo do adubo porque se usar muito aquilo no terreno, desgraça a terra. Se usar muito tempo a terra tá perdida, fica uma terra salgada e terra salgada não dá essas coisas... O estrume não tem esse problema" (E.P.R., 26 anos, sexo masculino).

Para os pequenos produtores de banana entrevistados, a produção de banana está prioritariamente relacionada à regularidade do inverno, à adubação orgânica e aos tratamentos culturais regulares, sendo relativizada a prática da adubação química, que é entendida como um valor relacionado aos técnicos, e não aos seus requerimentos cotidianos, como expressou A.F.A:

"O que a gente usa é o estrume de gado; não tem outra qualidade a não ser ele... Estrume de gado à vontade... Para gente é a coisa simples mesmo: é o

estrume, o inverno e o trato. É as três coisas que a bananeira quer; quer dizer, na dica da gente, (porque) na dica deles lá, dos técnicos... (A.F.A, 47 anos, sexo masculino, 8,0 ha.,)

Do mesmo modo, para N.F.A, 9,0 ha, também pequeno produtor especializado na cultura da banana, esta prática tecnológica significa trabalhar em vão por não trazer nenhum resultado para a terra nem ganhos significativos para o equilíbrio do seu processo de produção:

"Aqui tem uma espécie de adubo que é como Biotônico Fontoura; a gente toma o Biotônico, acha que tá se dando bem, aí toma outro pra melhorar, dá tonteira, mas quando ele parar, o Biotônico acabou com ele. É como uma parte de adubo que tem: quando aquele adubo parar, acabou-se!, a planta se acaba porque aquele adubo é que fica segurando. Se a gente for tentar botar (o adubo químico) é mesmo que trabalhar em vão; é botar e não ver o produto porque é que nem gastar com médico com um doente, o remédio servindo e ele doente." (N.F.A, 58 anos, sexo masculino, 9,0 ha.)

Esta perspectiva apontada, no entanto, não significa rejeição absoluta ao adubo químico, mas tem indicado que esses pequenos produtores têm adotado práticas seletivas em relação aos tipos de adubos e considerado os diferentes requerimentos colocados pe-

los seus cultivos. Mesmo considerando o efeito nocivo do adubo químico à terra, E.P.R admite usar *um certo tipo de adubo químico* no cultivo do pimentão, porque "*exige mais, somente no pimentão!*". Do mesmo modo, S.A.E nos relatou:

"...Eu não uso adubo. Eu uso esterco de curral.
(Mas) Tem um adubo que eu gosto de usar que é o Sulfato (Sulfato de Amônia), é essencial ao plantio da batatinha; você só tem batata se usar ele...Esses outros (químicos) tudinho é besteira!" (S.A.E)

O mesmo processo de seleção de práticas tecnológicas em relação ao adubo químico, é associado por A.A.S ao uso de agrotóxico, único pequeno produtor de verduras do grupo pesquisado que não utiliza nenhum produto químico ao seu processo produtivo. Para ele, evitar o uso desses químicos é uma questão ética que reflete uma preocupação em relação ao produto do seu trabalho e o consumidor final. Nessa relação, a não incorporação do adubo químico é uma questão de seleção, enquanto o uso do agrotóxico na produção de verdura é uma questão de não poder fazê-lo, como podemos observar em seu relato, ao indagarmos dos seus motivos:

"Porque não quero usar. Agora, pra verdura, não posso usar, porque Deus me deu uma mentalidade de eu satisfazer a qualquer um, mas de matar ninguém...Deus o livre! O adubo químico (agrotóxico) pra verdura é botando um pedaço de veneno e dar a

um cristão pra comer..." (A.A.S, 65 anos, sexo masculino, 5,0 ha, posseiro)

A condição de uma determinada prática tecnológica para obter sucesso na unidade de produção é resultante pois, do imbricamento de uma cadeia de elementos que se sucedem ao nível das condições objetivas e subjetivas de cada pequeno produtor, tais como o raciocínio, a inteligência, a experiência posta em movimento entre os membros da comunidade e o custo que ela representa para as condições reais do usuário.

Em geral, o custo de uma prática tecnológica como uso de esterco de curral, ou de um conjunto de práticas, como adubação química, controle fitossanitário, etc, exige da unidade a obtenção de recursos financeiros extras, que invariavelmente tem sido sinônimo de *crédito bancário*, para a maior parte dos entrevistados, ou do uso do *fundo de reservas interno* da unidade. Neste caso, observamos que há uma associação entre *tecnologia* e o *uso do crédito rural*; ao mesmo tempo, é marcante o entendimento entre esses pequenos produtores de que toda tecnologia tem seu custo e nela está embutido um *risco*.

O crédito rural bancário é visto pela maioria dos pequenos produtores entrevistados com muito receio por significar a possibilidade real de *"perder a terra para o banco"*, principalmente quando analisado na relação *custos/riscos* de cada prática tecnológica. Considerado hoje como *"uma exploração miserável"* devido aos preços dos juros, a maior parte desses pequenos produtores estudados tem

preferido não utilizá-lo, o que tem influenciado sobremaneira no modo de perceber e/ou incorporar determinadas práticas tecnológicas, como relatou N.O.A, 36 anos, sexo masculino, 10,0 ha., produtor de batata inglesa e ex-usuário do crédito: "eu não entro nessa, adubar minha terra e o banco é quem (vai se) servir dela?!"

Nesta perspectiva, e de acordo com E.A.B, proprietário de 6,0 ha, produtor de batata inglesa, tendo usado crédito rural e ainda utilizando diferenciadas tecnologias ao seu processo produtivo, a tecnologia enquanto aquisição/uso de práticas estranhas ao cotidiano da unidade, só deve ser incorporada quando o pequeno produtor tiver garantias de bens para cobrir os seus eventuais riscos, caso contrário, classifica-a como um ato precipitado: "Eu acho que a tecnologia, por exemplo, para um pequeno produtor que não tem nada pra penhorar, eu acho que é precipitado". (E.A.B., 48 anos, sexo masculino, 6,0 ha.)

Já para P.A, nos termos da relação tecnologia/crédito rural, a incorporação de determinadas práticas tecnológicas com riscos para a unidade de produção familiar, é uma questão para quem tem coragem, certeza de que não vai arcar com prejuízos e clareza na administração da unidade:

"...Só serve para quem tem coragem de entrar, como investimento, agora dentro do termo: o que se toma emprestado, primeiro, se for de si próprio, já se sabe o que está se fazendo, que não vai ter prejuízo; não tem a quem pagar, só se tiver a burrice

de se fazer a análise da contabilidade mal feita e pensar só na vantagem ..." (P.A.)

Mais uma vez, nessa relação, o fator determinante que tem condicionado a aceitação/negação de uma prática tecnológica, é a *garantia de preservação da terra*².

Destarte, tal processo é traduzido pela construção de estratégias internas pelos pequenos produtores, no campo das práticas tecnológicas, que nem sempre respondem aos interesses e à dinâmica exteriores. No entanto, tem significação profunda para a busca do equilíbrio necessário à reprodução da unidade, demonstrando o caráter seletivo das práticas tecnológicas desses pequenos produtores na organização interna dos seus processos produtivos. Uma dessas estratégias nos foi apontada por P.A, cuja receita colocada é a utilização do fundo de reservas da unidade, geralmente traduzido pela venda de animais, associada ao emprego de tecnologias adequadas à situação vivida em casos onde a garantia da terra é posta em risco :

"Eu acharia muito melhor que se usasse a tecnologia de acordo com a possibilidade que se tem, pra poder garantir a terrinha. Se se tem uma vaquinha, é muito melhor se vender e botar o estrume, o adubo, do que inventar de tirar dinheiro em banco..."

2 A nosso ver, isto vem explicar a base racional do receio e da rejeição a práticas tecnológicas, em determinadas situações em que são gestadas exteriormente às condições reais de cada unidade. A resistência, portanto, ao crédito rural e às práticas tecnológicas a ele associadas, tem significado estratégico para o próprio equilíbrio interno da unidade e para a sua reprodução.

Quer dizer, o precipício é esse aí, o camarada perder a terra. É muito melhor o camarada não usar a tecnologia ou, se usar, usar de acordo com o que ele tem, pra garantir por conta dele, do que inventar de se meter pra tirar dinheiro em banco, o empréstimo pra depois pagar com a terra dele, aí vai ser pior." (N.A.)

5.2. PRODUTORES E TÉCNICOS: os núcleos de sabedoria, os silêncios, confrontos, dissimulações e a noção da liberdade...

As mais diversificadas posturas dos nossos entrevistados têm revelado estratégias cotidianas de afirmação de saberes acumulados, traduzidos na experiência que cada um traz consigo. Isto porém, não é um indicativo de que essa experiência não tenha fontes diversas de apropriação processual mediada por um agente externo, embora os produtores em seus relatos suprimam informações sobre a influência dos mesmos em suas decisões.

Como relata F.A (cuja unidade de produção tem revelado indicadores de incorporação de tecnologias acima da média das demais unidades produtoras do município), o seu trabalho sempre foi orientado pela sua própria experiência e prática no trabalho, ao mesmo tempo que exclui qualquer influência de mediadores em sua condução:

"Eu nunca fui pela orientação deles (dos técnicos), não, sabe? porque sempre só foi pela minha orientação, porque a orientação deles... Eles é uns cara que não tem a prática que nós temos, né? A prática deles é só do estudo e a gente tá dentro do plantio, tá vendo como é que faz o troço."

(F.A)

Entretanto, o mesmo F.A admite ter tido orientação técnica dos técnicos da Emater no controle fitossanitário na cultura da batata inglesa, apesar de reconhecer que, ao final, a sua iniciativa foi que prevaleceu devido sua inteligência:

"Sempre era uns cara bacana (os técnicos) que as vez orientava você (que) estava com uma planta que começava a adoecer...Então, a gente ia lá e dizia: rapaz,... a planta tá adoecendo, qual é o remédio bom? Aí eles dizia: "Vá atrás desse tipo de... As vez tinha planta que eles não acertava, mas a gente as vez acertava. A gente ia na rua, comprava um... Dava uma dosagem num pulverizador de 20 litros d'água; a gente usava meia garrafa de...Botava dentro, quando era com 8 dias, já tava matando a doença. E eles (os técnicos) as vez não tinha essa inteligência, ficava dando veneno errado..."

(F.A)

Há, no entanto, um modo peculiar de troca e/ou confronto desses pequenos produtores com os técnicos e outros agentes com os quais se relacionam. Para A.A.S, o modo de relacionar-se com os técnicos é através da *dissimulação* e do *silêncio*, como uma forma de não se expor ao técnico e manter, ao mesmo tempo, uma boa relação com ele, como podemos atestar em seu relato:

"O cabra chegar e me dar explicação, eu escuto bem. Não digo que está errado ...Fico calado escutando; não dou incentivação, nem de mal nem de bem...Escuto porque tem que escutar. Não vou dizer que está errado não. Dr. W. , chegou aqui, deu explicação de muita coisa a mim, eu disse: Tá certo dr., muito obrigado, gosto de ver assim. Eu vou dizer que ele tá errado? Eu posso dizer? Ele é formado...Que é isso? Se eu disser assim, o ignorante quem é? Sou eu, meu moço. É isso! (risos)."

(A.A.S)

Já A.J.S relata que a sua relação com o técnico é construída num processo gradual em que as dicas do técnico vão sendo observadas e testadas em seu processo produtivo; para ele, o instrumento principal que lhe permite esse confronto permanente é a sua experiência:

"É um teste que nós vamos fazer. Nós recebe sua dica (do técnico) todinha, aí nós não vamos longe com os dois pés, não. Nós tem que ir com um por-

que, vamos supor assim, eu tomo aquela dica dele... É uma dica boa pra mim, eu não vou cair fora de uma vez, eu vou devagazinho; se eu ver que o plantio com essa dica que ele me deu todinha - eu sei que eu tenho mais experiência que ele-, é certa, aí eu vou devagarzinho e depois eu solto aqui e vou ali. Aí, nós tem que ir atestando, mas não ir de uma vez." (A.J.S.)

A prática desses pequenos produtores os tem colocado numa relação de enfrentamento com os técnicos do governo. O julgamento de valor que os primeiros assumem sobre uma prática tecnológica e suas escolhas correspondentes, são implementadas a partir de suas experiências e as vantagens oferecidas frente às necessidades de suas unidades. Isto significa considerarmos os aspectos racionais que cada prática traz em sua própria constituição, devendo adequar-se à lógica interna das unidades, caso contrário, ela será considerada em sua "exterioridade" e conseqüentemente, rejeitada por sua inadequação ao processo produtivo imediato do produtor. Para A.F.A, produtor de banana:

"O V. (técnico da Emater) sempre me orienta mas, sendo da minha parte, eu não vou negar, eu não obedeço quase à orientação dele, porque acho que o jeito que eu faço é mais garantido. Não é que eu quero ser sabido mas, pela técnica que eu tenho, eu acho que a minha é mais vantajosa... A dele é mais dependiosa...Três vezes mais do que a mi-

... A dele precisa mais; plantar banana do jeito que ele me orienta precisa muita coisa: cavar buraco, medir, vamos supor que eu cave um buraco com 30 cm de fundura, ele vem com a técnica dele pra eu cavar com 70 cm de largura, 50 cm de fundura... A minha técnica acho mais fácil e adianta mais o plantio, e aí a gente não pode obedecer a dele, porque ele tem mais serviço pra mim."
(A.F.A.)

Nessas relações de confronto e tensão entre as duas práticas tecnológicas, os pequenos produtores considerados não negam a importância do papel do técnico como uma mediação externa, expressando, muitas vezes, que "o que a EMATER ensina tá tudo certo...", no entanto, destaca uma certa desconfiança, quando expressa-se com cuidado e reticências com expressões do tipo: "Eu acho às vezes ... me perdoe a ausência deles...". Mesmo considerando corretas as orientações técnicas da Emater, S.A.E. só incorpora aquelas que julga adequadas às suas condições, conforme relatou:

"A Emater é muito instruída... Ela sabe explicar, ensinar a quem não sabe... A mim mesmo eles ensinaram pouco, né? O que eles ensinaram, eu já sei fazer... (Mesmo tudo estando certo) Eu não uso não... O agricultor usa uma parte e outra não. A que eu me agrada, eu uso, e a que não me agrada, eu não uso. Eu faço assim." (S.A.E)

O sentido dessa desconfiança, é traduzida nas incontáveis vezes em que uma determinada orientação técnica recebida não é levada em consideração pelo pequeno produtor, por não trazer consigo aspectos que possam ser considerados como adequados ao equilíbrio dos fatores internos à unidade de produção; neste ponto, ela é considerada "sem fundamento", "exagerada" e "sem futuro".

Um dos exemplos citados por vários de nossos entrevistados referiu-se à proposta de alteração no sistema de plantio da mandioca para fileira dupla³, amplamente divulgada pela EMATER no município. Tais procedimentos tecnológicos foram enfrentados por alguns de nossos entrevistados numa relação de confronto direto com os técnicos. Ao final, segundo eles, os resultados obtidos não foram considerados "vantajosos", como podemos observar nos relatos a seguir:

"...Fiz não (o plantio da mandioca como proposto pela Emater), porque fica uma planta falhada; você vê que nenhum agricultor aceitou um negócio daquele ... (risos). Tem troço que a gente vê que tem fundamento, mas um troço que a gente vê que não tem fundamento... Eu acho sem futuro..." (N.O.A).

3 O sistema referido propunha o plantio da cultura no espaçamento de 2,0 m x 0,60 x 0,60 m., ou seja: 2,0 m entre ruas, 0,60 m entre as duas fileira paralelas, e 0,60 m entre covas, formando assim, fileiras duplas entre espaços livres de 2,0 m, onde deveria ser plantada a cultura do feijão mulatinho. Além dessa variável, a proposta contempla ainda a alteração do tamanho da maniva para aproximadamente 20 cm. O sistema usual de plantio dos pequenos produtores locais, segue espaçamento normal de 1,0 m x 0,30 m, com o tamanho da maniva de aproximadamente 5 cm.

Do mesmo modo, nesses enfrentamentos, o que pareceu entrar em confronto, foram as lógicas dos sistemas de plantio e o modo como essa proposta foi veiculada no processo de trabalho cotidiano desses pequenos produtores, configurando assim um conflito de lógicas, como atesta F.A:

"...o rendimento não supera (da mandioca), porque fica uma praça no meio...Nós agricultor aqui nós usa plantar, vamos dizer assim, 2 carreira de feijão mulatinho e planta uma de maniva, e de 3 em 3 leirão, uma carreira de milho no pé do leirão... Aí, a técnica deles é o contrário: é uma praça no meio... Então o agricultor não pode ir na onda deles não. O que for, dança. Até a roça eles querem que plante a roça só!" (F.A)

Para o mesmo F.A, o modo mais eficaz de fazer valer seu conhecimento e experiência acumulados, tem sido pelo "desafio explícito" entre ele e os técnicos, como podemos observar no seu relato:

"Outro dia, a EMEPA fez um campo de experimentação, Então, chegaram pra fazer uma plantação de feijão mulatinho, aqui, em maio. Ei deixei o terreno, pensei que era pra plantar no inverno. Quando eles chegaram, eu disse: Moço, como vocês querem plantar, vamos plantar... agora é prejuízo aqui, hoje, 1º de maio, plantar feijão mulatinho aqui nessa nossa região. O prejuízo é de 80%. "Não

(disse o técnico), *lucrar, lucra...*" Eu disse: eu não vou discordar, não... Eu quero é ver produção... Então foi um trabalho perdido. Aí o cara plantou, plantou em maio, pulverizou... A produção, 80% de prejuízo. Eu digo: O que foi que eu falei? (F.A)

As características físicas de cada comunidade, associadas às condições financeiras de cada unidade, têm influenciado no modo de incorporação das práticas tecnológicas cotidianas dos pequenos produtores estudados. Os dados nos têm revelado que, em cada situação, dá-se um processo diferenciado de adaptação dessas práticas de acordo com a diversidade dos solos, do clima, etc. No caso emblemático do plantio da mandioca, em todas as regiões consideradas pela nossa pesquisa, esse sistema foi questionado e rejeitado em suas linhas gerais. Um dos fatores observados, no entanto, do ponto de vista da proposta técnica para a cultura, foi o seu caráter genérico, sem levar em consideração essas especificidades internas à lógica das unidades de produção, no plano particular, e as especificidades mais coletivas, no âmbito de cada comunidade.

Noutro exemplo, observamos que A.F.A, no processo de confronto entre a sua lógica de plantio de bananeira e a da EMATER, mesmo reconhecendo a superioridade desta última, o elemento "vantagem" traduziu-se pelas variáveis *tempo gasto versus tempo disponível*. Para este pequeno produtor, a sua prática tecnológica o faz ganhar tempo, além de avançar o trabalho com os meios disponíveis da unidade de produção, constituindo-se nisto sua resistência de não

assumir *riscos* ao desequilíbrio interno de sua unidade:

"São essas coisas que a gente vê, ele (o técnico) quer que a gente faça, é bom demais, eu não vou dizer que não é (mas deve-se) obedecer de acordo com o camarada possa obedecer. Se eu trabalho com ele, ... Eu tenho meu garoto, eu mais ele, então são dois; no inverno fraco, eu e meu garoto...eu faço. Na técnica dele (do técnico) eu vou gastar três semanas, aí o sol bate, eu não vou poder mais plantar, já passou o prazo. Pegar a vantagem minha e do meu garoto e fazer pra adiantar a planta e aproveitar a semana, que dizer, em vez da gente fazer com 20 dias, a gente faz com 10, então meu esquema é esse... A minha tem mais vantagem pra mim por isso, porque adianta na plantação..."
(A.F.A)

Neste caso, as práticas tecnológicas são elementos fundamentais para se inferir, na prática, o sentido do *equilíbrio interno* e a noção do que possa vir a ser *vantagem* para cada unidade de produção. Se a incorporação de uma nova tecnologia exigir maior demanda de trabalho ou que possa vir alterar a composição e equilíbrio interno da organização do seu processo produtivo, ela será racionalizada segundo essa lógica interna, como podemos atestar no relato de N.A, ao apontar objetivamente as *desvantagens* do plantio da mandioca segundo a orientação da Emater:

"...Pra isso é preciso que o trabalhador tivesse terra suficiente, tivesse tempo suficiente, e as condições mesmo, porque ele ia fazer as coisas tudo sistematizada porque teria tudo pra fazer... porque você sabe que nisso o pessoal não tem vantagem. Como é que se vai utilizar uma tecnologia dessa? (N.A.)

São esses aspectos considerados "exagerados" de uma prática tecnológica que passam a ser rejeitados pelo pequeno produtor, embora, nessa mesma relação, outros aspectos possam ser legitimados. Neste último caso, observamos que são incorporados quando apresentam "vantagens" aos seus processos produtivos, como a adubação orgânica e outras orientações ligadas à preservação do solo. Tal procedimento não constitui nenhum paradoxo, mas sim um processo seletivo de tecnologias, como atesta Z.B:

"...É exagerada nesse ponto de vista (com relação à proposta técnica do sistema de plantio da mandioca em fileiras duplas), mas no ponto de vista do adubo, esterco de curral...essas coisas, sempre é aconselhado por eles nas nossas terras... pode usar direitinho que dá bom resultado..." (Z.B)

Assim, os diferentes tipos de exploração de culturas provenientes do grau de especialização interna dos pequenos produtores estudados, também têm influído nas diferentes posturas e representações desses trabalhadores em sua relação com a tecnologia e com os

técnicos. Os pequenos produtores de batata inglesa, por exemplo, submetem-se a um tipo de sistema produtivo com base em ciclo vegetativo curto das culturas, a um menor tempo de rotação do capital e a uma maior dependência de insumos agroindustriais. Isto tem correspondido a uma maior dependência ou familiaridade com as práticas tecnológicas de base mais racional e "modernas" como fundamento de sua exploração econômica; ao mesmo tempo, tem representado um processo de reorganização interna da exploração da cultura no município, traduzido pela diferenciação interna dos pequenos produtores locais. Para S.A.E, ex-produtor de batata inglesa, esta exploração requer muita tecnologia, o que corresponde a um custo financeiro elevado que inviabiliza seu plantio pelo produtor descapitalizado, porque, segundo ele,

"...Batatinha precisa de muita coisa, né? Batatinha precisa de adubo, precisa de plantar no tempo certo, precisa de estrume de curral em quantidade, o adubo químico - é aquele de saco... Depois do saco, mais remédio que é pra ela não queimar... É aí que o pequeno agricultor não pode plantar, porque ela precisa de tudo isso... Só tá dando pra quem é grande... É despesa em cima de despesa..."

(S.A.E)

Já o sistema produtivo da banana apresenta-se menos exigente de práticas tecnológicas mais modernas e portanto, relativamente mais autônomo ao mercado de insumos e aos técnicos do governo. Dada essa condição, para muitos bananicultores, o inverno, os tratos

culturais e o estrume de gado tornam-se a principal condição para o bom desempenho da sua exploração cultural, como podemos atestar abaixo:

"Pra mim, pra bananeira só tem 3 coisa pra ela: primeiro é o inverno, segundo é o cabra tratar e estrume, né? Se for uma terra boa e nova, não precisa de estrume. Primeiro precisa de inverno...o-lhe, choveu, o cabra plantou, botou estrume direitinho, não precisa desse adubo, não. Eu tenho uma banana aí que é uma monstra, sem adubo, sem nada..." (N.A)

Assim sendo, para os bananicultores, em cujos plantios não tem sido tecnicamente possível e financeiramente vantajoso incorporar novas estratégias de diversificação cultural, a relativa independência às práticas tecnológicas mais exigentes para a reprodução de seus plantios e aos técnicos do governo no acompanhamento interno ao processo aos seus cultivos, é o que tem se constituído na noção de *autonomia e liberdade* na gestão do seu trabalho, como destacado no discurso de A.J.S (proprietário de 7,0 ha, produtor de bananas, mandioca e batata doce):

"...Nós aqui trabalha liberto, com o seu estrume que pode botar como basculho, qualquer coisa... Graças a Deus, o pessoas daqui não tem convênio (assistência técnica da EMATER), às vezes faz reunião, mas não chega a esse ponto não, porque

nós tem muito medo, nós não gosta... Basta dizer que (a banana) é um plantio liberto. Você bota o estrume que possa botar. E a batata doce também é a mesma coisa; nós faz lerão, cava, aí você querendo botar o estrume na cama, você bota, e não querendo, você cava aquelas covinha com a mão, bota a batata ali dentro, e quando vem é os cachos de batata (doce) que faz gosto, com uma limpa ou duas..." (A.J.S.)

5.3. A QUESTÃO DA EXPERIÊNCIA E DA INTELIGÊNCIA TRADUZIDA NA PRÁTICA DA DIVERSIFICAÇÃO CULTURAL:

Um dos aspectos observados de maior relevância para aqueles pequenos produtores mais tecnificados é a prática da diversificação de culturas no roçado, apontada como uma das estratégias de confronto e resistência à nova racionalidade tecnológica que fora introduzida pelos pacotes tecnológicos dos programas governamentais⁴.

Essa lógica fechada dos pacotes tecnológicos foi revisada, pois ruiu frente às resistências encontradas no próprio campo quando posta em relação com os supostos beneficiários. Segundo rela-

⁴ Aqui nos referimos ao período inicial do POLONORDESTE e seus pacotes tecnológicos em que já vinham preconizados os sistemas de plantio e os consórcios "tecnicamente viáveis" para o bom desempenho das culturas. Na realidade da pesquisa, no período considerado, os pacotes tecnológicos contemplados fechavam com consórcios batata inglesa x algodão herbáceo, mandioca x feijão, banana x feijão, etc, condenando outras alternativas possíveis ou desejadas pelos pequenos produtores.

to de P.A., que tem consorciado maxixe e coentro ao plantio da batata inglesa como uma prática de diversificação cultural, tal prática tem significado, antes de tudo, uma questão de inteligência:

"Se não tiver inteligência pra plantar, se você for acompanhar a tecnologia da Emater... Que dizer, a roça deve ser ela só, a batatinha ... aí eu tava morto. Se for um plantio só, tá morto!" (P.A)

Essa estratégia de diversificação de culturas tem se afirmado enquanto uma prática econômica, como uma alternativa concreta de enfrentamento às adversidades enfrentadas pelo pequeno produtor de batata no mercado, e como uma alternativa à cultura do algodão herbáceo, dizimada pela praga do bicudo. Ao mesmo tempo, ela é simbolicamente assumida pelos que a praticam como uma prática cultural de afirmação de experiência e inteligência, traduzida objetivamente pela iniciativa empreendedora daqueles pequenos produtores financeiramente mais bem sucedidos e mais tecnificados, cuja lógica da organização interna de suas unidades de produção está mais voltada para a dinâmica do mercado. Neste ponto, os nossos entrevistados reafirmam a importância do termo inteligência como capacidade estratégica de recriação de práticas, como também relata P.A, que se coloca como um exemplo na comunidade para que outros o sigam:

"...Aí, quem não usa a inteligência e se envolve só com uma planta, quando planta batatinha, é só batatinha, tem prejuízo, não procura associar a outra coisa... Quem trabalha por aqui consorciando

assim, está crescendo financeiramente, todo ele está se organizando nesse plantio, tá aprendendo essa prática comigo..."

F.A, maior produtor de batatinha do município, (proprietário de 60 ha, dos quais, 10 ha ocupados com a cultura, pode ser caracterizado como um "empresário rural" por desenvolver uma agricultura tecnificada, com uso de mecanização agrícola, insumos químicos, mão-de-obra assalariada e produção tipicamente comercial, cultivando, além da batata inglesa, laranja, maxixe, feijão, batata doce e mandioca), ele tem garantido todo um planejamento da sua unidade de produção, a partir da dinâmica do mercado local e regional, e tem como estratégia econômica central a diversificação dos seus plantios, introduzindo culturas como o maxixe, coentro, e feijão macassar consorciados ao plantio da batata inglesa. Para ele, o plantio de batata inglesa solteira é uma orientação praticada pela Emater, enquanto que sua meta é outra:

"eles (a Emater) manda a gente plantar só a batata, só...Aí, nós (respondemos): "Não, tá certo, nós vai plantar!"... mas a meta de nós trabalhar já é outra... Aqui nós temos exemplo, que as vez você vê muito agricultor dizer: É, "eu não planto mais batata inglesa, porque é um plantio ruim... Vira e mexe..." Porque ele planta só, coitado, aí é onde tem prejuízo!..." (F.A).

Embora signifique o enfrentamento de lógicas diferentes,

tal opinião também é compartilhada por alguns técnicos do serviço oficial de extensão rural. Para W.O.S, técnico da EMATER-PB, a estratégia de resistência dos pequenos produtores mais empreendedores, através da diversificação cultural, à revelia da orientação técnica oficial, traduziu-se num aspecto positivo para aqueles, como relatou ao avaliar os pacotes tecnológicos e a lógica das sub-áreas do POLO-NORDESTE:

"...Aqueles que se saíram bem, como um A.F, foi porque plantaram culturas diversificadas como o maxixe e outras, mesmo obtendo crédito para a batatinha, não plantaram só ela." (W.O.S., técnico agrícola da Emater-PB., - 1990).

Embora a diversificação de culturas apareça como uma prática economicamente vantajosa para os pequenos produtores praticantes, atentamos para o fato de tal perspectiva estar praticamente restrita àquelas unidades e àqueles pequenos produtores mais dinâmicos e mais capitalizados do município. Na análise dos dados pesquisados, a questão que nos veio à tona foi por que só aquelas unidades mais capitalizadas estão buscando, mais racionalmente, a diversificação cultural como uma estratégia de reprodução? Segundo relato de F.A,

"... isso é um tipo de plantio que dá mais trabalho, aí o pessoal quer plantar ela só, porque o trabalho é menos. Você imagine...plantar batata inglesa em consórcio com três tipo de troço den-

tro, aí na hora que você vai colher... É trabalho
qui só!... e ela só, não." (F.A.)

Destarte, a prática da diversificação cultural vem requerer mais trabalho à organização do processo produtivo, o que poderá vir alterar a relação dos fatores de produção para aquelas unidades com menor índice de capitalização e estritamente de economia familiar. Qualquer alteração no equilíbrio entre a capacidade de trabalho familiar e os requerimentos do roçado podem ser atendidos através do aumento do sobretrabalho do grupo doméstico ou através da aquisição de mão-de-obra assalariada, o que parece ser uma tarefa difícil de ser realizada por essas unidades.

Já para aquelas unidades que incorporaram tal estratégia, a exemplo das de F.A e P.A., vamos observar características peculiares diferenciadoras da comunidade, o que têm permitido assegurar-lhes tal procedimento. Primeiro, essas unidades demonstram alto grau de capitalização; segundo, a composição interna da mão-de-obra dessas unidades é baseada na relação de assalariamento, e/ ou baseada na mão-de-obra familiar, associada ao assalariamento eventual de terceiros, quando há demanda de trabalho. Para o caso de F.A, que desempenha o papel de planejador e organizador do processo de produção de sua unidade e o organiza de acordo com a dinâmica do mercado local ou regional, o fator trabalho é uma questão inserida nesse planejamento global da unidade produtora, independente do grupo doméstico, o que lhe permite racionalizar práticas e estratégias numa perspectiva mais dinâmica e mais ampla, sem alterar o equilíbrio interno dos fatores de produção de sua unidade.

Isto posto, podemos inferir que os diferentes modos como cada unidade tem se relacionado com a prática da diversificação tem no seu aspecto econômico um dos fatores determinantes. Por outro lado, a diversificação como estratégia é também uma *prática tecnológica*, e como tal, é avaliada por cada unidade de produção, a partir das suas condições reais e simbólicas, e neste caso, poderá não ser selecionada como "vantajosa" ao equilíbrio interno dessas unidades, o que poderá vir a constituir um ponto de tensão e conflito interno entre os próprios pequenos produtores, reflexo do estágio atual do processo de diferenciação que vivenciam.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

As questões apontadas neste trabalho carecerão de uma análise mais detida e aprofundada acerca da relação interna da unidade de produção e seu vínculo com as práticas tecnológicas, o seu sentido ético na relação homem-natureza e a dimensão político-organizativa dos pequenos produtores estudados.

No entanto, abordamos algumas questões conclusivas acerca do nível do trabalho cotidiano desses produtores de economia familiar estudados: a) As estratégias de resistência e sobrevivência passam continuamente pelas práticas de organização do trabalho familiar articuladamente ao processo seletivo de práticas tecnológicas que se adequem aos requerimentos internos desse processo produtivo; b) sobre o sentido *moderno* das práticas tecnológicas difundidas pelo sistema governamental e sua relação com os agricultores, ao mesmo tempo observamos que o embate cotidiano das práticas tecnológicas desses pequenos produtores podem estar na frente do governo e do movimento sindical rural. Isto porque, tais embates não são computados como ganhos políticos.

A lógica das práticas de organização interna da produção familiar e sua relação com as práticas tecnológicas está vinculada enquanto estratégia para preservação e garantia da terra como elemento fundamental para a reprodução do trabalho gerador do *ter* e do *ser* da vida dos pequenos produtores estudados.

O aspecto ético é um valor expresso na validade de qual-

quer prática tecnológica quando posta na relação direta com os pequenos produtores. Tal valor é mediado pelo julgamento que eles fazem em relação à preservação da natureza, centrado sobretudo na preservação da terra enquanto bem finito e na sua capacidade produtiva. "Matar ou não matar a terra" é um fator determinante ao processo de legitimação e/ou negação de determinadas práticas tecnológicas.

Tais práticas estão submetidas a critérios avaliativos julgados pelos pequenos produtores como positivos (aspectos vantajosos) ou negativos (aspectos desvantajosos). De acordo com tal julgamento, esses valores estão vinculados à vantagem ou desvantagem que tal ou qual prática pode oferecer à manutenção do equilíbrio interno dos fatores de produção da unidade familiar - a demanda de maior ou menor dispêndio de mão-de-obra, os custos decorrentes da aplicação de uma prática tecnológica e os riscos/garantias que possam oferecer à manutenção da terra e à reprodução do grupo familiar.

Esse julgamento de valor também é submetido ao *aspecto humano* que se expressa pela sua relação com a natureza. Neste sentido, os elementos indicadores do *ser camponês* têm situado aspectos determinantes às escolhas de suas práticas tecnológicas que vêm expressar o homem como produtor e como produto na e da natureza. Sob esses aspectos, qualquer prática tecnológica será julgada.

O paradoxo entre tecnologia moderna e tradicional traz em si uma concepção generalizante e simplista que não corresponde às complexidades das práticas objetivas e subjetivas dos agentes sociais envolvidos nessa relação. No caráter "moderno" das práticas

geradas e difundidas pelos mecanismos governamentais, está embutida uma racionalidade estranha à lógica de organização das unidades de produção familiar. Com base nisto, as resistências e enfrentamentos engendrados pelos produtores familiares antes de significarem uma resistência aos parâmetros modernos de desenvolvimento, expressam estratégias afirmadoras de uma cultura própria inscrita no modo específico do seu fazer, o que corresponde ao seu *ser camponês*, com uma lógica específica voltada para o equilíbrio interno da unidade de produção, o que corresponde à noção do seu *ter camponês*.

Mais moderna será uma prática tecnológica quanto mais trazer em si uma concepção integralizadora do homem enquanto elemento constitutivo da própria natureza em seu processo de produção e reprodução. As tecnologias geradas em circunstâncias adversas ao equilíbrio entre homem-natureza expressam uma pseudo-modernidade que difundiu, inclusive, o *caráter moderno* da agricultura brasileira (Cf. Abramovay, 1990). Do mesmo modo, se resgatadas as práticas tecnológicas camponesas no contexto de seus enfrentamentos, resistências e recriação, não podemos inferir delas um caráter conservador.

O conjunto dessas relações e embates vem, assim, submetido a critérios que refletem interesses estratégicos vinculados tanto ao modo peculiar cotidiano dos camponeses quanto a interesses de reprodução mais ampliadas do capital. Isto implica reconhecer, portanto, que estes embates não estão desvinculados das influências do mercado quanto a critérios de qualidade do produto - exigências sanitárias, tipos e formas de apresentação, etc.-. Tais aspectos passam, de certo modo, a influenciar e transformar as relações da produção fami-

liar, como observamos no cotidiano do grupo estudado, a partir de sua relação mais direta com determinados mercados diferenciados e são, igualmente, incorporados aos valores cotidianos que direcionam as práticas tecnológicas dos pequenos produtores.

As práticas tecnológicas dos produtores estudados, quando consideradas como ações estratégicas de resistência e enfrentamento, quase sempre são apreendidas em seus aspectos individuais, isolados, a nível de cada agente social. Quase nunca elas são enfrentadas a partir de suas potencialidades políticas, nem apreendidas no conjunto de seus valores simbólicos e ético-culturais que conformam as práticas objetivas e subjetivas desses camponeses. Na lógica cotidiana, esses produtores emprestam significados às suas práticas tecnológicas para-além de valores econômicos em que está inscrita uma *projetualidade* indicadora da reafirmação e construção de identidades coletivas postas numa relação permanente de embates e conflitos, quase sempre desfavoráveis à sua reprodução social e econômica. Desfocadas dessa perspectiva, as reações às práticas tecnológicas geradas em situações adversas aos interesses das unidades de produção familiar serão vistas sob o aspecto conservador e, portanto, como avessas ao moderno. Caracterizadas dessa forma, qualquer atitude é entendida como tradicional! Tal concepção, entretanto, não reflete a realidade concreta do grupo de pequenos produtores aqui analisados. Suas práticas tecnológicas, enquanto práticas de legitimação de sua idiossincrasia, traz em si elementos racionais organicamente vinculados ao modo peculiar da organização dos seus processos produtivos; além disto, tais práticas são reveladoras de valores culturais simbolicamente significativos na produção/reprodução das suas vidas.

Quanto aos aspectos políticos mais amplos dessas práticas, mesmo considerando os esforços da atual direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, sob uma nova orientação de gestão política, os dados observados ainda não nos têm revelado que as práticas tecnológicas, sejam aquelas engendradas pelos próprios agricultores, sejam aquelas recriadas ou adaptadas, através de mediadores externos, ao cotidiano das unidades de produção, estejam sendo enfrentadas ou incorporadas pela luta sindical enquanto ações estratégicas de enfrentamento daqueles pequenos produtores com o Estado.

Ainda que consideremos que a incorporação desse conteúdo se inscreva nas preocupações políticas da atual direção do sindicato, o fato é que estes aspectos demonstram que a questão das práticas tecnológicas dos camponeses e sua articulação com o seu processo organizativo, mesmo se transladadas para experiências que apontem novos conteúdos político-organizativos, ainda se apresenta com um grau de despolitização acentuado.

Esses limites de ação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, o tem tornado ineficiente para resgatar, incorporar e potencializar politicamente os significados das práticas tecnológicas cotidianas do grupo estudado, enquanto elementos reveladores de práticas com significação política reafirmadora de identidades coletivas, através das quais esses pequenos produtores colocam-se numa perspectiva de se constituírem enquanto sujeitos coletivos frente ao Estado e no conjunto da sociedade da qual são parte.

A emergência de "novos sujeitos coletivos" a partir de

suas lutas cotidianas, como analisadas pelas Ciências Sociais, tem contribuído para redimensionar o campo de reconhecimento sobre o processo de respostas culturais e materiais às necessidades humanas. Para Sader, os diferentes atores partilham as normas e valores de uma mesma sociedade, conseguem elaborar uma mesma definição do que é necessidade (em suas dimensões elementares relativas à saúde, alimentação, habitação, etc.) e suas reivindicações e lutas se relacionam ao atendimento dessas necessidades de reprodução, embora o que distinga suas ações seja o modo como as realizam e o conjunto de significados *simbólicos e materiais* que as orientam (Cf. Sader, op. cit. p. 43).

A construção da identidade dos pequenos produtores enquanto sujeitos coletivos ocorre num campo de forças e se institucionaliza nas várias frentes de luta que se ligam, sejam na plano institucional, seja nos seus enfrentamentos e estratégias cotidianos. A análise desse processo de construção de sujeitos coletivos no município estudado, tende a revelar desafios a serem enfrentados e superados, do ponto de vista político, pelo novo projeto de organização sindical dos trabalhadores rurais locais. Tal perspectiva inscrita na nova orientação político-sindical local, revela-nos potenciais de lutas novas tanto no âmbito sindical quanto fora dele.

Desenhado esse novo campo para análise, as organizações classistas de atuação no campo (em particular o Sindicato dos Trabalhadores Rurais) tendem a ampliar sua esfera de ação para além de seus próprios associados, caso contrário, perderão seu referencial político nas novas emergências requeridas pelos atores sociais no

campo. Na experiência concreta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, há o reconhecimento por parte dos novos dirigentes de que há lutas incipientes, ou seja, outras formas de lutas dos excluídos, a exemplo dos aposentados e a questão de gênero, que se articulam, no horizonte, com formas mais tradicionais da organização.

O impasse para o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais parece surgir da sua inércia em não incorporar o movimento dos atores sociais em dimensões outras que não aquelas historicamente consideradas como componentes de suas práticas tradicionais. Essa sua fragilidade, no entanto, tem sido enfrentada pelo STR de Lagoa Seca na perspectiva de sua superação, restando-lhe criar os mecanismos que possam garantir sua eficácia junto à complexidade de interesses que conformam atualmente a realidade da produção familiar no município.

A análise das práticas tecnológicas do grupo de pequenos produtores estudados no município de Lagoa coloca-nos, finalmente, elementos reveladores acerca do processo de produção e difusão de tecnologias que nos remeterão para estudos posteriores, com o aprofundamento de pesquisas sobre essa temática.

Neste sentido, os dados parecem colocar em discussão as práticas tecnológicas, a nível dos pequenos produtores, e não o papel da tecnologia enquanto instrumento fundamental ao reforço da organização de seus processos produtivos. O que está em jogo é o *modo e as condições* em que as tecnologias agrícolas são produzidas e difundidas e sua relação orgânica com a lógica de reprodução das uni-

dades de produção familiar.

Neste aspecto, avaliamos que o caráter *alternativo* de determinadas práticas tecnológicas não está vinculado à sua proposição em ser alternativa às "*práticas modernizantes*". Essa perspectiva parece então indicar que a essência do que seria *alternativo* está na possibilidade concreta de tal ou qual prática tecnológica ser gerada e difundida a partir das condições reais - objetivas e subjetivas - das unidades de produção familiar. Isto porque, ao tomarmos por base a prática difundida do *composto orgânico* enquanto uma *prática tecnológica alternativa*, identificamos resistências e críticas de parte dos pequenos produtores entrevistados. Tal prática, quando transladada para a realidade das unidades de produção estudadas, foram julgadas, por muitos produtores, como inadequadas por alterar o equilíbrio dos fatores internos do grupo doméstico, além de não encontrarem condições objetivas para sua efetivação.

Assim, o que nos parece como questão a aprofundar é em que condições tende a se efetivar a necessária superação dos limites objetivos e subjetivos dos processos concretos de produção dos produtores de economia familiar, tendo em vista o aumento da produtividade do seu trabalho e da sua produção?. Tais questões estão ligadas a desafios como a necessária superação da pobreza e da fome no campo e na cidade, na necessária apropriação e justo acesso dos pequenos produtores, enquanto agentes sociais, às tecnologias atualmente produzidas como bem da humanidade e a sua reprodução enquanto identidade coletiva. Como esse processo tende a ser incorporado numa projetualidade política, dentro de uma nova concepção ético-política con-

temporizada pelos movimentos sociais ligados a esses sujeitos sociais? Como integrar as práticas tecnológicas como uma entre as múltiplas "práticas sociais", parece ser o desafio, como bem nos propõe Bourdieu (1974), para a compreensão das questões apontadas em nossa dissertação.

BIBLIOGRAFIA

VII - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, R. DE CAMPONESES A AGRICULTORES: Paradígmias do Capitalismo Agrário em Questão. Tese de Doutorado. Unicamp. Campinas, 1990. - Mimeo.

ANDRADE, M.C. Agricultura e Capitalismo. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

ARAÚJO, M. L. de. Na Margem do Lago: Um Estudo sobre sindicalismo Rural. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

ARCHETTI, E.P. Economia Camponesa: Chayanov ou Marx? Trad. J.S.B Cavalcanti. Cadernos Brasil em Debate. Campina Grande, UFPB, 1987: 51 a 66.

BARBOSA, A. e NOVAES, J. R. Eleições Sindicais: Medição de Forças. Rio de Janeiro, CEDI Revista Tempo e Presença, 231, pp. 14 a 16. 1989.

BERTOLAZZI, A. Novo Sindicalismo no Campo Paraibano. Continuidades e Mudanças. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Sociologia. UFPB, Campina Grande, mimeo.

BRANDÃO, Carlos (org.). PESQUISA PARTICIPANTE. Brasiliense, São Paulo: 4a. Ed. 1984.

BORDA, Fals Orlando. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: Considerações Teóricas sobre o significado e o papel da Ciência na participação popular. In: Carlos Brandão, 1984.

BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. Introdução Sérgio Miceli, São Paulo, Editora Perspectiva, 2ª ed. 1987.

BURSTYN, Marcel. O Poder dos Donos. Petrópolis - Rio de Janeiro, Vozes, 2ª ed. 1984.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 2a. Ed. Campina-SP: Papyrus, 1989.

CARDOSO, Ruth. (org.). A Aventura Antropológica. 2a. Ed. RJ: Paz e Terra, 1988.

CAVALCANTI, J.S.B. A Preservação do Campesinato na Area do Brejo Paraibano: A lógica interna de reprodução das pequenas unidades agrícolas e a intervenção dos programas governamentais de desenvolvimento. In: Cadernos de Difusão de Tecnologia. V. 1, nº 1. Jan/abril; EMBRAPA, Brasília, 1984.

1986. Planejamento e Objeto das Políticas para o Pequeno Produtor: A complexidade do Exito. Anais do II Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, ALASRU, Caracas. 1986.

_____ e Freitas (1991). "Novo" Sindicalismo, Tecnologia e Pequenos Produtores Agrícolas. Trabalho apresentado no XV encontro anual da ANPOCS. Caxambu, 1991. Mimeo.

CHAYANOV, A.V. La Organizacion de La Unidad Econômica Campesina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1985.

COSTA, A.D. O Sindicalismo Rural e seus Desafios. Salvador, Cadernos do CEAS n^o 126 pp 38 a 46.

DUQUE, G. Estado e Comunidade Camponesa (Uma observação a respeito do trabalho comunitário da Emater). Recife, FUNDAJ. Anais do V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste.

FIGUEIREDO, V. de M. 1989. O Campo Histórico Político da Tecnologia e os Trabalhadores Rurais Sindicalizados. In: Temas Rurais - Tecnologia Agrária e Sociedade. Centro de Estudos Josué de Castro. V. 2, n^o 3, Recife-PE. 1989.

_____ et alli. Estado, sociedade e Tecnologia Agropecuária. Brasília, Pax Editora. 1989a.

_____ Produção Social da Tecnologia. São Paulo, EPU. 1990.

FREITAS, G. J. de. O Método de Marx: resgate, ruptura e revolução. Mestrado em Sociologia Rural, UFPB, Trabalho final de disciplina. Mimeo. 1988.

FREIRE, Paulo. Criando Método de Pesquisa Participante: Aprendendo a fazê-la melhor Através da Ação. In: Carlos Brandão (org.).1984.

GEBRIN, R. Algumas Questões sobre a Organização Sindical no Campo. Cadernos da CUT Jurídico e Relações Sociais, nº 3. 1990.

GEORGE, S. The World's Bank Change of Heart. In: Shanin, T. (ed) Peasants and Peasant Societies, 2nd edition Great Britain Basil Blackwell. 1987

GIULIANI, G.M. Neoruralismo: O Novo estilo dos velhos modelos. ANPOCS, Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 14 pp59-67.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Trad. de C. N. Coutinho. 3a. Ed. Civilização Brasileira: RJ: 1979.

HABERMAS, J. Técnica e Ciência Enquanto Ideologia. Coleção os Pensadores. 1980.

HEREDIA, B. M. A. de. A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979.

KAGEYAMA, A. (Coord.), SILVA, J. Graziano. Et alli. Novo Padrão agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Mimeo. Campinas-SP, 1987.

KOSIK, Karel. Dalética do Concreto. Trad. Célia Neves e Alde-
rico Toríbio. Paz e Terra: RJ: 5a. Ed. 1989.

LENIN, V.I. O Desenvolvimento da Capitalismo na Rússia. Coleção Eco-
nomistas. Abril Cultural, 1982.

LOWY, Michel. Método Dialético e Teoria Política. Trad. Regi-
naldo di Piero. 3a. Ed. RJ: Paz e Terra. 1985.

MARQUES, Maria Sedy. Pequenos Produtores Rurais: Ideologias Orgâ-
nicas. Tese de Mestrado. UFPB. Mestrado em Sociologia Rural, Cam-
pina Grande, 1987.

MARTINS, J. S. Capitalismo e Tradicionalismo: Estudo sobre as con-
dições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira,
1975.

NOVAES, R.C.R. Aspectos de Uma Discussão Política. Rio de Janeiro,
CEDI Revista Tempo e Presença, nº 243.

Questão Agrária Hoje? Rio de Janeiro, CEDI, Tempo
e Presença nº 257 pp, 5-9. 1991.

OLIVEIRA, I. F. de. Movimento Sindical Rural e Estado. Rio de Ja-
neiro, CEDI Tempo e Presença, pp. 4-5. 1988.

BIBLIOTECA - UFPB
CAMPUS VII - PATOS - PB.

- PALMEIRA, M. G. A diversidade da Luta no Campo: Luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: Paiva, V. (org.), Igreja e Questão Agrária. São Paulo, Edições Loyola pp. 43-51. 1985.
- PAYER, C. The World Bank. A Critical Analyses. New York. Monthly Review Press. 1982.
- PINTO, João Bosco. Teoria e Prática de Pesquisa-ação: Uma metodologia de Ação para a mobilização comunitária. Mimeo.
- SADER, E. Quando Novos Atores entram em Cena: Experiências e Lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1979-1980. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1988.
- SALES, I. C. FERRO, I. A. dos Santos. CARVALHO, M. N. C. Metodologia de Aprendizagem da Participação e de Organização de Pequenos Produtores. Cadernos Cedes, nº 12, Cortez Editora: 1984.
- SALES, I. C. Confronto Sobre Cultura Popular: Lições de uma experiência do Setor Público. In: Carlos Brandão (org.): 1984.
- SALES, T. Movimentos Sociais no Campo Frente à Ação do Estado. Rio de Janeiro, ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, pp. 317-340. 1989.
- SHANIN, T. A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. In: Estudos CEBRAP 26. São Paulo, 1980.

1979. Peasants and Peasants Societes. Introdução,

Trad. J.S.B Cavalcanti. Mimeo. 1979.

Chayanov e a questão do campesinato. Mimeo. 1987.

SILVA, J. G. A Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

O Que é Questão Agrária. São Paulo, Brasiliense.

1984.

SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara, 1986.

SOUZA, I.S.F & SINGER, E.G. Tecnologia e Pesquisa Agropecuárias: Considerações preliminares sobre a geração de tecnologia . V. 1, nº 1. Jan/abr. EMBRAPA, Brasília, 1984.

THIOLLENT, T. Anotações Críticas sobre Difusão de Tecnologia e Ideologia da Modernização. In: Cadernos de Difusão de Tecnologia. V. 1 nº 1, Jan/abr. EMBRAPA, Brasília, 1984.

WOLF, E. Sociedade Camponesas. Trad. De Osvaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

DOCUMENTOS:

POLONORDESTE: Fólder Explicativo PDRI -Brejo. 1977

Relatório de Avaliação Final do PDRI-Brejo paraibano. SAA/CEPA. Mí-
meo. 1987.

Seminário Municipal da Oposição Sindical rural de Lagoa Seca-PB.
Relatório CUT/Polo Sindical Rural/Centrac, março de 1991.

UFPB - BIBLIOTECA

ANEXO

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INFORMANTES CITADOS

IDENTIFICAÇÃO	IDADE (ANOS)	SEXO	CONDIÇÃO DE USO E POSSE DA TERRA		PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS
			PROP. (ha.)	NÃO PROP.	
1. L.A.G	26	F	-	X	Técnica agrícola
2. W.F.S	21	M	3,5	-	Mand./feij./bat. doce/fumo
3. A.F.A	47	M	8,0	-	Banana/laranja
4. W.P.A	58	M	9,0	-	Banana/laranja
5. P.A	60	M	16,0	-	Verd./batat./fei./mandioca
6. A.J.S	42	M	7,0	-	Banana/laran./mand./feijão
7. S.P	63	M	6,0	-	Batatinha/verdura
8. A.S	58	M	14,5	-	Batatinha/verdura
9. A.E	39	F	-	Filha	Fumo/feij./milho/mandioca
10. L.A	70	F	-	Mãe	"
11. E.P.R	26	M	-	Filho	Verdura
12. E.S	24	M	-	X	Verdura
13. W.R	22	M	-	X	Feij./milho/mandioca
14. A.A.S	65	M	-	Poss.	Banana/laranja/feij./verd.
15. W.A	30	M	-	Filho	Batatinha
16. L.F	51	F	-	Mãe	-
17. G.T	31	M	-	Meeiro	Verdura
18. P.A	42	M	60,0	-	Batat./feij./laran./verd./ mandioca/feijão/.
19. C.P	70	M	-	Norad.	Verdura
20. G.D	43	M	4,0	-	Milho/feij./mandioca
21. Z.B	40	M	8,0	-	Verdura/mand./feijão
22. L.E	35	F	-	Filha	Fumo/feij./milho/mand.
23. S.A.E	75	M	9,0	-	Fumo/feij./milho/mand.
24. W.E	28	M	4,0	-	Mandioca/milho/feijão
25. W.O.A	36	M	10,0	-	Batatinha /feijão/verd.
26. E.A.B	48	M	6,0	-	Batatinha /mandioca
27. W.O.S	48	M	-	-	Técnico Agrícola

UFPB - BIBLIOTECA